

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE, CULTURA E
FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

CARMEN APARECIDA NUNES NETO

O MERCOSUL NA VISÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS EDITORIAIS DOS
JORNAIS *GAZETA DO IGUAÇU* (BR) E *VANGUARDIA* (PY)

FOZ DO IGUAÇU – PR
2012

CARMEN APARECIDA NUNES NETO

**O MERCOSUL NA VISÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS EDITORIAIS DOS
JORNAIS *GAZETA DO IGUAÇU* (BR) E *VANGUARDIA* (PY)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Ivo José Dittrich.

FOZ DO IGUAÇU – PR

2012

CARMEN APARECIDA NUNES NETO

**O MERCOSUL NA VISÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS EDITORIAIS DOS
JORNAIS GAZETA DO IGUAÇU (BR) E VANGUARDIA (PY)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca
Universidade de São Paulo – USP
Membro Efetivo

Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Efetivo



Prof. Dr. Ivo José Dittrich
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Orientador

Foz do Iguaçu, 30 de março de 2012.

Dedico este trabalho ao esposo Henrique e aos filhos que Deus nos concedeu, Andrey, Jean e Laís. Ao amigo Guido (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ivo José Dittrich, pela orientação sábia, pelos exemplos de conhecimento e dedicação, de responsabilidade e firmeza.

Aos professores do Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, em especial ao Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde e à prof. Dra. Rosana K. Nazzari pela contribuição na concretização deste trabalho.

Aos colegas pela amizade e contribuição de seus conhecimentos.

À secretária, Vania pelo carinho, pelo apoio nas horas de angústia, pela competência na realização de seus deveres.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Aos amigos, pelo consolo nos momentos difíceis, carinho e amizade. Reconheço cada um não ter medido esforços para contribuir com um sorriso, um livro, um abraço, uma palavra amiga e motivadora.

À minha família pela paciência e incentivo: aos meus pais e meus irmãos obrigada pela compreensão. Aos meus filhos, obrigada pela amizade e respeito ao colaborarem com os meus momentos de dedicação para os estudos. Ao esposo, obrigada pelo carinho, respeito e compreensão por me ausentar. Deus os ilumine sempre.

*“A alegria que se tem em
pensar e aprender faz-nos
pensar e aprender ainda
mais”.*

(Aristóteles)

RESUMO

Considerando que o Editorial é o texto que expressa a opinião de um jornal, o presente estudo analisa as teses e respectivos argumentos deste gênero nos jornais *Gazeta do Iguazu* e *Vanguardia* publicados em Foz do Iguazu (BR) e Ciudad del Este (PY) respectivamente. Objetiva perceber e compreender em que medida a integração prevista no Mercosul estaria ocorrendo, segundo o posicionamento político - a favor ou contra - de cada um dos Editoriais. São examinados, para isso, os argumentos técnicos e sensibilizadores com base nos pressupostos teórico - metodológico da Teoria Retórica do Discurso – TRD de Dittrich (2008), apoiada na Teoria da Argumentação de Perelman-Tyteca (2005). As análises são desenvolvidas através da comparação entre teses e argumentos em 10 Editoriais de cada jornal, publicados durante o ano de 2010, selecionados a partir de uma temática relativa ao Mercosul. O estudo aponta que, de modo geral, o posicionamento dos Editoriais paraguaios é contrário ao cumprimento dos princípios do Mercosul, enquanto os Editoriais brasileiros se posicionam com maior moderação em relação ao tema.

Palavras-chave: Mercosul, argumentação, editorial.

ABSTRACT

Whereas the Editorial is the text that expresses the opinion of a newspaper, this study analyzes the thesis and the particular arguments of this kind of newspapers *Gazeta do Iguacu* and *Vanguardia* published in Foz do Iguacu (Brazil) and Ciudad del Este (Paraguay), respectively. It aims to realize and understand the extent to which the integration were be occurring, according to the political position - for or against – of each one of the newspapers. Therefore examines the technical arguments and sensitizers from the theoretical and methodological assumptions of the Rhetorical Theory of Speech - TRD of Dittrich (2008) with the support of Perelman-Tyteca's Theory of Argumentation (2005). The analyses are developed by comparing the thesis and arguments of each Editorial in 10 newspaper published during the year 2010, selected by a theme relating to Mercosul. The study indicates that, in general, the position of Paraguayans' Editorials compliance is contrary to the principles of Mercosul, while the Brazilian Editorials stand with greater restraint in this regard.

Keywords: Mercosul, argumentation, editorial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 JORNAL IMPRESSO	13
1.1 Breve histórico.....	13
1.2 O texto jornalístico.....	15
1.3 O gênero editorial	18
1.4 O jornal <i>A Gazeta do Iguazu</i> e O jornal <i>Vanguardia</i>	23
2 O MERCOSUL, INTEGRAÇÃO E FRONTEIRA	25
2.1 Globalização	25
2.2 Fronteira.....	28
2.3 Integração	30
2.4 Contexto latino-americano	32
2.5 Mercosul	34
2.5.1 A União Européia	34
2.5.2 Tratado de Assunção: o Mercosul	36
2.5.3 O Mercosul como temática jornalística	38
2.6 Foz do Iguazu, Triplice Fronteira, Ciudad del Este	39
2.6.1 Foz do Iguazu (BR)	39
2.6.2 Ciudad del Este (PY)	40
3 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO	44
3.1 Breve histórico	44
3.2 O lugar da argumentação na Retórica	49
3.2.1 Teoria Retórica do Discurso –TRD	50
3.2.1.1 Dimensão Racionalizadora	54
3.2.1.2 Dimensão Estética	55
3.2.1.3 Dimensão Política	57
4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	60
4.1 Seleção do <i>corpus</i>	60
4.2 Apresentação dos eixos temáticos dos editoriais selecionados	61
4.2.1 Grupo de editoriais que constituem os subtemas	62
5 ANÁLISES	65

5.1 Pra que serve o Mercosul?	65
5.2 Criação de uma moeda comum	67
5.3 Sobre as relações econômicas com outros países	69
5.4 O Crime organizado e violência	71
5.5 Cúpula do Mercosul	73
5.6 Construção da segunda ponte entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este	75
5.7 Lei dos Sacoleiros	77
5.8 Integração	80
5.9 Fronteira	82
5.10 Cumprimento da legislação	85
5.11 Discussões sobre as análises	88
5.11.1 As teses do jornal <i>Gazeta do Iguaçu</i> e do jornal <i>Vanguardia</i>	90
5.11.2 Política Exterior	91
5.12 Os títulos nos editoriais analisados	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

Historicamente, tanto na pré-história quanto na Antiguidade, a linguagem oral foi o principal meio de comunicação. Mesmo com o surgimento da escrita na Idade Média, a oralidade, durante muito tempo, foi a principal ferramenta para a comunicação, sem desconsiderar o gesto ou os desenhos rupestres. Com o advento da escrita, surgiram as cartas, as gazetas manuscritas e, mais adiante, com o aparelho tipográfico, os jornais impressos entre os séculos XV e XVI.

De qualquer maneira – seja oralmente ou escrito - o ato de utilizar as palavras ocupou a mente dos filósofos interessados em compreender quais efeitos a palavra exercia sobre o espírito humano. Entre os gregos, no período antigo, a funcionalidade do discurso persuasivo, manifestado na praça pública, a *Ágora*, motivou, dentre outros filósofos, Platão e Aristóteles a tentarem compreendê-lo. Enquanto para Platão a aplicação de qualquer argumento em busca do convencimento serviria para o engano, para Aristóteles era necessário separar na retórica o que era artístico e o que não era. De acordo com Dittrich (2008), pode-se dizer que em duas obras principais, o filósofo grego sistematizou e discutiu os fundamentos da argumentação e da persuasão no discurso: *Tópicos* (1973) e *Arte Retórica* (2002). Para o estagirita, a Retórica é a capacidade de ver, teoricamente o que pode tornar um discurso persuasivo. Nesta linha de raciocínio, Aristóteles elaborou uma teoria para descrever a organização de um discurso persuasivo, considerando o papel do orador para encontrar estratégias a fim de influenciar o interlocutor.

Dentre os diferentes domínios ou discursos pelos quais a retórica se interessou na contemporaneidade, inclui-se o jornalístico, por ser uma atividade dirigida a um público diversificado, objetivando atender a necessidade social de informação dos habitantes das cidades. Sua natureza assumiu, desde o nascimento, uma característica social, inserindo-se aos poucos no sistema mercadológico como produto de consumo. Nem mesmo os avanços tecnológicos o impedem de avançar: suas versões impressas, na maioria das vezes, já possuem a versão de web jornalismo, com suas especificidades. A diversificação dos recursos utilizados para chamar e prender a atenção do leitor, geralmente ultrapassa o fato de ser um jornal confiável ou não.

Na região da Tríplice Fronteira, ao perceber a recorrência da temática sobre o Mercosul em jornais publicados na fronteira entre as cidades de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY), optou-se por considerar como *corpus* de pesquisa o Editorial dos jornais

Gazeta do Iguazu (BR) e *Vanguardia* (PY). Os caminhos escolhidos para a delimitação e abordagem estão delineados no capítulo quatro. O estudo, para isso, apresenta discussões relativas ao jornal impresso no gênero editorial e as características de cada um dos jornais selecionados. No capítulo um são delineadas estas discussões na tentativa de perceber algumas especificidades do gênero Editorial, até por se tratar de ser um tema amplamente discutido nos meios acadêmicos.

Na seqüência, no capítulo dois, faz-se uma abordagem histórica e teórica sobre o Mercado Comum do Sul – Mercosul, buscando suas possíveis origens no bloco europeu, ou em outros blocos econômicos. Afinal, em quase duas décadas de existência, o Mercosul tem sido discutido pelos setores midiáticos, inclusive nos jornais impressos na Tríplice Fronteira. Alguns temas relativos ao Mercosul foram elencados : a integração, a Tríplice Fronteira, a globalização. Discutiui-se cada um deles, seguindo as reflexões de Martins (2009); Motta (2005); Castells (2003); Norberto Bobbio (2006); Milton Santos (2000); Almeida (2011).

O capítulo seguinte, de número três, reflete sobre as relações entre a Retórica e a Argumentação. Conforme aponta Dittrich (2001)¹, nesta relação é possível compreender a retórica como a argumentação posta em ação. Sendo assim, autores como Perelman-Tyteca (2005); Reboul (2004); Dittrich (2005, 2008a, 200b) contribuem para as reflexões delineadas nesta seção. Além de possibilitarem a revitalização de estudos retóricos e de seus fundamentos, as reflexões nesta seção do estudo consideram os fundamentos da teoria da Argumentação, mais precisamente, da Teoria Retórica do Discurso – TRD, de Dittrich (2008), cujos princípios teóricos e metodológicos fundamentam as análises dos editoriais. Ao considerar a condição persuasiva do discurso – compreendido como prática social construída e materializada pela linguagem, onde interferem e se manifestam posições históricas - a TRD possibilita integrar e atualizar, numa teoria única, as três provas clássicas, ou seja, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, além de possibilitar a análise retórica de discursos de diferentes natureza.

Ao sistematizar as diferentes facetas da argumentação, a Teoria Retórica do Discurso configura o discurso em três dimensões: Dimensão Racionalizadora, Dimensão Estética e Dimensão Política, as quais comportam a justificação da tese, as escolhas lexicais e textuais do orador para alcançar êxito em seu discurso e o gerenciamento da interação entre o orador e o auditório, respectivamente.

¹ Doutor em Linguística, com pós-doutorado em Retórica e Argumentação. Professor do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE – campus de Foz do Iguazu.

Em uma situação discursiva, o orador, ao propor uma tese, buscará meios para angariar a adesão à sua proposta pelo auditório. Uma argumentação eficaz, conforme Perelman (2005), será aquela que conseguir aumentar a intensidade de adesão dos ouvintes, criando uma disposição para a ação. No processo discursivo, será na Dimensão Racionalizadora que o orador encontrará os argumentos técnicos - dados, estatísticas e similares - capazes de justificarem a tese proposta e recorrerá aos argumentos sensibilizadores, na tentativa de justificar os efeitos da adesão à tese pelo auditório. Além destes, para atestar ser competente e mostrar a natureza ética da tese em apreciação, buscará nos argumentos legitimadores, mais uma vez, justificativas éticas para a tese que propõe. Todavia, por questões de delimitação, as análises deste estudo restringem-se aos fundamentos da Dimensão Racionalizadora.

Considerando, de acordo com Lage (1985), que o editor é o profissional que chefia e controla uma unidade de produção e o Editorial, o texto que expressa a opinião de um jornal, pretende-se investigar, portanto, os argumentos técnicos e sensibilizadores que justificam as teses propostas em cada Editorial analisado, na contribuição e sustentação do seu posicionamento político-social sobre o Mercosul. Essas análises encontram-se no capítulo cinco, bem como as reflexões delineadas ao final de cada grupo de Editorial estudado. Sendo assim, para cada par de Editorial, selecionado conforme um tema comum, foi elaborado um quadro comparativo, e, ao final, apresentada uma análise completa. Além do texto escrito, as análises possibilitaram refletir sobre os títulos e sua relação com o posicionamento político de cada Editorial.

Assim, com os dados, as análises e os comentários, o estudo permite apresentar e aprofundar os fundamentos da Teoria Retórica do Discurso como ferramenta para futuros estudos. Ao amparar um estudo desta natureza, possibilitou perceber os posicionamentos políticos de cada jornal publicado na Tríplice Fronteira, principalmente em relação ao Mercosul. Também viabilizou perceber os diferentes olhares construídos em uma região fronteiriça, seja por questões políticas, sociais ou representacionais. O estudo comparativo entre os editoriais dos jornais *Gazeta do Iguçu* e *Vanguardia* contribuiu para observar os diferentes modos de os editorialistas encabeçarem os Editoriais, cuja função de chamada influencia o convite à leitura.

1 JORNAL IMPRESSO

Desde o seu nascimento, o jornal impresso assumiu uma característica social, inserindo, aos poucos, no sistema mercadológico como produto de consumo. Este capítulo aborda alguns aspectos de sua trajetória.

1.1. Breve histórico

Na tentativa de resgatar ainda que brevemente, a história do jornal impresso seria um equívoco não considerar a influência do seu surgimento a partir da troca de correspondência via cartas, cujos caminhos se fizeram tanto pelo boca a boca quanto pela implantação do correio. Inicialmente, as cartas serviram como instrumento do governo dos antigos impérios tais como o império egípcio, chinês, persa e romano e em seguida, passou a ser um instrumento de comunicação tanto para fins religiosos quanto comerciais.

Segundo Costella (2002, p.75), um grupo de financistas alemães mantinha-se informado sobre o andamento de seus negócios a partir das correspondências periódicas enviadas por seus representantes comerciais. Após a leitura enviavam um resumo das principais notícias para todos os agentes e representantes da empresa. Para o autor, este modo de se comunicarem nada mais era do que um jornal doméstico.

Em virtude do volume elevado de troca de correspondências, surgiu a gazeta manuscrita, uma espécie de jornal feito à mão, despertando nas pessoas da época o interesse em adquiri-lo. Com o advento da tipografia, o jornal, antes manuscrito, passou a ser impresso como meio para divulgar algum fato considerado excepcional: a morte de um rei, um terremoto, ou algo assim. Os tipógrafos da época não demoraram a perceber a oportunidade comercial em um mercado considerado promissor e lucrativo. Aos poucos, o jornal impresso foi conquistando os países europeus, e, mais adiante, as Américas, na época ainda sob o domínio espanhol e português. O jornal impresso, segundo Costella (2002), resume-se na junção da impressão tipográfica, de um lado, e a do jornalismo até então manuscrito, de outro, cujo processo se estendeu entre os séculos XV e XVI.

De acordo com Marques de Melo (1985, p.12) as primeiras “manifestações do jornalismo- as *relações*, os *avisos*, as *gazetas*”- circulantes entre os séculos supracitados, “atendem à necessidade social de informação dos habitantes das cidades, súditos e governantes” não impedindo, porém, “a presença de uma *censura prévia* em toda a Europa

dos séculos XV e XVI, exercida pelos Estados nacionais ou compartilhada pela Igreja”. Nas palavras de Melo,

[...] fica evidente a natureza eminentemente *política* que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social. Suas formas embrionárias – que Domenico de Gregorio rotula como “pré-histórica do jornalismo - situam-se em dois níveis. Ou são publicações clandestinas, manuscritas ou até mesmo impressas, que circulam à margem do aparelho censório, desafiando o poder absolutista, antecipando as idéias que acabariam por destruí-lo, mas que não aparecem regularmente. Ou são publicações oficiais, como a *Gazeta de Lisboa*, que circula de 1718 a 1760 e de 1778 em diante, mas que, “submetia à censura prévia e licença”, não trazia, segundo a avaliação de Rizzini, mais que atrasadas notícias do estrangeiro, escasso expediente oficial e elogios à corte e aos poderosos, assuntos de nulo interesse público. Não passavam de propaganda governamental. (MARQUES DE MELO, 1983, p.13).

A história do jornal impresso possibilita os estudos mais diversos. O presente comentário não pretendeu desconsiderar quaisquer eventos importantes da trajetória histórica do jornalismo. Objetivou, apenas, contar com alguns de seus traços para perceber a possível origem da viabilidade comercial do jornal, advinda de longa data e permeada por situações de crises manifestadas desde o seu surgimento até os dias atuais com o advento das novas formas de comunicação, da globalização, do avanço tecnológico, chegando, até mesmo, ao ponto de alguns estudiosos questionarem se o jornal impresso sobreviverá a estas mudanças. Aos responsáveis pela produção do jornal impresso, provavelmente, caberá a tarefa de enfrentar os momentos críticos na tentativa de se arriscarem para responderem à questão: qual será o destino do jornal impresso?

Na proposta costelliana (2002, p.23) “o que costuma acontecer é o veículo antigo perder parte do mercado ou restringir-se a um uso mais específico, limitado” tal qual ocorreu com o surgimento do rádio, por volta de 1920, afetando o jornal impresso no âmbito publicitário ao tomar-lhe boa parte das verbas publicitárias e não aniquilando-o. Parece que a associação da informática com as telecomunicações apresenta este perfil, não impedindo o risco iminente das fusões de megaempresas das telecomunicações. É possível, também, acrescentar as afirmações de Milton Santos (2006, p.60) a respeito da centralização da informação “extremamente limitada a um número de firmas”. O autor complementa:

[...] hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. Apesar de as condições técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo o que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante. (SANTOS, 2006, p.60).

Torna-se, portanto, arriscado prever até onde os avanços tecnológicos substituirão ou não o jornal impresso ou quais os caminhos escolherá para traçar uma nova trajetória.

1.2. O texto jornalístico

O avanço da tecnologia e a possível morte ou não do jornal impresso, provavelmente é alvo de comentário geral entre os seus adeptos. Afinal, com o avanço da comunicação visual a maioria das empresas jornalísticas passou a disponibilizar versões na web possibilitando ao leitor assíduo acessibilidade e rapidez em suas leituras.

Dentre os diferentes domínios ou discursos pelos quais a retórica se interessou, inclui-se o jornalismo, por ser uma atividade dirigida a um público diversificado. Enquanto na retórica clássica o público resumia-se a situações de oralidade, no jornalismo a oralidade está presente em meios como o rádio, a televisão nas versões impressas e on line. No jornalismo, segundo Lopes (2007, p. 249) “a ideia que se sobressai quando se pensa na recepção das mensagens é a de consumo”, ou seja, em função do que se escreve, persuade-se o leitor, efetivamente comprar o jornal.

No livro *Comunicação – do grito ao satélite*, Costella (2002, p. 21) comenta sobre o jornalismo na Idade Média e informa que os “romanos tiveram jornal sem jornalistas, pois jornalistas, em Roma, eram todos os cidadãos, coletivamente fazendo circular a *Acta Diurna*, cuja organização textual era similar ao jogral, disseminado apenas pelo uso da voz e do verso.

Ao que tudo indica esta condição ainda permanece na vida social. Independentemente de se a primeira forma de comunicação entre os homens foi o grito ou o gesto, de alguma maneira, este ser, rudimentarmente, comunicou-se com o outro. O ato de comunicar-se tem as suas mais variadas formas de expressão e o texto jornalístico, seja ele, impresso, audiovisual ou virtual se inclui neste universo da comunicação.

Segundo Lage (2006, p.40) “a situação corrente em jornalismo é a de um emissor falando a grande número de receptores. Tais receptores formam um conjunto disperso e não-identificado, cujo conhecimento só é possível por amostragem estatística”. Talvez, pela necessidade de conhecer o seu público leitor, o jornal *Gazeta do Iguaçu*, publicado em Foz do Iguaçu, assume conferir sua posição no mercado com frequência:

As pesquisas nos oferecem todos os parâmetros, incluídos o desejo do leitor, os cadernos mais concorridos, os setores editoriais mais solicitados e as colunas de maior leitura, mas três planilhas nos são fundamentais e elas

garantem o bom negócio que é estar nas páginas do jornal. (GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

Além de possibilitarem identificar, pelo menos aparentemente, o seu público leitor, as estatísticas permitem, também, estudar o número de edições vendidas, considerando-se a sua representatividade econômica para a empresa manter-se no mercado. Esses elementos fazem parte da chamada disputa por leitores, que

[...] é de se comparar às campanhas publicitárias dos jornais e revistas de maior tiragem e que constituem referência nos países onde atuam. A disputa pelos leitores é acirrada, lançando no mercado os mais eloquentes slogans no que toca à própria imagem. (MOSCA, 2006, p.09).

Buscando atender às exigências do público leitor, o texto jornalístico trata dos assuntos mais diversos: economia, esportes, cultura, política, lazer, e outros. De acordo com Beltrão (*apud.* DITTRICH, 2001), é um texto que pode ser extensivo e intensivo. O *extensivo* predomina nos meios audiovisuais, no qual a notícia e a informação são enfatizadas em um ritmo que não permitiriam análises mais aprofundadas. O segundo, o *jornalismo intensivo*, é um texto que permite reflexão por apresentar as informações de modo mais completo e a sua produção requer um tempo maior para se efetivar, como o Editorial, por exemplo.

Os procedimentos considerados para produzir um texto jornalístico seguem padrões estruturais e lingüísticos próprios: a estrutura da notícia, a linguagem apropriada, a ordenação dos eventos, a nomeação destes eventos, bem como a economia do código lingüístico. Por ser uma das fontes de informação dos acontecimentos diários, o jornal impresso tende a despertar o interesse da sociedade como um todo. Para Lage,

[...] as restrições mais gerais do jornalismo noticioso referem-se à linguagem jornalística, sobretudo quando impõe o uso de vocabulário e gramática tão coloquiais quanto possível nos limites do que se considera socialmente correto e adequado à abrangência do veículo. (LAGE, 2006, p. 23).

Além das restrições, cabe ao profissional da imprensa, ao produzir o texto jornalístico, encontrar os meios adequados para despertar o interesse dos leitores. Charaudeau (2006, p.59) denomina estes meios como algo imperativo, obrigando o jornalista a recorrer à sedução e este modo de agir pode diminuir a credibilidade perante o leitor. Na concepção do referido autor, conquistar o leitor por meio da sedução projeta o profissional como alguém que deixou de estar a “serviço do cidadão” e passou a atender interesses diferentes do serviço da democracia.

Parece que a forma do jornal, na perspectiva de Emediato (2003, p.56), é que garantirá a valoração positiva pelo público leitor: “através de suas instâncias de produção, um jornal vai

se referindo às suas normas de referências que definem o gênero jornal e enunciam, ao mesmo tempo, que sua forma de ser é a melhor representação que deve ser um bom jornal”. São formas denominadas por Mouillaud (2002, p.23) como “dispositivos” e constituem invariantes:

Penso, até mesmo, que seja por causa da incessante permuta da informação que um instrumento periódico” como o jornal tenha necessidade de estruturas estáveis que sirvam para por um pouco de ordem no caos do mundo e permitam ao leitor reconhecer o mesmo jornal, de um número a outro. (MOUILLAUD, 2002, p.23).

Não somente a forma como também a manipulação jornalística é discutida pelo citado autor, ao considerar que no corpo do jornal diário concebem-se duas funções enunciativas: a de “fazer-saber” e a de “fazer-creer”. Funções estas definidas por Mouillaud (2002, p. 27) como “estratégia de produção de efeito real” assegurada pelos procedimentos estudados pelos jornalistas e “estratégia pactual implícita” que o jornalista estabelece com o leitor, respectivamente. O pacto estabelecido se dá quando o profissional da imprensa se apóia no discurso do outro, uma autoridade, por exemplo, para obter credibilidade, podendo, obviamente valer-se de outros recursos objetivando mostrar a verdade e não a realidade. Maneiras de pensar que se aproximam das afirmações apontadas por Mosca ao definir o jornal

[...] como um espaço público de representação simbólica: conjuga o conjunto das noções do senso comum, das crenças aceitas e admitidas, das aspirações partilhadas e não passíveis de discussão, enfim, daquilo que no pensamento grego se chamava *doxa*, ao domínio das coisas suscetíveis de discrepância, de desacordo, consideradas como de opinião, de não-unanimidade, de cruzamento de forças, de influências e interesses. (MOSCA, 2007, p.299).

É o campo de relações entre sujeitos que o processo argumentativo encontra um dos meios viáveis para manifestar-se. Ao buscar a adesão a uma tese apresentada a um auditório o jornal, não medirá esforços para dispor os elementos necessários para persuadir o público leitor. Na obra *O Império Retórico*², Perelman assim afirma:

[...] toda a argumentação implica uma selecção prévia, selecção de factos e valores, a sua descrição de uma forma particular, numa certa linguagem e com uma insistência que varia consoante a importância que se lhes confere. Escolha de elementos, escolha de um modo de descrição e apresentação, juízo de valor ou de importância, todos estes elementos são considerados tanto mais justificadamente como manifestando uma tomada de posição, quanto mais nitidamente se veja que outra escolha, outra apresentação, outro juízo de valor se lhes poderia opor. (PERELMAN, 1993, p.54).

² Título original: *L'empire rhétorique*; Chaïm Perelman, editada pela primeira vez em 1993, em Portugal.

O estudioso belga considera, ainda, que “a argumentação pressupõe o contacto dos espíritos, que as instituições sociais e políticas podem favorecer ou impedir” e exemplifica embasado no monopólio dos meios de comunicação em estados absolutistas ou o quanto “a liberdade da palavra e de imprensa são conquistas importantes da democracia [...]” (PERELMAN, 1993, p.31). Interessante apontar que a argumentação não visa somente à adesão a uma tese; implica, também, incitar “à acção ou, pelo menos, criar uma disposição para a acção”, confirma Perelman (1993, p. 03). Neste âmbito, é possível complementar com as reflexões de Mosca:

As muitas regulamentações a que se quer submeter a imprensa podem ser determinadas por agentes do poder, por forças econômicas ou outros setores que tentam impedir o exercício livre da argumentação, por considerá-la contrária aos seus interesses. A conivência de muitos organismos da imprensa com a classe dos políticos tira-lhes a possibilidade de exercer a legítima função que lhes cabe, o de resistência, tão comprometido se encontra com grupos de diversas naturezas, com relações partidárias. (MOSCA, 2006, p.10).

E assim, a relação jornal/leitor, na perspectiva orador/auditório, se estabelece argumentativamente em um campo onde o primeiro buscará adaptar-se ao seu auditório. Na visão perelmaniana, o auditório assim é definido

É por essa razão que, em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. (PERELMAN-TYTECA, 2005, p.22).

Neste caso, torna-se importante refletir sobre a formação do leitor crítico, seja através da *leitura retórica* ou da *leitura referencial do mundo*, como sugere Mosca (2006): “assim como há uma construção retórica do mundo, há também uma leitura retórica a empreender, ligada aos conhecimentos prévios das partes em questão [...]”, vinculada, portanto à formação de um leitor crítico, e a leitura referencial de mundo, vinculada ao leitor portador ou não de uma formação escolarizada.

1.3 O gênero editorial

A temática sobre a questão do gênero tem sido amplamente discutida nos meios acadêmicos e tem na retórica clássica os seus primórdios: gênero judiciário, gênero deliberativo, gênero epidítico eram os gêneros de discurso utilizados na organização da polis grega. Para Aristóteles, se há três espécies de auditório, há, também, três gêneros oratórios. O

estagirita o compreende ao perceber a necessidade de o orador se adaptar a cada um dos gêneros, conferindo-lhes os traços específicos que lhes aprouverem. Por exemplo: o gênero judiciário tem como o auditório o tribunal, o deliberativo, a Assembléia e o epidítico, o espectador.

Nas afirmações do pesquisador francês Patrick Charaudeau (2008), “a noção de gênero deve ser concebida como uma categoria que atenda melhor o sentido daquilo que se relaciona com a produção do discurso em situação de comunicação, cujo resultado é o texto: “manifestação material (verbal e semiológica, oral, gráfica, gestual, icônica, etc.) da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 78).

Na visão de Marcuschi (2005), os gêneros caracterizam-se por fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, construídos historicamente pelo ser humano. Sendo assim, “os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos”. Em seu modo de entender, os gêneros textuais

[...] referem-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. São os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Pode-se dizer que a tipicidade de um gênero vem de suas características funcionais e organização retórica. (MARCUSCHI, 2005, p. 159).

Toma-se para o presente estudo esta noção de gênero afirmada por tanto por Charaudeau quanto por Marcuschi, em virtude das mais variadas discussões teóricas ocupadas com tal definição. Diferentes posicionamentos teóricos coexistem sob diferentes definições:

[...] há, por exemplo, um ponto de vista funcional que procura estabelecer funções, classificando os textos com base no esquema de comunicação. Há um ponto de vista enunciativo que busca descrever os gêneros considerando as suas características formais que reúnem marcas mais recorrentes [...]. Nesta filiação estão Bakhtin, que postula os gêneros como dependentes da troca comunicacional para satisfazer o processo social do discurso. (FURTADO, 2010, p. 50).

Ao considerar a produção de um texto no interior de uma comunidade, entendida como “caráter comum entre os agentes da comunicação, Emediato (2003, p.64), em seus estudos sobre gênero, define que tal qual o texto “o gênero é construído comunitariamente, não considerando somente o aspecto formal para especificá-lo”. Parece que esta afirmação contribui para justificar a preocupação de alguns organizadores de manuais de redação jornalística. Possivelmente, esta construção aproxima-se do jornal publicado na web.

Dominguez (2011, p. 09), em um estudo comparativo entre jornais impressos e jornais publicados na web, conclui:

[...] enquanto o impresso narra o evento a partir de uma seqüência temporal ampliada, considerando suas justificativas, conseqüências e desdobramentos, o web jornal focaliza a primeira ação desencadeadora do processo narrado, com capacidade de narração contínua [...]. Pela convergência de recursos tecnológicos, de instantaneidade, memória, interatividade, hipertextualidade, interatividade, personalização, o discurso web jornalístico se constitui por uma instancia enunciativa [...] e proporciona autonomia de seu interlocutor. (DOMINGUEZ, 2011, p. 09).

Por este viés, percebe-se que o leitor de um web jornal, provavelmente optará por ler esta versão ao invés do jornal impresso. Enquanto o primeiro oferece comodidade, economia no tempo dispensado para a leitura, informações dadas praticamente, em tempo real, dentre outras vantagens, o segundo, descarta algumas destas vantagens: o leitor deve ser assinante, comprá-lo ou, aleatoriamente – em algum consultório, no local de trabalho, ler o que estiver ao seu alcance.

São vantagens e desvantagens de que o leitor dos jornais *Gazeta* e *Vanguardia* desfrutam ou enfrentam. A comodidade, por exemplo, nas versões web dos jornais *Gazeta do Itaquá* e do *Vanguardia* tem o seu preço: o acesso à versão on line exige, no primeiro jornal, que o leitor seja assinante e, no segundo, talvez por problemas de ordem técnica, nem sempre a página da web está disponível. São questões que mereceriam uma reflexão mais ampla, o que, nesta proposta de estudo, se inviabiliza.

Na medida em que a discussão sobre o gênero torna-se complexa, consideram-se dois critérios adotados por Melo para classificar os gêneros peculiares ao jornalismo brasileiro³ (1985) agrupam-se os gêneros em categorias correspondentes à intencionalidade e identifica-se “a natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos”, resultando assim em jornalismo interpretativo – *nota, notícia, reportagem, entrevista* e jornalismo opinativo – *editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta*⁴. Na impossibilidade de ampliar, neste estudo, as diversas questões sobre os gêneros, restringe-se a discussão ao gênero editorial.

Considerado pelos teóricos do jornalismo como o responsável pela emissão da opinião da empresa, o editorial possui características próprias, sendo, geralmente, isento de assinatura e, por meio do ponto de vista do editor, posicionar-se em relação aos mais diferentes temas.

³ O autor não deixa de discutir algumas classificações pertencentes a universos culturais diferentes e assim, em seu estudo, divide-as em classificações européias e norte-americanas, classificações hispano-americanas e classificações brasileiras.

⁴ A discussão sobre cada um destes elementos encontra-se na página 49 da citada obra.

Segundo alguns manuais de redação jornalística, a linha editorial é determinada pela direção do veículo de comunicação, apontando os valores e os paradigmas da empresa que representa. Na definição do dicionário de gêneros textuais,

Editorial: artigo de opinião em que se discute a questão de ensino, apresentando-se o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe, da emissora de rádio ou televisão ou do responsável pelo programa. É também conhecido como artigo de fundo. (COSTA, 2008, p. 17).

O manual de redação do jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, determina que a linha editorial do jornal seja “a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo”. Nestas condições, caberá ao editor argumentar, respeitando as diretrizes propostas pela instituição que representa. Na perspectiva de Melo, a linha editorial é vista como o controle negociado:

[...] a seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos. (MELO, 1985, p. 59).

O autor ainda questiona: “até onde os dirigentes de uma organização jornalística controlam o que vai ser publicado?” e responde: “as decisões, em uma redação, fluem de cima para baixo, desde o editor chefe até a chefia de reportagem ou as editorias especializadas.” (MELO, 1985, p. 60). Seguindo este raciocínio, para o autor parece impossível ao jornalista burlar a linha editorial, ou ainda, interferir na seleção de informações. Segundo Melo (1985, p. 61), quando isto ocorre é porque houve um pacto informal entre proprietários e empregados objetivando “oferecer informações que correspondam às expectativas de segmentos minoritários” – reforçando, assim, os interesses mercadológicos da empresa para “criar um clima de *cordialidade* entre patrões e empregados”, reduzindo tensões.

Para alguns estudiosos, o Editorial, principalmente o dos grandes jornais, além de representar a opinião da empresa à qual pertence, busca dialogar com o Estado e não somente se dirigir à opinião pública. A este respeito Melo se posiciona:

Nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os

cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (MELO, 1985, p. 79).

O modo discursivo do Editorial pode organizar-se argumentativamente possibilitando ao editor construir o seu discurso, expressando sua adesão ou rejeição à determinada proposta, facultando-lhe a tomada de posicionamentos favoráveis ou não sobre determinado tema, respeitando os padrões normativos para a elaboração do Editorial. Dentre os padrões, destacam-se a modalização verbal na terceira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural em virtude de não ser assinado. Para Lage (2006, p. 23), “o uso da terceira pessoa é obrigatório e o redator de uma notícia não é conhecido de quem a irá consumir; mesmo quando assina seu texto, o que é raro”. A leitura de outros manuais de redação, como o jornal *Folha de São Paulo*, em relação ao editorial, permite acrescentar:

Editorial- Texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar a ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar desenvolver os argumentos que o jornal defende refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha. Nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso deve dizê-lo com clareza. Os editoriais são publicados na segunda página do jornal e, em casos excepcionais, na primeira. Não são assinados. (MANUAL DE REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

Parece que tanto os manuais de redação do *Estado de São Paulo* quanto os da *Folha de São Paulo* se complementam e direcionam, teoricamente, os padrões para os demais jornais publicados no Brasil. Ao procurar um manual específico que normatize os padrões da redação jornalística, percebeu-se que estes se amparavam em um destes manuais.

Enquanto a Folha apresenta um manual dicionarizado e normativo, o *Estado de São Paulo*, em seu *Manual de Redação e Estilo* (2011, p. 09), objetiva “expor de modo ordenado e sistemático, as normas editoriais e de estilo, sem tolher a criatividade dos jornalistas”. Os capítulos que o compõe discorrem sobre a gramática normativa que vão desde a exposição das normas ortográficas até a apresentação e discussão dos erros mais comuns na escrita jornalística, inclusive a convenção das palavras consideradas pelos organizadores, antijornalísticas ou sofisticadas: “burgomestre, transfusionado, soldado do fogo, agilização, necrópole, nosocômio, emergencial, alavancagem, a nível de, entre de outros”.

Além das características do editorial, precedentemente apontadas, Melo (1985, p. 82), em seus estudos sobre o jornalismo, cita a *condensabilidade* como característica fundamental para o editorial, ou seja, ser claro e breve para proporcionar ao leitor rapidez na leitura. Na

perspectiva do citado autor, o texto editorialístico classifica-se, quanto ao conteúdo, em informativo, normativo e ilustrativo, e quanto ao estilo, em racional ou sensibilizador.

Com base nesta discussão, considera-se importante para o presente estudo apontar estas características para proceder as análises que serão discutidas sobre os jornais de pequena circulação, *Gazeta do Iguazu* e o jornal *Vanguardia*, publicados, respectivamente, nas cidades de Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

1.4 O jornal *Gazeta do Iguazu* e o jornal *Vanguardia*

Publicado diariamente, desde o ano de 1988, na cidade de Foz do Iguazu, o jornal *Gazeta do Iguazu*, popularmente denominado *Gazetinha* pelo público leitor, aborda temáticas variadas. A proposta editorial deste veículo de comunicação iguaçuense tende a discutir assuntos das mais diversas áreas de âmbito nacional e internacional.

Segundo o seu site oficial, atualmente a *Gazeta do Iguazu* “atende um papel importantíssimo além de levar as notícias do dia a dia para milhares de leitores nos onze municípios que perfazem sua área de abrangência”, assim justifica-se para o seu leitor

[...] mantém-se com os olhos abertos de Foz para o mundo, atuando na forma de uma agência de notícias confiável para órgãos de comunicação em vários países, sempre interessados na região, que é um grande pólo gerador de notícias. Diante dessa envergadura, a *Gazeta do Iguazu* apresenta-se como um grande balcão de negócios, suprimindo de informações um fabuloso mercado de produtos brasileiros e latino-americanos. É a vantagem de atuar com respeito no meio da informação, no coração do Mercosul. (GAZETA DO IGUAÇU, 2011).

A versão impressa do jornal pode ser adquirida nos mais diversos centros distribuidores ou ser entregue em domicílio e restringe-se às regiões brasileiras, próximas ao município de Foz do Iguazu. A versão on line, permitida somente para os assinantes, disponibiliza o jornal na íntegra e viabiliza ao leitor consultar desde as primeiras edições até as atuais. Um link específico possibilita verificar as estatísticas sobre o perfil do público leitor. Esta ferramenta viabilizou para a pesquisadora acessar os editoriais utilizados como *corpus* deste estudo.

Sediado em Ciudad del Este, Paraguai, o jornal *Vanguardia*, publicado diariamente e distribuído em todo o país, completou em 2009, 10 anos de existência. Durante esta trajetória, em dezembro daquele ano, um incêndio destruiu parte das instalações, consumindo expressivo número de publicações inviabilizando qualquer manuseio ou recuperação catalográfica.

Apesar do incêndio, a empresa continuou o compromisso de honrar o leitor, refazendo a estrutura física do prédio, parcialmente destruído. Amparado no slogan oficial “*estar siempre en guardia*” é considerado, pelo editor, “el primer diario moderno del interior del país y en defensa de los intereses generales y para denunciar los hechos y irregularidades que afecten a todos los ámbitos de la sociedad”. Além da publicação impressa, o jornal conta, também, com a versão on line disponibilizada na web, sem exigir que o leitor seja assinante e proporciona-lhe: “tener una visión general de las noticias con un solo clic”, e ainda garante, “los periodistas estarán en el lugar de las informaciones transmitiendo datos y fotografías de los acontecimientos resaltantes minuto tras minuto”. (Vanguardia, 2011).

São as vantagens da versão web apresentadas por Dominguez (2011) em seus estudos, mencionadas anteriormente nesta pesquisa. Dentre as desvantagens da versão impressa sobressaem-se, em âmbito de fronteira, não estar disponibilizada nas bancas de Foz do Iguaçu, bem como as publicações do jornal *Gazeta do Iguaçu*, não serem vendidas em Ciudad del Este.

O compromisso assumido com o leitor está definido em seu site oficial:

El Diario Vanguardia renueva cada año su compromiso con la sociedad, de seguir defendiendo la verdad, cultivando la libertad de expresión, fomentando la cultura cívica, asumiendo una lucha frontal contra la corrupción, la violación de los derechos humanos y el abuso de poder; sin dejarse amilanar por las amenazas ni denuncias censoras. Es decir, ratifica su más firme compromiso en defensa de la libertad de expresión e información como máxima garantía del Estado de Derecho. (VANGUARDIA, 2011).

Em suas diferentes seções desenvolvem-se os mais diversos assuntos: políticos, policiais, judiciais, sociais, econômicos, culturais e esportivos, inclusive, na versão web, o leitor, dependendo do seu interesse, participa ativamente, podendo opinar ou contatar, diretamente, os jornalistas por meio dos blogs, ou ler edições anteriormente publicadas.

Após as reflexões até aqui delineadas e percebendo os compromissos que cada jornal assume com o seu leitor, parece que tanto o jornal *Gazeta do Iguaçu* quanto o *Vanguardia* preocupam-se com o seu auditório e tentam, na medida do possível, proporcionar comodidade, mesmo que seja para um pequeno grupo – o de assinantes, por exemplo, e assim captar a atenção. As temáticas relativas aos editoriais publicados nestes jornais, além de outros temas, abordam o Mercosul e alguns de seus aspectos.

2 O MERCOSUL, INTEGRAÇÃO E FRONTEIRA

A temática relacionada aos editoriais dos jornais *Gazeta do Iguaçu* e *Vanguardia*, além do Mercosul, aproxima-se de seus correlatos: integração, fronteira e outros. O desenvolvimento deste capítulo pretende resgatar e compreender alguns aspectos do processo histórico do Mercosul bem como a sua relação com o mundo globalizado.

2.1 Globalização

Na busca de uma melhor compreensão sobre o Mercosul, volta-se um olhar para o mundo global, cujos aspectos não se resumem somente na diminuição das distâncias pela tecnologia, dos meios de comunicação e dos transportes. Implica relações econômicas estabelecidas entre nações. Apesar de ter sido alvo de discussão entres diversos olhares teóricos, o conceito de globalização aponta para questionamentos.

Se para uns, como Ianni (1997) globalização é um processo em marcha, para outros, como Hobsbawm (*apud.* ALMEIDA, 2008) ela está consolidada: culturas, economias e fronteiras nacionais estão se dissolvendo em função da globalização. Tanto para um quanto para outro autor, a reflexão delinea-se ao redor da noção de mercado global, articulador da dinâmica mundial, implicando e trazendo diversas conseqüências à sociedade atual. São pontos de vista comuns entre os autores. Aproximam do elaborado por Milton Santos, ao considerar a perversidade da globalização:

[...] entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos, isto é, dos globalitarismos- a que estamos assistindo. (SANTOS, 2010, p. 38).

Em suas reflexões, Santos aponta para a globalização como um estágio supremo da internacionalização, podendo ser vista como o “verdadeiro paradigma de nosso tempo” e que para Castañer (2000), reflete, também, uma nova divisão e internacionalização do trabalho. Crê-se, portanto, que o processo de globalização implica tanto na intensificação das relações mundiais econômicas quanto da pobreza e da miséria dos países menos abastados ou em condições de guerra. É possível perceber a perversidade da globalização apontada por Santos quando as reflexões se voltam para a humanização deste processo. Enquanto o processo da

globalização, em marcha, ou estabelecido, sustentar-se, em primeira mão, a serviço do capital ou da tecnologia, desconsiderando a humanidade, “a globalização devolve ao homem à condição primitiva do cada um por si, reduzindo as noções de moralidade pública e particular em quase nada”. (SANTOS, 2000, p. 65).

Ainda na visão de Santos (2000), se de um lado dá-se a produção de uma materialidade, de outro há a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas:

[...] uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação. Dentro de cada país, sobretudo entre os mais pobres, informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo em face da sociedade e, mesmo, da economia, tornando-se um elemento fundamental da produção, e ao mesmo tempo da geopolítica, isto é, das relações entre países e dentro de cada nação. (SANTOS, 2000, p. 65).

Esta moralidade, implicitamente discutida por Castells (2003), e oriunda de uma reestruturação das empresas e das novas tecnologias da informação compõe-se de laços politicamente estreitos em relação à desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos, formando uma economia global em rede:

[...] a economia global foi instituída politicamente e assim o fizeram para preservar/aprimorar os interesses de seus estados, dentro do contexto do surgimento de uma nova economia. Ao agir de maneira resoluta a favor da globalização os líderes políticos também procuravam seus interesses políticos, e quase sempre seus interesses pessoais, dentro de diversos graus de decoro. (CASTELLS, 2003, p. 188).

A evolução do comércio internacional nas décadas de 80 e 90 foi marcada por duas tendências: a liberalização comercial, de um lado, e, de outro, o surgimento de projetos governamentais para a criação de blocos de comércio. Segundo Castells (2003), a mais importante dessas áreas de comércio é a União Européia. Em seus estudos, o autor a denominou de “economia global regionalizada”, ou seja, um sistema global de áreas de comércio homogêneo e com barreiras comerciais com relação ao resto do mundo. Para o estudioso, em 1999, ao unificar as alfândegas, estabelecendo uma só moeda e um Banco Central Europeu, a União Européia tornou-se uma só economia, cujos Estados passaram a formar um só Estado, interligados em rede.

Esta tendência de formação de blocos comerciais está presente em outras áreas do mundo que também buscaram constituir-se: NAFTA, MERCOSUL e APEC, respectivamente Tratado de Livre Comércio da América do Norte, Mercado Comum do Sul e Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico.

Para Castells (2003), há graves obstáculos à consolidação do Mercosul. O mais importante é a necessidade de coordenar as políticas monetárias e fiscais, que exigiriam a unificação das moedas dos países participantes. O aspecto mais significativo do desenvolvimento do Mercosul é, de fato, que ele indica a independência cada vez maior das economias sul-americanas em relação aos Estados Unidos. O Mercosul é, por ora, um trabalho em andamento.

O debate sobre a regionalização da economia global denota, contudo, uma questão importantíssima: o papel dos governos e das instituições internacionais no processo de globalização. As redes de empresas, negociando no mercado global, são apenas uma parte da história. Igualmente importantes são os atos das instituições internacionais no processo de globalização. Igualmente importantes são os atos das instituições públicas no patrocínio, na restrição e na formação do livre comércio, e no posicionamento dos governos em apoio a esses personagens econômicos cujos interesses representam. (CASTELLS, 2003, p. 157).

Além desse aspecto da globalização e dos papéis desempenhados tanto pelos governantes quanto pelas instituições, releva-se aproximar a questão da violência da informação, abordada por Milton Santos e da análise de Christa Berger⁵ (*apud*. MOUILLAUD, 2002) sobre o jornalismo. Na visão de Milton (2000), a violência da informação se dá como produto da racionalidade do mais forte, em que o consumo torna-se um redutor do pensamento e a mídia tem certa culpa ao valorizar os intelectuais do dizer, do falar, e não do pensar. Concomitantemente, Berger (2002), ao considerar como objeto de estudo o enunciado do artigo de Robert Darnton intitulado *O jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*, comenta: “neste enunciado encontram-se os indicadores para a compreensão do jornalismo: os vínculos com o mercado – dos patrocinadores e dos consumidores - e a equação do vivido num espaço editável” e complementa:

No caso do jornalismo, é ver juntamente com as interferências econômicas, e políticas, como as aceleradas transformações tecnológicas produziram possibilidade de versar sobre os fatos e de construir a realidade, moldando a fisionomia da imprensa contemporânea, também, das variadas possibilidades de apreensão (por parte dos leitores) que delas resultam. (BERGER, 2002, p. 283).

Estas interferências confirmam o poder atual da mídia em produzir sentidos e legitimar o discurso jornalístico para ditar as normas destinadas à regular os efeitos de sentido que pretendem proporcionar ao leitor, selecionando, enfatizando ou interferindo através do seu

⁵ Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação da UFRGS.

discurso. Vista sob este ângulo, poder-se-ia questionar a importância da temática sobre o Mercosul nos meios jornalísticos, bem como com a globalização e os blocos, na sua relação com o leitor em um contexto de fronteira.

2.2 Fronteira

A concepção do termo fronteira tem sido objeto de estudos em diferentes campos disciplinares, o que aponta para a sua complexidade. Seja visto pelo ângulo da Sociologia, da Geografia, da História ou da Antropologia, parece ser inconveniente restringi-lo ao limite físico, geográfico entre duas áreas, regiões ou países. Estudiosos do assunto apontam para um foco que vai mais além⁶. Segundo o Dicionário da Terra⁷:

[...] a fronteira é um espaço privilegiado da produção de antagonismos e laços de solidariedade, da afirmação e negação de identidades, da (re) elaboração de representações, de (re) invenção de lendas e tradições, do (de)encontro dos homens, dos conflitos e das conquistas materiais. Fronteira faz parte da história, possui a sua história. (MYSKIW, 2005, p.228).

A questão do conflito social é discutida por José de Souza Martins (2009), como um aspecto relevante para aqueles que pretendem estudar e definir a fronteira no Brasil. Desse modo, afirma: **“a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”** (grifo do autor). Ou seja,

[...] à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e dos ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. [...] O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS, 2009, p. 133).

No modo de entender de Martins (2009, p.134), enquanto houver conflitos haverá fronteira, ou seja, se “a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou”. Talvez neste ponto a fronteira possa se extinguir.

⁶ MYSKIW, A. M. *Dicionário da Terra*.

⁷ Para Márcia Motta, organizadora do Dicionário da Terra, “dependendo da natureza da discussão a ser realizada, quer na geografia, sociologia, antropologia ou na história, surgem diversas subdivisões utilizando o termo fronteira”. (MOTTA, 2005).

Além da complexidade para definir o termo *fronteira*⁸, há indícios que apontam para a diversidade de tipologia de fronteira, a qual depende do olhar disciplinar que a discute. A título de exemplificação pode-se dizer da fronteira marítima e da terrestre; fronteira aérea e espacial; fronteiras vivas e mortas, fronteira cultural; fronteira étnica; fronteira política; fronteira lingüística além de outros tantos tipos de fronteiras. São os diferentes *modos de ver a fronteira* nas palavras de Martins (2009), pois estes são diferentes entre si por dependerem dos lugares sociais de onde se observa a realidade.

Esses lugares sociais vão além de meros objetos de estudo científicos, uma vez que se estendem para além deste ângulo. É o que sinaliza Motta (2005), ao comentar a diferença de olhar entre aqueles que vivem próximo à fronteira e os que dela vivem distantes. A fronteira entre os países da América Latina Brasil, Paraguai e Argentina ilustram o dizer da autora sobre esta questão.

Para aqueles que vivem na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, ela faz parte do cotidiano, é fonte do trabalho informal, do contrabando e dos furtos, do tráfico de drogas e muambas, do turismo, da riqueza e pobreza, da inclusão e da exclusão social. [...] Para aqueles que reconhecem-na à distância, procuram mantê-la viva e eficaz por meio da localização geográfica: rio Paraná, Cataratas do Iguazu e Usina Hidrelétrica de Itaipu. Há ainda aquele, que a atravessam de forma esporádica. Para eles, a fronteira resume-se a um obstáculo a ser ultrapassado, à travessia da ponte da Amizade, entre Foz do Iguazu e Cidade do Leste. (MOTTA, 2005, p.97).

Se, de acordo com Michel de Certeau a “fronteira funciona como um terceiro” (*apud*. MOTTA, 2005), então o rio Paraná é a fronteira entre os países supracitados, conclui a autora. Em suas palavras, “o rio atua ao mesmo tempo como elemento de integração e/ou separação de costumes, tradições, idiomas e moedas” (MOTTA, 2005, p.97). Nas reflexões da autora importa acrescentar que existem fronteiras abertas e fronteiras fechadas. Enquanto para a primeira não existem barreiras físicas e militares, a segunda caracteriza-se por uma fronteira como limite territorial cujos traçados tendem a ocasionar o isolamento e a dificuldade para a circulação populacional de ambos os lados fronteiriços. Talvez seja possível encontrar, no decorrer das análises deste estudo, alguns indícios de ambas as categorizações.

Cumprido destacar que além das considerações pontuadas sobre o conceito de *fronteira*, torna-se viável para o estudo, expor, sinteticamente, a opinião de Alejandro Grimson (2000), em relação ao termo: “fronteira tem se convertido com o tempo em conceito-chave nos relatos

⁸ “Um dos elementos fundantes para a atribuição de significado à fronteira é seu caráter de fenômeno sócio-histórico, onde estão compreendidos diferenciados sujeitos, constituídos de diversidades étnicas, sociais, culturais e históricos e em processos de relações interculturais.” São afirmações sobre a questão das fronteiras para Lúcio Tadeu Mota (MOTTA, 2005, p. 96).

e explicações sobre os processos culturais contemporâneos, nas análises da chamada globalização” (GRIMSON, 2000, p. 09). Nestas análises, comportam-se as referências da fronteira para limites, para bordas e zonas de contato e o autor complementa, de uma parte parece haver fronteiras físicas, territoriais, de outra, fronteiras culturais, simbólicas.

Por se tratar da proposta deste estudo elencar discussões no âmbito da Tríplice Fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina, parece interessante apresentar algumas considerações sobre a integração.

2.3 Integração

Etimologicamente de origem latina: *integrare* “tornar inteiro, fazer um só”. Sociologicamente, “*adaptação, incorporação de um indivíduo ou grupo externo numa comunidade, num meio*”. Economicamente, conforme consta no Dicionário de Política, “Integração *lato sensu*, significa a superação das divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização”. Tanto uma quanto outra definição remete à idéia de união, aspecto relevante em se tratando da forma como este termo vem sendo empregado na atualidade por autoridades políticas, principalmente quando se trata de Mercosul. Afinal o Tratado de Assunção assim o define:

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes"; Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social. [...]; Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos; Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980. [...] a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes; Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados. (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Percebe-se, no documento oficial do Tratado de Assunção, a prioridade econômica de integração entre os Estados-Parte, cujo resultado refletirá na melhoria de condições de vida dos habitantes da América Latina. De acordo com Bobbio,

A Integração pode ser vista como um *processo* ou como uma *condição*. Se for vista como uma condição falar-se-á de organizações mais ou menos integradas. O nível de Integração dependerá dos setores específicos que se

leva em consideração. Assim, poder-se-á ter uma alta Integração jurídica e econômica juntamente com uma baixa Integração política [...] quando, porém, o poder político é o motor da Integração, um de seus primeiros atos será a tentativa de promover a Integração jurídica. (BOBBIO, 2006, p. 632).

A complexidade do processo de estabelecimento de uma integração vai além das definições dicionarizadas. Segundo Bobbio, os estudiosos do assunto dividem opiniões quando tentam “analisar a estrutura interna dos processos de integração da ou das sociedades envolvidas” (BOBBIO, 2006, p.632). Para uns, a colaboração entre várias organizações estatais e a garantia do aumento dos benefícios para os membros destas organizações favorecerá a integração. Para outros, o motor dos processos de integração é o poder político quando este intervém e evita o fracasso dos países membros.

Alguns parâmetros permitem mensurar o nível de integração: a) quanto mais uma organização consegue controlar os instrumentos coercitivos e impor as observâncias das normas e dos procedimentos dela emanados; b) quanto mais as decisões relativas à distribuição dos recursos, mais é integrada; c) quanto mais constitui o centro de referência e de identificação dominante para os membros da própria organização, é mais integrada. São apontamentos elaborados por Bobbio (2006), os quais não poderiam ser deixados de lado.

No exaustivo trabalho de elaboração do Dicionário Político, o citado autor e seus colaboradores esboçaram uma tipologia da integração: “Integração Territorial”, Integração “Nacional” e Integração “Social”. A tentativa de, resumidamente, apresentar cada uma delas torna imprescindível frisar as palavras do autor, pois estas, explicativas e esclarecedoras, favorecem compreender a tipologia apresentada e podem fundamentar as análises dos editoriais.

A Integração Territorial consiste na “constituição de um mercado único, a instauração de um código jurídico uniforme, de um sistema de transporte unificado e de um sistema tributário extensivo a todos os grupos” (BOBBIO, 2006, p. 633). E esta pode ser alcançada por meio da conquista, da fusão e irradiação. Na conquista, um centro forte conquista o território e submete os demais grupos; na fusão, a aproximação entre diversos grupos se dá lentamente principalmente quando possuem a mesma unidade lingüística; e, por último, a irradiação, exige a aceitação por parte de todos os grupos, da presença de um símbolo central, de uma homogeneidade étnica, além do tempo suficiente e longo para que a capacidade do sistema se expanda uniformemente entre os grupos.

No segundo tipo de integração, a Nacional, para que os membros do grupo se sintam na mesma comunidade política, torna-se necessário a criação de uma identidade comum a

todos. No terceiro tipo, a Integração Social, refere-se à superação da distância entre governantes e governados.

O autor ainda descreve a relação entre autonomia e integração na qual prepondera o processo de integração política das várias comunidades, dentre as quais se destaca a integração dos Estados europeus oriunda das sucessivas guerras. O autor considera que a situação dos países do Terceiro Mundo é mais delicada devido ao complicado e complexo jogo internacional do qual eles participam.

Mesmo relevante, não se estende sobre a complexidade que o termo Integração acarreta, buscou-se nesta etapa do estudo apontar algumas condições sobre esta temática com base no que se encontra no dicionário de Política de Norberto Bobbio. Contudo compreende-se que o termo sugere outras pesquisas e apontamentos, o que não caberia neste momento.

2.4 O contexto latino-americano

A história da formação da América Latina, no período que trata da sua independência política, aponta como um de seus precursores o general venezuelano e líder revolucionário Simón Bolívar que buscava, por volta de 1826, a integração da América Latina, formando um só bloco. Tanto os espanhóis quanto os portugueses ambicionaram apropriar-se das terras sul americanas, colonizando-as. Enquanto o processo de colonização foi palco de violentas e sangrentas batalhas entre os portugueses e espanhóis, a emancipação política das colônias, no século XIX, acentuou os contrastes existentes entre os países da região, ocasionando conflitos, alianças e intervenções entre as partes envolvidas na disputa nas regiões de fronteira.

Segundo a historiadora Maria Ligia Prado,

[...] a independência política e a formação dos Estados Nacionais na América Latina se fizeram a partir do rompimento do sistema colonial, dirigidas por setores dominantes da colônia, descontentes com a impossibilidade de usufruir as “novas vantagens” que o capitalismo do novo século lhes oferecia. (Prado, 1987, p.02).

Além da impossibilidade de usufruir dos “benefícios” do capitalismo, alguns conflitos, alianças e intervenções ocorreram nas regiões de fronteira⁹, uma vez que “a questão de

⁹ Neste caso, o termo Fronteira: s.f. Limite que separa dois Estados. / Limite, confim, o extremo de uma terra ou de uma região, a parte de um país que confina com outro. / Sociologia Região avançada onde vai chegando a civilização, o desbravamento. // Fronteira natural, fronteira formada por um acidente geográfico. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Fronteira> acesso em dez./11.

fronteiras é uma questão determinada por interesses econômicos e políticos de toda ordem”. Assim, Prado exemplifica:

As disputas por fronteiras entre os vários países latino-americanos foram inumeráveis: cito apenas alguns exemplos: a América Central, depois da independência era um só país, que depois se dividiu em cinco Estados. O Panamá fazia parte da Colômbia e ficou independente dela depois de uma interferência norte-americana direta, motivada pelos interesses da abertura do canal. A Bolívia perdeu parte de seu território e a conseqüente saída para o mar em 1883, numa guerra contra o Chile. O Brasil aumentou suas fronteiras, em disputas vitoriosas com seus vizinhos. (PRADO, 1987, p. 03).

Com uma história marcada por uma gama de conflitos, contradições e períodos de transição, o mapa da América Latina, de acordo com Prado (1987), sofreu incontáveis alterações. Em se tratando de história, “inviabiliza-se dar saltos” sobre fatos relevantes ocorridos em determinados períodos o que significa não desconsiderar a importância de tratar de determinada temática com acuidade.

Enquanto na Europa ocorria a Segunda Guerra Mundial, o Brasil e a Argentina, pela primeira vez tentavam a criação de uma União Aduaneira entre as suas economias, a qual fracassou por motivos diplomáticos. Na tentativa de estabelecer uma integração social e econômica, vários tratados foram firmados desde então: CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (1948); Associação Latino Americana de Livre Comércio – ALALC (1960); Pacto Andino (1969); Associação Latino-Americana de Integração – Aladi (1980)¹⁰; Tratado de Buenos Aires (1990) e Tratado de Assunção (1991). Este último assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como complemento do Tratado de Buenos Aires e estabelecido para a constituição do Mercado Comum do Sul.

Assim, em 26 de março de 1991 ficou estabelecido o Mercosul por meio do Tratado de Assunção, integrando, inicialmente, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. De acordo com os dados do site oficial do governo federal, especificamente sobre o Mercosul.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) constitui uma etapa importante nos esforços de integração econômica da América Latina, e tem seu marco histórico no Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, na capital paraguaia, pelos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e seus respectivos ministros de Relações Exteriores. (MERCOSUL, 1991).

¹⁰ Criada por meio do Tratado de Montevidéu, em substituição à ALALC.

Na perspectiva de Almeida¹¹, “o Tratado de Assunção não é um tratado do Mercado Comum do Sul, mas como seu nome indica, um tratado para a constituição de um mercado comum entre os quatro países membros, sendo explicitamente provisório” (ALMEIDA, 2011, p. 113), e a confirmação de mecanismos e instituições do Tratado de Assunção se deu por meio do Protocolo de Ouro Preto (POP, 1994), criando uma Comissão de Comércio.

O autor ainda propõe um diagnóstico para saber se o Mercosul deve continuar a ser “construído segundo as mesmas bases institucionais seguidas até aqui ou se ele deve ser repensado”. Afinal, para Almeida (2011) há muitas assimetrias a serem corrigidas, tais como a criação de uma moeda comum, que a seu entender, representaria na verdade “uma fuga para frente” e um “escapismo de natureza política à sua incapacidade de realizar o prometido e de cumprir os requisitos mínimos dos objetivos fixados nos instrumentos constitutivos” (ALMEIDA, 2011, p. 120).

Considerando a proposta do presente estudo, a seguir será abordada a temática e sua relação com os meios de comunicação, mais precisamente, o jornal impresso.

2.5 O Mercosul

No processo histórico de formação do Mercado Comum do Sul, alguns blocos econômicos o influenciaram. Dentre os quais se destacam a União Européia.

2.5.1 A União Européia

Em meio a cinzas, devastada pela Segunda Guerra Mundial, em 1945, surge a ideia de uma união entre os países ocidentais europeus, visando encontrar mecanismos para evitar que um novo conflito de tamanha proporção se repetisse, bem como, para tentar recuperar a economia abalada e decadente.

No cenário do pós- guerra, destaca-se a criação, em 1944, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em 1947, criou-se o GATT - General Agreement on Tariffs and Trade¹² formado por aliados que contribuiriam para a reconstrução da Europa. Além destes, os Estados Unidos, uma das grandes potências, lançam o plano Marshall, objetivando oferecer empréstimos com juros baixos e investimentos aos países europeus arrasados. Como forma de contestação ao plano Marshall, outra grande

¹¹ Paulo Roberto de Almeida é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas, diplomata, professor de Economia Política nos programas de mestrado e doutorado do Uniceub.

¹² Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

potencia, a União Soviética, cria, em 1949, o COMECON – Conselho de Ajuda Mútua¹³. As repúblicas européias mantiveram a ideia inicial de união e de fortalecimento econômico. Dentre estes se destacam: O Tratado de Paris, em 1951, responsável pela criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço – CECA.

Indiretamente, desde a segunda metade da década de 1940 até 1989, as duas potências, uma baseada no sistema socialista – União Soviética, e a outra, capitalista, tentaram implantar seus sistemas em outros países, travando conflitos entre si na busca da hegemonia política, econômica e militar, resultando na denominada Guerra Fria¹⁴. Por volta de 1985, quando o bloco soviético sofreu uma queda devido ao atraso econômico e às crises nas repúblicas soviéticas, acelerou-se a fragilização do sistema socialista europeu e o fim da guerra entre os dois grandes blocos. De acordo com Winter,

[...] a consolidação do sistema capitalista exteriorizada com a queda do bloco soviético e a subsequente criação da OMC trouxeram, por óbvio, conseqüências para o mundo inteiro. Novos mercados foram abertos e mantidos pelas economias dos países detentores da tecnologia e do capital. (WINTER, 2008, p. 15).

Seguindo a linha de pensamento do autor, novos termos como “globalização¹⁵, mercado financeiro, commodities, hedge, etc., surgiram em função do estabelecimento da economia nos padrões capitalistas” bem como se fixaram no vocabulário do cotidiano econômico. Ao consolidar-se, o sistema capitalista refletiu-se, também, na América Latina, historicamente menos avançada.

Periféricamente à Guerra Fria, alguns tratados foram se estabelecendo entre Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), o Tratado de Roma, 1957, que instituiu a CEE- Comunidade Econômica Européia e Euratom, Comunidade Européia da Energia Atômica¹⁶ e o Tratado de Maastricht (1992) que levou à criação da União Européia (UE). O desenvolvimento de uma política comum entre os países membros é uma das particularidades

¹³A Alemanha, por sua vez, aderiu ao plano Marshall para se restabelecer, e por isso, a União Soviética bloqueou todas as rotas terrestres que davam acesso a Berlim. Os Estados Unidos abasteciam a Alemanha o que provocou a divisão em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. Somente em 1989, derrubou-se o muro de Berlim, reunificando as duas Alemanhas.

¹⁴Em 1949 os Estados Unidos, juntamente com seus aliados, criaram a OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, objetivando manter alianças militares. Por outro lado, a União Soviética assina, com seus aliados, o pacto de Varsóvia, visando a união das forças militares entre si. No começo da década de 1990, o presidente da União Soviética, Gorbachev, começou a acelerar o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo.

¹⁵Algumas reflexões serão apontadas mais adiante sobre o termo em referência.

¹⁶Em sua primeira fase, de acordo com o site oficial da união Européia, a Comunidade limitou-se à criação do CECA entre os países fundadores – França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos Luxemburgo e Itália, objetivando garantir a paz entre as nações. Atualmente a união européia é constituída por 27 Estados Membros.

da UE, juridicamente constituída em uma Organização Internacional, com sedes em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo. Dentre estas particularidades, destacam-se a moeda comum, o Euro¹⁷, e o reconhecimento da cidadania europeia a qualquer pessoa que tenha nacionalidade de um Estado-Membro. Atualmente a União Europeia está enfrentando uma crise financeira na zona do euro: alguns países como a Grécia encontram-se endividados, dentre outros fatores, por gastar mais dinheiro do que conseguiram arrecadar por meio de impostos nos últimos anos.

Importante frisar que a formação de blocos econômicos corresponde à uma ideia de os países envolvidos adotarem soluções integradas para problemas comuns, na tentativa de alcançar o equilíbrio das relações entre as nações, facilitando o comércio entre os países membros, visando o crescimento de seus membros com afinidades comerciais, culturais, sociais, políticas. Em função disso, além da União Europeia, atualmente estão formados os outros blocos: Nafta – Acordo de Livre Comércio do Norte; Pacto Andino; Mercosul - Mercado Comum do Sul; Apec – Cooperação econômica da Ásia e do Pacífico. Dentre estes, a seguir, far-se-á uma breve apresentação do histórico Latino americano como forma de contextualização para a formação do bloco econômico Mercosul, considerando que se trata de objeto vinculado aos editoriais e seu estudo.

2.5.2 Tratado de Assunção: o Mercosul

Considerado por alguns autores como um projeto político na busca de encontrar soluções para seus países membros, o Mercado Comum do Sul, a exemplo do que foi comentado anteriormente sobre a União Europeia, também objetiva fortalecer a economia dos países do bloco, bem como alcançar a integração. Se na Europa os processos de integração originaram a União Europeia, nas Américas, inspirados no sonho de Símon Bolívar, os diversos blocos regionais que surgiram, chegam ao número de dezessete organizações internacionais distintas, segundo levantamento divulgado por Micali (apud. RAYMUNDO, 2003) dentre as quais, algumas de cunho pan-americano, como a Organização dos Estados Americanos- OEA (1948) e outras de alcance regional, como o Mercosul (1991).

¹⁷Em 1º de janeiro de 2002 o euro passou a ser a moeda corrente em doze dos quinze países que compõe a União Europeia. A autoria intelectual dessa moeda deve-se a Pierre Werner, primeiro-ministro de Luxemburgo e o plano de união monetária nos países da CEE, se daria em três etapas, previsto para 10 anos. (FEITOSA, 2001). Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/2597/o-euro-e-o-deficit-de-legitimidade-que-o-cerca> acesso em dez./11.

Historicamente, segundo Soares (2009), novos impulsos no sentido de integração ressurgem após as fracassadas tentativas de Bolívar no sonho de alcançar, para a América Latina, uma confederação de nações livres. O ressurgimento, segundo o autor, se deu com o período de atuação da Comissão Econômica para América latina – Cepal, criada em 1948. Em resumo, ocorreram algumas tentativas de aproximação política e econômica entre o Brasil, a Argentina e o Chile nos anos de 1951 a 1954, período em que a Cepal propôs um projeto de união aduaneira e de uma união de pagamentos na América latina, adotando o conceito de cooperação regional. Pelo Tratado de Montevideu, em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), substituída, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980.

Seguindo o raciocínio de Soares (2009), na tentativa de superação das rivalidades históricas que dificultavam a integração política e econômica entre o Brasil e a Argentina, em 1985, formulou-se a Declaração do Iguazu para expressar a decisão política de iniciar um processo de integração bilateral entre esses países. Em julho de 1990, convencionou-se o Grupo Mercado Comum para a elaboração de um conjunto de medidas e assim, firmarem um Mercado Comum. Este acordo resultou, em 1990, no Acordo de Complementação Econômica n.14, constituindo o marco inicial do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, firmado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – incorporados neste Tratado. Inicialmente, pelo Tratado de Assunção estabeleceram-se, em primeiro plano, as normas de âmbito econômico e comercial e em segundo, fixou-se o prazo de 31.12.94 para apresentar a organização da estrutura institucional dos órgãos administrativos do Mercado Comum do Sul, aprovada em 17 de dezembro de 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto.

Do documento oficial divulgado no site, pode-se destacar dentre os objetivos do Mercosul fixado pelo Tratado de Assunção:

“com a constituição do Mercosul, os Estados-Partes desejam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes, o que se pretende alcançar igualmente pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis.”(TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991)

Percebe-se, com base nos princípios adotados pelo Tratado, que a temática integração reflete as tentativas históricas em busca de alcançarem, bem como a intenção de proporcionar aos habitantes dos países membros, “melhores condições de vida” fundamental

para atender às expectativas de desenvolvimento dos países membros. Talvez, por isso, a temática Mercosul/Integração seja tão recorrente nos meios midiáticos da Tríplice Fronteira.

2.5.3 O Mercosul como temática jornalística

Em quase duas décadas de existência, o Mercosul tem sido discutido pelos setores midiáticos, principalmente nos jornais impressos da Tríplice Fronteira seja no campo aduaneiro, político ou social. Conforme afirma Raddatz (2003, p.132), “embora divulgado amplamente pela mídia, o Mercosul ainda não se descobriu e sua sustentação corre risco porque lhe falta identidade”. Dentre os meios midiáticos qualificados para discutir o Mercosul nos seus amplos aspectos, insere-se o jornal impresso.

Segundo Thompson (2003), é preciso estabelecer critérios para manter o marketing das notícias: o sensacionalismo e a imparcialidade que pretende oferecer sobre o mundo ao consumidor, afinal a condição efêmera do produto (no caso o jornal) e seu compromisso com a prestação de serviços prevalecem como padrão de julgamento do que interessa ou não publicar. Considera-se também, que o lugar midiático articula-se também com o saber e com o poder, cabendo ao profissional do jornalismo submeter-se a certas regras internas e externas da instituição midiática.

A imprensa, de acordo com França (2002, p.485) “tem como papel central a transmissão de informação, mas exerce outras funções complementares como integração social e os jornalistas são vistos pela sociedade como seres sociais em exercício”. Soma-se a esta ideia, a política da notícia abordada por Lage (1985) ao discutir sobre a necessidade de seleção da informação devido ao número expressivo que esta alcançou nos dias atuais tornando imprescindível estabelecer critérios para manter o marketing das notícias: o sensacionalismo e a imparcialidade que pretende oferecer sobre o mundo ao consumidor. Sendo a condição efêmera do produto (no caso o jornal) e seu compromisso com a prestação de serviços prevalecem como padrão de julgamento do que interessa ou não publicar.

Assim, recorrer à temática do Mercosul para produzir um artigo, um editorial ou informar um fato no jornal impresso da região Trinacional pode justificar ou não os critérios acima mencionados. Observa-se, por exemplo, a recorrência desta temática, explícita ou implicitamente, tanto nos editoriais do jornal *Gazeta do Iguaçu* quanto no jornal *Vanguardia*. A temática compreende assuntos nem sempre relacionados somente ao aspecto econômico –

ideia inicial do Mercado Comum do Sul, mas também a assuntos relativos à segurança, à educação, ao turismo, ao crime, todavia questões de uma ou outra forma vinculadas à fronteira (integração).

2.6 Foz do Iguaçu, Tríplice Fronteira e Ciudad del Este

Por se tratar dos limites físicos entre duas cidades: Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY), o conceito de fronteira, nesta etapa do trabalho restringir-se-á a este aspecto. Compreende-se que esta conceituação, em algum momento do estudo servirá de orientação para algumas reflexões relativas a algumas análises, o que não impede de em algum momento, estender a conceituação do termo fronteira conforme a discussão elencada em seção anterior. Viabiliza-se, portanto delinear a localização geográfica das cidades em referência bem como uma síntese dos traços históricos inerentes a cada uma.

2.6.1 Foz do Iguaçu (BR)

A cidade está situada no oeste Estado do Paraná, Brasil, na conjunção dos rios Paraná e Iguaçu, nos limites geográficos com a Argentina e com o Paraguai. Historicamente, a região foi descoberta em 1542 pelo então colonizador Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol, guiado por índios guaranis. Após o período de Colônia Militar- em 1910, passa à condição de distrito do município de Guarapuava, mas somente, em 10 de junho de 1914, oficialmente criou-se o município de Foz do Iguaçu. Enquanto, inicialmente, a população era composta por índios guaranis e por militares, foi após o decreto que municipalizou a cidade que os primeiros colonizadores europeus começaram a chegar basicamente os agricultores oriundos do Rio Grande do Sul.

A expansão da região iniciou-se pela agricultura tanto de subsistência quanto pela sua comercialização quando havia excedente. Em função desta expansão surgiu a necessidade da implantação de um sistema viário, que favoreceu o crescimento comercial da região. Entre a década de 1960 e 1970 alguns fatores contribuíram para a continuidade desenvolvimentista regional: a construção da Ponte Internacional da Amizade entre as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este); o desmembramento de São Miguel do Iguaçu (1962), região próxima à Foz do Iguaçu e em meados de 1974, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, fundamentada em um acordo bilateral entre o Brasil e o Paraguai, cuja

obra contribuiu para a vinda de trabalhadores das mais diversas regiões do Brasil e também de trabalhadores do Paraguai.

De acordo com dados do IBGE, em 1970, Foz do Iguaçu contava com 33.966 habitantes e passou a ter 136.321 em 1980. Este crescimento proporcionou transformações urbanísticas na cidade desde a ampliação da prestação de serviços até mesmo o aumento das relações comerciais entre as cidades internacionalmente fronteiriças, mais precisamente, sob o carimbo denominado “turismo de compras” e do comércio de exportação. Conforme as fontes oficiais, houve uma elevação do número de comerciantes de origem árabe e asiática, na estrutura comercial de Ciudad del Este.

O crescimento da região não se deu somente durante a construção da hidrelétrica; continuou se expandindo devido ao turismo de compras, estimulado por compristas das mais diversas regiões brasileiras. Fatores diversos contribuíram para a queda desta espécie de turismo, cuja informalidade refletiu-se nos mais diversos setores da economia iguaçuense, acarretando conseqüências tais como o desemprego, a violência, o contrabando, o que, evidentemente não impediu o crescimento do setor hoteleiro graças às Cataratas do Iguaçu e também à Itaipu¹⁸.

Apesar dos fatores supracitados, de acordo com informações fornecidas pela Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, a cidade “goza das vantagens de sua localização estratégica para o Mercosul, possuindo perspectivas otimistas de crescimento econômico, com a atração de novos investimentos”. Crescimento este, provavelmente menor, e dependente das relações econômicas e políticas entre as cidades fronteiriças no rompimento de barreiras e fronteiras.

2.6.2 Ciudad del Este (PY)

Discutir historicamente as questões relativas à formação de Ciudad Del Este comportaria uma dedicação exclusiva, o que não significa ignorá-las por completo. Deste modo, optou-se em tratar brevemente sobre o assunto, destacando, resumidamente, alguns elementos importantes na história do Paraguai e assim, apresentar algumas características de Ciudad Del Este.

Para a historiadora Maria Ligia Prado, o Paraguai colonial, área secundária na ótica da coroa espanhola, era uma região que fazia parte do vice-reino do Rio da Prata e foi durante muito tempo o lugar da tirania, da barbárie e do atraso. Tanto econômica quanto socialmente

¹⁸Atualmente, outro atrativo para a cidade, tem sido a Universidade Latino Americana - UNILA, provisoriamente instalada no canteiro de Itaipu.

sua organização estava intimamente ligada aos jesuítas, os quais em 1811, por divergências com a Coroa, foram expulsos de toda a América.

O Estado paraguaio organizado de forma autoritária e centralizado na figura do ditador traduzia, segundo Prado, “de um lado a ausência de uma classe proprietária poderosa, e de outro, respondia a uma posição defensiva frente a seus vizinhos, especialmente Buenos Aires”. Durante o período de 1864 e 1870 instaurou-se a Guerra do Paraguai¹⁹, reduzindo drasticamente a população paraguaia, cujos motivos tem sido temática para os mais diversos estudos, talvez pela complexidade ou pela proporção que alcançou em termos de dizimação humana.

No âmbito econômico, alguns historiadores concordam em suas opiniões sobre a Guerra Paraguai: antes de ser instaurado o conflito entre o Paraguai e os demais países – Brasil, Argentina e Uruguai. O Paraguai possuía um modelo econômico fechado para o mercado exterior, isento de empréstimo com países do exterior, enquanto os países aliados encontravam-se endividados bem antes da guerra.

De qualquer modo, segundo a autora, a Guerra demonstrou a lealdade do povo paraguaio ao seu governante, Francisco Solano Lopez e que, antes mesmo desta se instalar, o Brasil já enfrentava problemas de fronteira com o Paraguai em virtude dos interesses relacionados à demarcação das fronteiras e à livre navegação, inclusive, questões relacionadas ao processo de modernização do Paraguai, propiciados pela política ditatorial de seus governantes. São questões também abordadas por Montenegro e Béliveau, em seus estudos sobre a Tríplice Fronteira:

La narrativa histórica paraguaya construye el mito de la nación sobre una “edad de oro” anterior a esta guerra, cuando Paraguay era “una de las naciones más avanzada del continente”, con educación y vivienda para toda la población, y una economía sana y pujante. Luego de la guerra, en la cual la población masculina fue diezmada por la alianza entre Argentina, Brasil y Gran Bretaña, el país adopta la fisonomía de pobreza y subdesarrollo que el relato identitario le atribuye al presente nacional. (MONTENEGRO, BÉLEVEAU, 2006, p. 146).

No ano de 1957, em 03 de fevereiro foi fundada Ciudad del Este, cujo nome inicial foi Puerto Flor de Lis e, em homenagem ao ditador Alfredo Stroessner, logo foi alterado para Ciudad Presidente Stroessner. Somente após o golpe de estado, em fevereiro de 1989, alterou-se o nome, definitivamente, para Ciudad del Este.

¹⁹Também conhecida historicamente por Guerra da Tríplice Aliança cujos maiores esclarecimentos sugere-se os estudos de Julio José Chiavenato e Eduardo Galeano.

Está localizada geograficamente no Paraguai, no leste do país, margeada pelo Rio Paraná. Faz parte da Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina, geograficamente representada pelas fronteiras físicas entre as cidades de Foz do Iguazu (BR) , Puerto Iguazu (AR) e Ciudad del Este (PY). A cidade de Foz do Iguazu e Ciudad del Este estão interligadas pela Ponte Internacional da Amizade, popularmente denominada Ponte da Amizade.

Em relação às questões demográficas e econômicas, Rabossi (2004), em seus estudos, afirma que “Ciudad del Este é a segunda cidade em importância do Paraguai e complementa: “dado chamativo se considerarmos que foi fundada em 1957: quatrocentos e vinte anos depois de Assunção (1537), primeira cidade colonial e atual capital do país”. As afirmações do autor assim se sustentam:

O crescimento vertiginoso dessa cidade fronteiriça localizada diante de Foz do Iguazu (Brasil) está vinculado, entre outros processos, ao enorme dinamismo que adquiriu seu movimento comercial. Produtos importados dos mais variados lugares passaram a ser oferecidos em um mercado que foi crescendo junto a milhares de compradores que o transformaram em um dos centros comerciais regionais mais importantes da América Latina. (RABOSSI, 2004, p. 05).

No entanto nem só de crescimento Ciudad del Este se destaca dentre as demais cidades do Paraguay. Nas afirmações de Montenegro e Béleveau,

[...] para sus habitantes, entonces la geografía de Ciudad del Este se dibuja sobre un mapa marcado por la fractura entre un centro, articulado a través del Puente de la Amistad con Foz do Iguazu, dinámico, comercial y progresista, y un interior pobre, desatendido, explotado, más cercano a la idea que tienen de su país, Paraguay. (MONTENEGRO, BÉLEVEAU, 2006, p. 145).

Traduzindo o pensamento das autoras, os habitantes de Ciudad del Este convivem com a difamação pela qual a cidade é definida. Ou seja, as imagens que seus habitantes elaboram, se equiparam às representações dos habitantes tanto de Puerto Iguazu (AR) quanto de Foz do Iguazu (PY) em relação à cidade paraguaia. Estas representações, comentadas pelas autoras, resumem-se em: subdesenvolvimento, corrupção, violência, pobreza, pirataria, e outros caracteres nada animadores.

Compreende-se, portanto, os conceitos de Balibar (*apud*. MONTENEGRO, 2006)) de que as fronteiras são polissêmicas: não existem do mesmo modo para indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos: “Así, bajo ningún concepto ciertas fronteras se hayan ya situadas em las fronteras, en el sentido geográfico-administrativo del término sino que residen em otro

sítio”, ou seja, as fronteiras desafiam os modos de entender as dinâmicas culturais existentes entre as localidades concretas.

Esta dinâmica até certo ponto diferenciada entre as duas cidades parece refletir-se na abordagem e, mesmo no posicionamento dos Editoriais de um ou outro lado da fronteira sobre questões de integração de Mercosul. Os fundamentos da teoria retórica devem propiciar recursos para analisá-los.

3 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO

Pretende-se neste capítulo considerar os princípios históricos da Retórica e da Argumentação. A natureza do discurso persuasivo, objeto amplamente discutido por diferentes teorias, condiciona-o à Retórica (Teoria) ou à Argumentação. Esta condição possibilita a configuração de uma Teoria Retórica do Discurso, na tentativa de captar o objeto retórica/argumentação, em sua complexa unidade.

3.1 Breve histórico

Indicações históricas consideram o surgimento da retórica no mundo grego, em Siracusa, por volta do século V a.C. Para alguns estudiosos, sua origem se vincula à queda do poder tirano na Sicília à qual se seguiram numerosas causas para restituir aos legítimos proprietários as propriedades que lhes haviam sido subtraídas no período tirano. Para outros, o nascimento da retórica se estabelece na Grécia devido à localização geográfica ou ainda, devido ao espírito democrático dos gregos aliado à sua geografia.

Por algum motivo, a sociedade grega exercia o debate. De acordo com Claude Mossé, “os gregos possuíam o sentimento de pertencer à mesma comunidade, e esse sentimento devia se firmar, de modo especial durante as lutas que os opunham aos bárbaros”. (MOSSÉ, 1979, p.09). Portadores da eloquência como dom natural, a palavra era poderosa e exploravam-na como recurso para a obtenção da persuasão, por meio da oratória. O gosto pela palavra permitia aos gregos o gosto pelo estudo, pelo debate, não somente para fundamentar o discurso, mas também para seduzir o público.

Segundo Vernant (2000, p. 21) por volta de 900 a 750 a. C. “no lugar do Rei, a vida política grega pretende ser um debate público, em plena luz do sol, na Ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de que o Estado é a questão comum”. A Grécia, por volta do século VIII ao século VII (a.C.), tomou um novo rumo e explorou as vias que lhe são próprias e lançou os fundamentos do regime da polis, assegurando a laicização do pensamento político e o advento da filosofia. Na linha de pensamento do citado autor:

[...] a política toma por sua vez forma de *agón*: uma disputa oratória, um combate de argumentos cujo teatro é a Ágora, praça pública, lugar de reunião, antes de ser um mercado. Os que se medem pela palavra, que opõe discurso a discurso, forma nessa sociedade um grupo de iguais (VERNANT, 2000, p. 40).

Enquanto na Acrópole preservava-se o espaço sagrado, na Ágora, considerava-se o espaço comum e profano, sede da *hestia koiné*, espaço público em que eram debatidos os problemas de interesse geral. Neste espaço público, a arte política manifestava-se por meio do exercício da linguagem aliada ao jogo do intelecto, na força do *peithó*, a persuasão. Nestas condições, linguisticamente tem-se a retórica com “r”, considerada a arte do bem dizer, de fazer o uso do logos: o bem dizer equivaleria ou o bem ou a felicidade para todos, dizer com objetividade, dizer persuasivamente de modo a conquistar.

No momento de passagem da tirania para a democracia, Córax e Tísias organizam um tratado sobre o uso da palavra, o Córax. Historicamente, Córax ensinou a arte de argumentar a Tísias, uma espécie de *téchne* retórica. A retórica siciliana do século V (a.C) não se exauriu na *téchne* retórica de Córax e Tísias, pois, de acordo com Plebe (2000, p.03), “outra escola, da corrente pitagórica, praticava e teorizava uma retórica não científica, mas psicagógica, fundada na sedução irracional que a palavra, sabiamente usada, exerce sobre a alma”.

Os gregos exploravam o potencial da palavra não somente para fundamentar, como também para seduzir. Tão importante tornou-se a questão de eloquência e da sedução por meio da linguagem, que esta arte passou a ser ensinada pelos sofistas, dentre os quais se destacaram Protágoras (486 a.C.), primeiro a cobrar uma retribuição pela logografia, a preocupar-se com o tempo verbal e a modelar os discursos: seriam longos quando houvesse necessidade de prolixidade e breves quando necessitassem de concisão.

A aplicação de qualquer argumento em busca do convencimento levou Platão (427-347) a condenar os sofistas e, obviamente, a retórica, por considerá-la a “arte do engano”. Diante do conflito entre o que diziam os sofistas e o que dizia Platão em relação à retórica, historicamente, outros nomes se destacaram: Isócrates e Anaxímenes de Lâmpsaco. O primeiro destacou-se por considerar a palavra um dom divino, capaz de educar e contribuir para o desenvolvimento da humanidade; o segundo, Anaxímenes, ao distinguir os vários gêneros da retórica: o deliberativo, o demonstrativo e o judiciário, contribuiu para as reflexões de Aristóteles (384-322) sobre a retórica: a arte retórica, segundo seu modo de entender, objetiva não somente em fazer provar, mas fazer pensar.

Na busca incessante de discutir sobre a retórica, Aristóteles apresenta-se basicamente em duas obras: *Tópicos* e *Arte Retórica*. Na primeira, delineia as suas reflexões acerca da natureza persuasiva do discurso e a origem dos argumentos. Na segunda, discute sobre o raciocínio dialético. O filósofo percebeu a necessidade de separar o que era artístico e o que não era artístico, em se tratando de retórica e, em seus estudos, ao considerar o orador ter um domínio sobre a organização do discurso, aliou os princípios da retórica aos princípios da

Lógica para descrever os métodos que possibilitassem o caráter verossímil do conhecimento por meio do debate. Para tal, Aristóteles dividiu o sistema retórico em quatro partes: a invenção (*heurésis*), a disposição (*taxis*), a elocução (*lexis*) e a ação (*hypocrisis*). Estas seriam as quatro fases pelas quais passa quem compõe um discurso. A partir de então, a retórica evoluiu, cientificamente, primando pela arte de compor o discurso de modo organizado e estético.

Reboul, no capítulo III, do livro *Introdução à Retórica*, as analisa conforme o sistema retórico proposto por Aristóteles: a invenção caracteriza-se pelo empenho de o orador encontrar os argumentos e outros meios de que necessita para persuadir; a disposição, seria a organização dos argumentos encontrados; a elocução, relativa à redação e ao estilo do discurso e por último, a ação, relativa à proferição – voz, mímica e gestos, e a memória, acrescentada mais tarde, na época Romana.

“Entretanto, a retórica não se deve confundir com a lógica”, alerta Plebe (1978, p. 39), pois aquela não vai demonstrar por meio das evidências- *apodeixeis*, por meio dos silogismos irrefutáveis, lógicos, mas por meio dos silogismos tais que sejam convincentes, denominados por Aristóteles, *entimemas*. Segundo o pensamento aristotélico, os *entimemas* derivam de premissas retóricas, e não de premissas lógicas. As premissas retóricas, para o filósofo, são quatro: as provas, as verossimilhanças, os sinais e o exemplo e cada uma delas tem em si uma força demonstrativa suficiente para construir um *entimema*.

Além da sistematização “lógica” para a retórica, Aristóteles, reservou uma parte de seus estudos para a questão dos gêneros oratórios, inicialmente discutido por Anaxímenes. Assim os do discurso são classificados pelo filósofo, em três tipos, dependendo do auditório a que se dirigem: o judiciário, o deliberativo (ou político) e epidítico. Respectivamente eles têm como auditório o tribunal; a Assembléia; e os espectadores que podem censurar ou louvar. Resumidamente, com base no sistema retórico aristotélico, Mosca (2004), acrescenta que os discursos podem apresentar lugares comuns (*Topoi*), “o fundo lógico comum a todos os discursos inscritos numa mesma tradição cultural, e lugares próprios a cada um (*eidós*)” e assim se organizam:

[...] o **discurso judiciário** visa a destruir os argumentos contrários, o **discurso deliberativo** trata de questões ligadas à coletividade, à pólis, em sua totalidade, quanto à sua administração e o **discurso epidítico** é o que procede ao elogio ou à censura e por explorar todos os recursos literários, oscila entre o funcional e o estético. Ao cumprir uma função social e cívica, liga-se também a questões de ética pública. (MOSCA, 2004, p. 31-32, grifos da autora).

Atualmente esta classificação é mais abrangente. Apesar de a ideia de classificação dos discursos, conforme o auditório, permanecer. Mosca conclui que: “na tentativa de ganhar a adesão do público, os diversos tipos de discursos convivem, ocorrendo assim, traços dos três tipos de discurso, numa relação de dominância e não de exclusão”, (MOSCA, 2004, p. 32).

Para determinar o gênero dos discursos do qual fará uso, a primeira tarefa do orador é perguntar-se sobre o que ele deve versar, ou seja, o tipo de discurso, o gênero que convém ao assunto, a seguir, quais instrumentos ou provas utilizará para persuadir e por fim, como os organizará. Uma vez discutidos os gêneros e os modos de organização do discurso, resta comentar os três tipos de argumentos, ou seja, os instrumentos de persuasão encontrados pelo orador para persuadir: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, os dois primeiros de ordem afetiva e o terceiro de ordem racional.

“O *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança; o *pathos* é o conjunto das emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar em seu auditório; e o *logos* diz respeito à argumentação propriamente dita” (REBOUL, 2004, p. 47). Parecer ser sensato, sincero e simpático seria uma das condições para o orador inspirar confiança no auditório e obter credibilidade. Além desta consideração, aponta Dittrich (2009, p.69), “efetivamente cabe ao auditório construir o *ethos* do sujeito retórico – aquele que enuncia a tese e, ao mesmo tempo, responsabiliza-se pelos seus méritos, questionamentos e conseqüências”.

Esta construção do *ethos* pelo auditório passa pelo *ethos prévio* e *ethos discursivo*. O primeiro corresponde à representação social da pessoa do locutor - o padre, o político, o professor, anterior a sua tomada de turno mesmo que o auditório nada saiba previamente sobre o caráter daquele. Amossy (2005) afirma que o simples fato de um texto pertencer a um gênero discursivo induz a expectativa em matéria de *ethos*. O *ethos discursivo* é construído pelo orador em seu discurso, levando em consideração a ideia que presumivelmente o auditório projeta nele. Por meio do *ethos discursivo*, o orador tenta consolidar, retificar, trabalhar ou atenuar a imagem que ele constrói em seu discurso. A relação estabelecida entre *ethos prévio* e *discursivo* favorece ao orador produzir uma impressão adequada ao seu projeto argumentativo.

A segunda prova retórica apontada por Aristóteles é o *pathos*, definida por Reboul (2004, p.48), como “o conjunto das emoções que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso, aplicando a psicologia das diversas paixões, cujo teor o filósofo grego atribuiu ao medo, à cólera, à piedade, etc.”. Autores contemporâneos como Perelman e Olbrechts-Tyteca

(2005), consideram as paixões, os afetos e os sentimentos por servirem à manipulação, mas não descartam a importância que estes desempenham na argumentação: “ao fundamentarem a sua obra na pesquisa sobre os valores compartilhados pela ação persuasiva, os autores não poderiam deixar de perceber alguma importância às emoções, às paixões e aos sentimentos” afirma Menezes (2007, p. 316) em artigo intitulado *Um pouco sobre as emoções no discurso político* e fundamenta-se nas palavras de Perelman- Tyteca,

[...] há que se notar que as paixões, enquanto obstáculo, não devem ser confundidas com as paixões que servem de apoio a uma argumentação positiva e que habitualmente serão qualificadas por meio de um termo menos pejorativo, como valor, por exemplo.(PERELMAN-TYTECA, 2005, p. 539).

A terceira prova, o *logos*, diz respeito ao discurso e à racionalidade cujos aspectos compreendem em “fornecer ao auditório boas razões para crer naquilo que lhe é dito”. Aristóteles (*apud.* BARILLI, 1979, p. 23), diz que “é necessário argumentar de modo acessível, isto é, não utilizar demasiadas passagens lógicas, não abusar da paciência e da atenção do auditório [...]”. E assim, o caráter lógico, segundo o filósofo grego, organiza-se tirar tudo o que é possível do próprio discurso na tentativa de o orador procurar os argumentos técnicos da persuasão, sem deixar de recorrer a conteúdos psíquicos e sociais, como dito anteriormente, intervir o caráter do orador e as paixões dos ouvintes. Deste modo, a tríade *ethos*, *pathos* e *logos*, na visão aristotélica, constituem os meios, ou provas para obter a persuasão e são solidários entre si:

“Uma vez que a retórica tem por objectivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a acção judicial é um juízo) é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e fidedigno, mas também que o orador mostre uma determinada atitude e a maneira como há de dispor favoravelmente o juiz”. (ARISTÓTELES, *apud.* BARILLI, p.105).

Ao mostrar a ligação da retórica com a dialética, Aristóteles distinguiu duas espécies de raciocínio: o raciocínio analítico e o raciocínio dialético. Enquanto no primeiro predomina a formalidade – uma conclusão só é verdadeira se as premissas forem verdadeiras, estabelecendo uma relação entre a verdade das premissas e a da conclusão, no segundo, serão as opiniões, geralmente aceites por todos, que constituirão as premissas, condicionando-a à verossimilhança, não consistindo, portanto, de argumentos puramente formais. Para Mosca,

[...] o ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à Retórica, reside em considerá-la do domínio dos **conhecimentos prováveis** e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que há de formar **dialeticamente**, pelo embate das ideias

e pela habilidade no manejo do discurso. (MOSCA, 2004, p. 20, grifos da autora).

A noção tradicional da retórica clássica tem sido objeto de estudo em áreas diversas: Literária, Análise do Discurso, Publicitária, Teoria da Argumentação, etc. Segundo Breton (2003) esta retórica, denominada retórica clássica, foi analisada, no decorrer de sua história, por diversos pensadores e filósofos. No entanto, ela foi perdendo força ao longo do caminho em virtude do enfrentamento entre uma cultura de evidência e uma cultura da argumentação, a primeira se reportando ao cientificismo e positivismo e a segunda à própria retórica.

Aos poucos foi desaparecendo dos programas escolares e universitários a partir de 1902, como disciplina, na França. Sobre este assunto destacam-se as considerações de Mosca (2004, p. 05), “na realidade, nunca houve uma ruptura na trajetória dos estudos retóricos, e sim o que se poderia considerar como desvios, desvirtuamentos, enfim desequilíbrio no tratamento de seus componentes”. Na perspectiva da autora, a retórica passou por uma fase de menor democracia e ficou reduzida ao mero exercício formal, à prática e ao estudo dos ornamentos. Sofreu, assim, uma fragmentação, cujas partes constituíram outros domínios: marketing, publicidade psicologia social, por exemplo.

3.2 O lugar da argumentação na Retórica

A importância de revitalizar os estudos retóricos implica compreender os fundamentos da Retórica – a natureza científica da disciplina. Valendo-se dos avanços alcançados por diversas disciplinas atuais - a Lingüística, a Semiologia, a Teoria da Informação, a Teoria da Argumentação apontam as possibilidades que a Retórica oferece e os papéis que pode cumprir.

Foi assim, talvez, um dos caminhos escolhidos por Perelman e Tyteca, quando em 1947, na Bélgica, iniciaram as reflexões acerca do discurso argumentativo e a introdução do conceito de auditório universal, lançando, em 1958, o *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, cujo prefácio Michel Meyer redigiu enfatizando a importância do ressurgimento da retórica. Em suas palavras,

A Nova Retórica é então o “discurso do método” de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade a priori da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não coercitivo torna-se, então a palavra-mestra da racionalidade. (op. cit., p.XX).

Os autores desenvolveram um estudo relevante sobre as diversas estruturas argumentativas, inspirando-se nos lógicos, em termos de metodologia, e valorizaram a adesão do auditório mediante o discurso apresentado. Ao esclarecer como farão o estudo, Perelman e Tyteca assim explicitam:

Nosso tratado só versará sobre recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada [...]. Buscamos, acima de tudo, caracterizar as diversas estruturas argumentativas, cuja análise deve preceder qualquer prova experimental à qual se quisesse submeter sua eficácia. [...] nós nos inspiraremos nos lógicos, mas para imitar os métodos que lhes têm propiciado tão bons resultados de um século pra cá. (PERELMAN-TYTECA, 2005, p.08-10).

Em seus recentes estudos, Mosca aponta os novos “desdobramentos” da Retórica além das Neo-Retóricas:

É inevitável que os estudos retóricos, em suas novas versões, venham redistribuindo as suas funções, tais como o aprofundamento da Teoria da Argumentação, postulada por Chaïm Perelman & Tyteca, da Universidade Livre de Bruxelas, com desenvolvimentos atuais de Michel Meyer, A. Lempereur e outros; os trabalhos do Grupo u, da Universidade de Liège na Bélgica, que se aplicaram também a outras linguagens não verbais; as pesquisas do GRIC da Universidade Lyon II, com Christian Plantin, Kerbrat-Orecchioni e outros, no que toca à argumentação e interação; a Escola de Genebra, com o estudo dos elementos afetivos nas trocas comunicativas; o Grupo holandês, representado por Grootendorst e Van Eemeren; a retórica integrada de O. Ducrot e seus colaboradores, como Jean-Claude Anscombe; os trabalhos de Olivier Reboul, Ruth Amossy; de Manuel Carrilho, Rui Gracio, Eduardo Guimarães e outros. Na vertente saxônica, cabe citar Stephen Toulmin, Kenneth Burke, além de outros. (MOSCA, 2006, p. 03).

Dada a natureza do objeto que se pretende analisar neste estudo - o posicionamento político dos editoriais – percebe-se o seu relacionamento com a argumentação. Isso exige, no entanto, fazer algumas escolhas que a abordem sob os mais diversos olhares: Perelman-Tyteca, Reboul, e Dittrich, tratando-se de apresentar o que dizem a respeito, como ponto de vista. Os apontamentos de alguns destes estudiosos foram, precedentemente citados, restando delinear os fundamentos da Teoria Retórica do Discurso – TRD de Dittrich, (2005, 2008a, 2008b) principalmente.

3.2.1 Teoria Retórica do Discurso – TRD

A condição persuasiva do discurso tem sido objeto de estudo de diferentes teorias, o que aponta para a sua complexidade. Nesse universo, surge a proposta da Teoria Retórica do

Discurso, que se apóia em uma abordagem interdisciplinar para estabelecer seus fundamentos teóricos e metodológicos. Sem desconsiderar os estudos da retórica clássica, a Teoria Retórica do Discurso – TRD – distribuída em diferentes artigos do autor, estuda a natureza do discurso persuasivo e toma como ponto de partida a argumentação, a maneira pela qual a argumentação se desenvolve no discurso e objetiva descrever os mecanismos responsáveis pela sua possível eficácia argumentativa.

Nesta proposta teórica, o discurso “*é entendido na sua dinâmica como prática social construída e materializada pela linguagem, onde interferem e se manifestam posições históricas*” (DITTRICH, 2008, p.97). Isto se dá em função das diversas disciplinas que atribuem ao termo discurso diferentes abordagens. No dicionário de Análise do Discurso, por exemplo, este termo designa “uma noção que já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento *discursivo*, por encadeamento de *razões*, opunha-se o conhecimento *intuitivo*. Seu valor era, então, bastante próximo ao do *logos* grego”. Conforme descreve o dicionário houve uma ‘proliferação’ do termo.

A proliferação desse termo é o sintoma de uma modificação no modo de conceber a linguagem. Diversas correntes pragmáticas sublinham certo número de “ideias-força”: o discurso supõe uma organização transfrástica – “Não fumar”; o discurso é orientado; o discurso é uma forma de ação; o discurso é interativo; o discurso é contextualizado; o discurso é assumido; o discurso é regido por normas; o discurso é assumido em um interdiscurso. (DICIONÁRIO ANÁLISE DO DISCURSO, 2006, p.171).

A questão do discurso para a Retórica considera o potencial da linguagem, o sujeito do discurso, o orador possui um domínio sobre a organização do discurso, implica intencionalidade e é contextualizado. Reboul entende o discurso como “toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma seqüência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido. (REBOUL, 2004, p. XIV). Na Teoria da Comunicação pressupõe-se a relação Emissor/Receptor em que o sujeito é o emissor da mensagem e o receptor, o decodificador. Recentemente, as correntes vão além: o discurso é uma prática social, materializada numa determinada linguagem e implica uma relação entre sujeitos. Dittrich diz em relação à proposta de uma Teoria Retórica do Discurso, que:

Uma teoria dessa natureza pressupõe acesso e compreensão dos estudos retóricos desde suas origens clássicas até as novas retóricas, para dali extrair a viabilidade (ou possibilidade) de integrar e atualizar, numa teoria única, as três provas (argumentos) propostas por Aristóteles – *ethos, logos e pathos* [...]. Além disso, implica acrescentar todo um arcabouço teórico para descrição e análise da interatividade entre os sujeitos da situação argumentativa [...]. Ao mesmo tempo, pressupõe examinar propostas e trabalhos desenvolvidos com o propósito de analisar, retoricamente, discursos de diferente natureza. (DITTRICH, 2008, p.92).

Como proposta de estudo, pretendendo sistematizar as diferentes facetas da argumentação, a TRD configura o discurso em três dimensões: Dimensão Racionalizadora, Dimensão Estética e Dimensão Política. A primeira comporta a justificação da tese, equivalente às provas retóricas, ou seja, os argumentos que justificam e comprovam a tese. Nesta dimensão, os argumentos que sustentam a tese proposta classificam-se em argumentos técnicos, argumentos sensibilizadores e argumentos legitimadores. O desenvolvimento do discurso, como é construído para atrair e manter a atenção do auditório, tornando acessível a tese, pertence à Dimensão Estética. São as escolhas estilísticas do orador para alcançar êxito em seu discurso, optando por uma argumentação mais sensibilizadora ou uma argumentação mais técnica. Implica o uso de recursos lexicais, textuais, semióticos e outros. A Dimensão Política, por sua vez, estabelece a configuração e a negociação das relações de poder entre o orador e o auditório no discurso. Esta negociação, ou gerenciamento da interação entre os sujeitos do discurso possibilita movimentos de aproximação ou distanciamento entre as instâncias argumentativas, pressupondo estratégias para favorecer a aceitação da tese. São estratégias que, por meio do discurso, permitem ao orador legitimar-se perante o seu auditório, não pela condição de ser, por exemplo, um representante ou uma autoridade política, mas pela sua capacidade de interagir ou interferir sobre o comportamento do auditório, utilizando as estratégias mais adequadas para desenvolver uma argumentação favorável às suas intenções. Em outras palavras, o orador, ao gerenciar a relação com o auditório apóia-se em seu *ethos* prévio ou *ethos* discursivamente construído para desenvolver seu discurso antecipando, inclusive, refutações ou contra-argumentos à tese que propõe.

Considerando os princípios em que a teoria se apresenta, podem viabilizar-se análises retóricas de discursos baseando-se nas três dimensões, simultaneamente, em apenas uma delas ou mesmo em um aspecto específico, caso deste estudo. Compreende-se deste modo o aspecto dinâmico que caracteriza a teoria bem como o surgimento de possíveis acréscimos teóricos, resultantes de novos estudos na área. Diante da perspectiva apresentada, implica discutir, separadamente, cada uma das dimensões compreendidas no discurso, além de considerar alguns aspectos da argumentação.

Com base em fundamentos teóricos, percebe-se a complexidade de estabelecer um entendimento sobre o que seria argumentação. Para não entrar no mérito da discussão, parte-se do princípio de que o sentido da argumentação vai além de conjunto de argumentos. Ou

seja, como esclarece Dittrich “será preciso compreendê-la em sua dinâmica, como processo, e, portanto, implica abarcar todos os seus condicionamentos”.²⁰ Deste modo,

[...] a argumentação, como processo discursivo, corresponde ao conjunto dos argumentos que não só sustentam a tese avançada, mas também a tornam interessante e passível de ser assumida pelo auditório, sem esquecer das suas implicações em relação ao jogo de poder num discurso dessa natureza.(DITTRICH, 2008, p.94).

Justifica-se a importância que Dittrich (2008, p. 95) atribui ao “esforço no sentido de filtrar o que transparece comum e, ao mesmo tempo, se mostre adequado à sua proposta teórica no que tange à argumentação e argumento:

Pode-se dizer que, em seu sentido amplo, o argumento refere-se a todos e quaisquer procedimentos discursivos que favoreçam a aceitação, por parte do auditório, da tese que lhe é proposta. [...] Não somente as afirmações com a respectiva sustentação constituem argumentos, mas igualmente características do discurso- seus recursos de linguagem – bem como as estratégias de relacionamento interpessoal – relações de poder entre orador e Auditório. [...] É o que se passa a entender como argumento *lato sensu*: toda e qualquer técnica, recurso ou estratégia discursiva que pretende interferir sobre o Auditório, contribuindo para ampliar, ou não, as possibilidades de êxito do Orador. (DITTRICH, op. Cit., p. 95).

Em uso mais corrente, o conceito de argumento corresponderia a um determinado dado que sustentasse determinada afirmação em um enunciado qualquer, e assim equivalendo a uma justificativa sobre aquilo que se diz. Ou ainda, conforme afirma Dittrich, uma alternativa mais específica para a compreensão de argumento – *stricto sensu*, fundamenta-se na apresentada por Toulmin²¹, contribuindo para o pesquisador, nomear e conceituar os quatro componentes principais da estrutura do argumento: asserção, justificativa, evidência e pressuposição. Na asserção (tese) se incluem a afirmação valorativa (o que é bom ou preferível), a ação (o que deveria ser feito) e a crença (o que seria verdadeiro). Na justificativa se enquadrariam a razão/motivos da asserção; na evidência, os dados que fundamentam a asserção e por fim, na pressuposição, caberia a crença presente no imaginário social que permite vincular as evidências com a asserção.

Tomando-se por base o conceito de discurso, previamente apontado no item anterior todo discurso apresenta algum componente de argumentatividade:

²⁰Ao tomar o Auditório como referência, Plantin e Perelman falam da argumentação retórica, diferenciando-a da argumentação lógica e da argumentação dialógica. (DITTRICH, op.cit., p.94)

²¹TOULMIN, S. E. *The uses of argument*. Cambridge. CUP. 1999.

[...] posiciona-se contra ou a favor de discursos passados, presentes e mesmo virtualmente possíveis, gerando conseqüências sobre o Orador e Auditório – entendidos como instâncias argumentativas por não se referirem àqueles que efetivamente pronunciam, escrevem, ouvem ou lêem o discurso, mas ao lugar enunciativo daquele que propõe uma tese – Orador – daquele a que ela é dirigida, resistindo, concordando ou refutando o que está sendo apresentado – Auditório.(DITTRICH, 2008, p. 97)

No discurso persuasivo, a argumentação, como um dos seus aspectos, diz respeito ao procedimento de propor e defender determinada tese perante um auditório, buscando-lhe a adesão. Não se dá, todavia, fora de um conjunto de interferências contextuais, dentre as quais se incluem a situação em que se realiza, os motivos que o geram, os objetivos da instância proponente (orador), valores e crenças que são mobilizados²². Pelas razões apontadas, importa apontar as dimensões argumentativas nas quais se configura a Teoria Retórica do Discurso.

3.2.1.1 Dimensão Racionalizadora

O discurso persuasivo pressupõe uma tese, cujos argumentos contribuem para sustentá-la, tornando-a consistente. Podendo ser distribuídos em: *argumentos técnicos*- para mostrar que sua afirmação seja verdadeira ou falsa: dados científicos, estatísticos, jurídicos, de autoridade, por exemplo, “*de 1 a 9 a América latina ficou com 5,6 pontos da pesquisa econômica que analisa o Índice de Clima Econômico[...]*”, ou ainda, “*A Lei 11.898 reverterá o atual quadro e trará luz e vida para novos investimentos[...]*”; *argumentos sensibilizadores* – para mostrar e justificar os efeitos da tese para o auditório – onde o *pathos* aristotélico, com base nos argumentos pragmáticos, ilustrativos, teleológicos manifesta-se para ativar possíveis reações emocionais no auditório, tais como: “*esta nueva Cumbre del Mercosur no es más que outro encuentro costoso, molesto e inservible*” ou “*as pessoas não são tratadas condignamente, enfrentando forte calor ou demasiado frio*”. Finalmente, os *argumentos legitimadores* – atestam a competência do orador e a natureza ética da tese em apreciação: o *ethos* com os argumentos credenciadores (*ethos* prévio) e representacionais (*ethos* discursivo) legitima a tese desenvolvida no discurso tanto em função da credibilidade do orador quanto do universo cultural do auditório.

²²Aproxima-se da compreensão de que o discurso não está nem no Eu nem no Outro, está entre eles, está na relação entre os sujeitos retóricos. Para Charaudeau (2008) “comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir [...] mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro”.

Segundo a TRD, a classificação apresentada não pretende fornecer uma categorização completa ou exaustiva: Perelman e Tyteca apresentaram, exaustivamente, as técnicas argumentativas quando escreveram seu Tratado e delinearão o argumento de autoridade, responsável por funcionar como evidência legitimadora ou como evidência técnica, bem como o exemplo que funcionaria como argumentação sensibilizadora. Dittrich pretende, apenas, enquadrar os argumentos num conjunto menor de categorias, o que não inviabiliza o uso das técnicas discursivas propostas por Perelman e Tyteca.

A racionalização da tese, para Dittrich (2008, p. 103) “compreende um vasto leque de argumentos de diferente natureza, cujo objetivo reside em cercar a tese com todos os cuidados, estendendo o lastro das evidências para além do entimema e da estatística”. Ou seja, não seriam somente os dados, tecnicamente apresentados, suficientes para conquistar o auditório e sim, perceber que um processo argumentativo implica a articulação entre os diferentes argumentos, favorecendo determinada tese e angariando, possivelmente, a adesão do auditório. Esta articulação compreenderia, portanto, em o orador organizar raciocínios de natureza técnica, objetiva, intelectual, procurando mostrar que se trata de uma opinião tecnicamente (cognitivamente) verossímil, sustentável e deste modo propicia ao auditório entender a opinião e as justificativas em que se assenta. (DITTRICH, 2008).

Além do conteúdo dos argumentos, a racionalização da tese compreende o modo como os argumentos se relacionam para gerar um entendimento, conferindo às justificativas da tese, características cognitivas e lógicas – conhecer e entender – na relação entre o orador e o esquema argumentativo. Neste aspecto, a argumentação no seu componente técnico reside na lógica em que os argumentos se estruturam, exigindo do auditório acompanhar a linha de raciocínio e os argumentos delineados pelo orador. Dependendo do auditório, a qualidade técnica da argumentação poderá ser relacionada ao grau de conhecimento, em determinado assunto, como falar a um grupo de especialistas, por exemplo. Implica também, em algum momento do processo argumentativo, o orador suscitar emoções no auditório para garantir-se legitimamente perante este.

3.2.1.2 Dimensão Estética

Ao recorrer aos fundamentos da *Estética* para apoiar a abordagem dos procedimentos que tornam a argumentação no discurso, bonita e agradável, Dittrich (2008) relembra o *movere* da retórica clássica como ferramenta adequada para produzir efeitos de sentido,

amenizando a racionalização formal, deixando transparecer a subjetividade como componente da argumentação.

O orador deve considerar o perfil sócio-cultural e político do auditório, pois este determinará se o discurso será delineado em uma retórica mais técnica, mais emotiva ou mais legitimadora:

Essa compreensão da Teoria retórica do discurso – dada à centralidade que a argumentação ocupa – estabelece uma dimensão estética do discurso com base na argumentação predominante, considerando o Auditório a quem se dirige ao objetivo maior do discurso: se dirigido ao entendimento, gerará a convicção; se dirigido à vontade, a persuasão, se dirigido à confiança, a credibilidade. (DITTRICH, 2008, p. 104).

Seria o caso, de, por exemplo, ao se dirigir a um auditório especializado, o orador argumentar tecnicamente, utilizando uma linguagem mais formalizada e precisa a fim de situar o auditório em relação à tese apresentada e encadear os argumentos rigorosamente para bem articular o discurso. Poderia, também, para citar outro exemplo, o orador apresentar-se para um auditório não especializado, neste caso, desenvolveria uma argumentação sensibilizadora ou legitimadora, com um léxico mais simples e uma organização textual mais livre.

Ou seja, esta forma de organizar o discurso aproxima-se do que foi sistematizado por Aristóteles: a *dispositio* e *elocutio*. Ao conceber, na dimensão estética, a *dispositio* e *elocutio*, Dittrich (2008) considera ser uma forma de superar a compreensão equivocada de que a linguagem seria uma espécie de revestimento, após a distribuição dos argumentos na estrutura do discurso, ornamentando-o e enfeitando-o, com as denominadas figuras retóricas. Durante certo período da história da Retórica

[...] o papel das figuras nos estudos retóricos foi assumindo tão grande proporção que, em determinado período de sua história, a Retórica reduziu-se ao seu exclusivo estudo, sendo esta uma das razões do sentido restrito que passou a veicular e que a distanciou de sua acepção plena, apta a atender aos demais componentes envolvidos no discurso. (MOSCA, 2004, p. 34).

As figuras também ocupam lugar determinante na teoria “contribuem para atrair e manter a atenção do auditório” e “inscrevem-se na apresentação, na organização e na linguagem discursivas” contribuindo para a consistência do discurso. (Dittrich, 2008, p.106). Este aspecto privilegia o discurso argumentativo ao permitir que tanto a racionalização – argumentos técnicos – quanto a sensibilização reforçam a tentativa de o orador, ao propor a tese, conseguir a adesão. Este recurso suaviza o acompanhamento da racionalização argumentativa e possibilita ao orador fazer suas escolhas lexicais de modo que a sua

capacidade criativa também se manifeste no discurso, seja para impressionar ou impactar: “*Otra Cumbre do Mercosur que no sirve para nada*”, pode ser um exemplo ou “[...] *as pessoas não são tratadas com dignidade*”, tanto o primeiro quanto o segundo argumento sensibilizam o auditório.

Dependendo da tese e o que lhe interessa defender, desperta no auditório a predisposição para ser contra ou a favor ao que propõe conforme as emoções desencadeadas. Segundo Dittrich (2008) na relação orador-auditório ambos desempenham o seu papel: “o auditório deve estar consciente de que está sendo submetido à análise de uma opinião” e o orador se incumbirá de “conhecer o perfil sociocultural do seu auditório a fim de encontrar os melhores recursos capazes de impressioná-lo”. É a dimensão sensibilizadora contribuindo com a dimensão racionalizadora na dinâmica argumentativa do discurso persuasivo, cuja articulação é gerenciada, conforme os princípios da dimensão política da Teoria Retórica do Discurso.

3.2.1.3 Dimensão Política

O discurso e sendo objeto de estudo de várias disciplinas, dentre elas as preocupadas com a enunciação e com a cena do acontecimento, considerando a interação entre os sujeitos. Sob este olhar, a Teoria Retórica do Discurso, ao considerar a instância proponente - orador e a instância a quem é dirigida – auditório - privilegia a relação estabelecida numa situação argumentativa.

Dittrich (2008), acentua que “essa relação interativa não acontece espontaneamente: ela é, ou pode ser articulada de forma a favorecer a aceitação da tese pelo auditório” e para alcançar o êxito pretendido, o “Orador projeta, retoma ou constrói imagens que sejam adequadas aos objetivos do empreendimento discursivo”. Seriam, portanto, utilizadas estratégias configuradas para uma negociação das relações de poder entre os sujeitos retóricos – Orador e Auditório – no discurso.

De acordo com a Teoria Retórica do Discurso, as estratégias na Dimensão Política assim se classificam: *estratégia de legitimação*, *estratégia de identificação*, *estratégia de aproximação* e *estratégia de antecipação*. Estas estratégias tenderão ao favorecimento da aceitação da tese pelo auditório, cabendo ao orador gerenciar as relações de poder que, em nível de retórica, “aproxima-se da microfísica do poder foucaultiana e, mais especificamente, do poder social, como relação entre pessoas” (DITTRICH, 2008), exemplificada pela

“capacidade do homem em determinar ou interferir sobre o comportamento do outro”. Presume-se assim, uma articulação relacional – orador e auditório²³ manifestada por movimentos de dominação e resistência entre as instâncias argumentativas, nas quais os sujeitos ocupam posições determinadas social e historicamente. Isto implica que há no processo discursivo, o jogo de imagem, estendendo o conceito de jogo ao uso de estratégia para alcançar um objetivo. Neste caso, o orador buscará estratégias discursivas para legitimar-se e credenciar-se perante seus interlocutores.

Com a estratégia de *legitimação* o orador apresenta-se como legítimo representante de uma instância social, mostra-se reconhecido por trabalhos anteriores ou por atividades já encaminhadas. Na estratégia de *identificação*, o discurso conduzido pelo proponente favorece ao auditório reconhecer-se e ‘pensar como aquele que propõe’. A terceira estratégia, de *aproximação*, consiste em proporcionar ao auditório ouvir com atenção, sentir-se apreciado e com direito a manifestar-se, ainda que, virtualmente. Destaca-se para tal estratégia que não se trata de proximidade física, e sim, da manifestação discursiva favorecendo esta proximidade. Por fim, a quarta estratégia, de *antecipação*, compreende que o orador mune-se de argumentos necessários caso haja alguma rejeição ou divergência, ou seja, age diplomaticamente.

Estabelece-se, assim, a possibilidade de gerar ou contornar um quadro de tensão em uma situação argumentativa quando, por exemplo, durante a apresentação de uma tese, manifestam-se imposições de crenças, de ajustes, ou ainda, aquilo que se propõe estiver amparado em universos culturais e sociais diferenciados.

Por fim, cabe destacar que Dittrich (2008), esclarece que considerar a argumentação como ponto de partida não implica sobrevalorizar, como acontece em muitas teorias, os seus aspectos argumentativos; significa, antes;

[...] colocar as três dimensões em pé de igualdade, predominando ora uma, ora outra. Nessa ordem de raciocínio, as técnicas argumentativas – argumentos *stricto sensu* – constituem apenas um dos aspectos do discurso persuasivo, complementando-as e com elas se integrando encontram-se os recursos da linguagem para a sensibilização do Auditório – estética- e as estratégias de interação entre este e o orador – Política. (DITTRICH, 2008, p.113).

²³Apesar de, em várias passagens deste estudo, os termos Orador e Auditório vem sendo utilizados para se referirem, respectivamente à aquele que propõe uma tese e a àquele a quem se dirige, Dittrich aponta os termos Propositário e Proponente, onde o primeiro se refere à instância à qual se dirige o Proponente. “Ao compreender que o Orador é instanciado como proponente na medida em que assume a proposição e a respectiva fundamentação de uma tese com o objetivo de influenciar o outro; o Auditório, por sua vez, é instanciado como propositário, na medida em que assume seu papel de avaliar esse ponto de vista”. (DITTRICH, 2008, p.108).

Seguindo esta linha de raciocínio, parte-se do princípio de que ao elencar como objeto de estudo o gênero editorial, acredita-se que a Teoria Retórica do Discurso, em conjunto com as demais abordagens previamente delineadas neste estudo, contribuirá para a etapa seguinte.

4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

As decisões sobre o encaminhamento metodológico são delineadas neste capítulo para esclarecer a trajetória escolhida para este estudo. Sendo assim, primeiramente tratar-se-á da seleção do *corpus* e a seguir, delinea-se sobre a organização dos eixos temáticos para as análises.

4.1 Seleção do *corpus*

Inicialmente, foi elaborado um projeto de pesquisa cujo *corpus* pretendia abranger três jornais: *Vanguardia* (PY), *Gazeta do Iguazu* (BR) e *Misiones on-line* (AR). No entanto, ao buscar as edições do jornal publicado na Argentina, verificou-se a transferência da publicação da cidade de Puerto Iguazu (AR) para Posadas (AR), capital de Misiones, inviabilizando considerá-lo como uma das fontes do presente estudo, já que a intenção do estudo privilegia investigar os editoriais dos jornais publicados na região fronteiriça. Além destes aspectos, elegeu-se o ano de 2010 como período suficiente para tal proposta, visto que neste período eventos importantes ocorreram na fronteira: inauguração da Unila, Cúpula do Mercosul, aprovação da Lei dos Sacoleiros e amplas discussões sobre segurança e criminalidade neste contexto.

A escolha dos jornais *Vanguradia* (PY) e *Gazeta do Iguazu* (BR) se deve ao fato de se assemelham em relação à organização editorial: são publicados diariamente e tratam de diversos assuntos: políticos, econômicos, culturais, sociais, esportivos e policiais. Segundo Seabra e Sousa (2006, p. 229) “o jornalismo de opinião tem seu lugar principal no editorial dos veículos, onde seus controladores tomam posição em relação aos mais diferentes temas, sem que isso (idealmente) influencie o noticiário”.

Considerando, de acordo com Lage (1997), que o editor é o profissional que chefia e controla uma unidade de produção e o editorial, o texto que expressa a opinião de um jornal, objetiva-se examinar e compreender em que nível a integração estaria ocorrendo segundo o posicionamento – a favor ou contra - de cada jornal em relação ao Mercosul. Para alcançar tal objetivo, especificamente, foram investigadas as teses e respectivos argumentos utilizados nos editoriais publicados, em sua sustentação político-social sobre o Mercosul.

Optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo-bibliográfica para apresentar e analisar as estruturas argumentativas – tese e justificação. Com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Retórica do Discurso – TRD de Dittrich (2008) e com apoio na

Teoria da Argumentação de Perelman-Tyteca (2005), foram examinados os argumentos técnicos e sensibilizadores que subjazem à tese principal de cada Editorial.

Conforme o projeto inicial deste estudo, no princípio foram coletadas todas as edições dos jornais supracitados, totalizando 590 edições referentes ao ano de 2010. Em função da temática delimitada para o estudo - o Mercosul -, foram selecionados aqueles que interessavam à proposta investigativa, alcançando o total de 93 edições: 35 edições do jornal *Vanguardia* e 58 edições do jornal *Gazeta do Iguçu*. Esta soma se deveu porque alguns editoriais implícita ou explicitamente tratavam do tema. Percebeu-se a necessidade de novamente delimitar o *corpus*, considerando ser abrangente para o estudo. Decidiu-se, assim, eleger para o estudo aqueles que abordavam o assunto Mercosul, considerando a questão da integração. Após esta delimitação, o corpus foi reduzido para 20 editoriais: 10 do jornal *Vanguardia* e 10 do jornal *Gazeta do Iguçu*. A sigla JV será usada quando se tratar do jornal *Vanguardia* e JGI para o jornal *Gazeta do Iguçu*. A adequação do procedimento metodológico foi adequada aos objetivos do estudo e à natureza dos dados, conforme Dittrich (2003).

4.2 Apresentação dos eixos temáticos dos editoriais selecionados

O quadro 1 corresponde aos editoriais selecionados do jornal *Gazeta do Iguçu* e do jornal *Vanguardia*, apresentando a data de publicação e o título, a fim de permitir uma primeira aproximação do que será estudado:

Quadro 1: Editoriais selecionados do JGI e JV

Nº	Data	Título	Nº	Data	Título
JGI 01	26/07/10	Questão de imagem	JV 01	04/08/10	El Mercosur es un fiasco y una decepción para países miembros
JGI 02	20/05/10	Clima econômico na América Latina está bom	JV 02	19/05/10	Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa
JGI 03	18/05/10	Boas notícias Mercosul – Europa	JV 03	11/03/10	Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país
JGI 04	17/06/10	Violência nas fronteiras	JV 04	20/05/10	Paraguay y Brasil deben hacer mucho más aún para combatir al crimen organizado
JGI 05	18/12/10	Mercosul da justiça social	JV 05	17/12/10	Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada

JGI 06	10/11/10	Travessia	JV 06	02/06/10	Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente
JGI 07	11/01/10	Morosidade	JV 07	08/06/10	Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores
JGI 08	11/12/10	Edital da Integração	JV 08	12/10/10	Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones
JGI 09	09/03/10	Controle	JV 09	23/07/10	Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay debe ser repudiada enérgicamente
JGI 10	16/12/10	Fim de um ciclo, início de outro	JV 10	05/03/10	La industria paraguaya es víctima indefensa del proteccionismo brasileño

Para estabelecer um estudo comparativo entre os editoriais dos jornais, e assim investigar o seu posicionamento, considerou-se este quadro composto de pares de dez editoriais do JV e dez do JGI selecionados a partir de uma subtemática comum. O quadro também permite, para o estudo, traçar uma reflexão sobre os títulos devido, à importância que estes acarretam na relação editor-leitor.

Além da Retórica, outras disciplinas também contribuirão para as reflexões: História e Jornalismo, por exemplo. Como aponta Fourez, (apud. FAZENDA, 2001), quando se trata de conceituar a interdisciplinaridade, o autor apresenta o que chama de “contato interdisciplinar”: a “possibilidade de transferir resultados, pontos de vista ou métodos de uma disciplina para a outra”. Não se chega a tanto, mas as aproximações acontecem. Para facilitar as análises, cada par do Quadro anterior constitui um Tema, conforme pode ser observado no Quadro 2 – a seguir:

4.2.1 Grupo de editoriais que constituem os subtemas

Este quadro constitui-se da seleção dos editoriais de acordo com as aproximações temáticas entre os editoriais do jornal *Gazeta do Iguazu* e do *Vanguardia*. Cada par constitui um grupo, totalizando dez grupos e dez subtemas.

Quadro 2

GRUPOS DE EDITORIAIS	SUBTEMAS
<p>Grupo 01 <i>Questão de imagem (JGI 01)</i> <i>El Mercosur es un fiasco y una decepción para países miembros (JV01)</i></p>	Pra que serve o Mercosul?
<p>Grupo 02 <i>Clima econômico na América latina está bom (JGI 02)</i> <i>Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa (JV 02)</i></p>	Criação de uma moeda comum
<p>Grupo 03 <i>Boas notícias Mercosul – Europa (JGI 03)</i> <i>Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país (JV 03)</i></p>	Relações econômicas com outros países.
<p>Grupo 04 <i>Violência nas fronteiras (JGI 04)</i> <i>Paraguay y Brasil deben hacer mucho más aún para combatir al crimen organizado (JV 04)</i></p>	Crime organizado e violência
<p>Grupo 05 <i>Mercosul da justiça social (JGI 05)</i> <i>Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada (JV 05)</i></p>	Cúpula do Mercosul
<p>Grupo 06 <i>Travessia (JGI 06)</i> <i>Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente.(JV 06)</i></p>	Construção da segunda ponte Foz do Iguaçu-Ciudad del Este
<p>Grupo 07 <i>Morosidade (JGI 07)</i> <i>Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores.(JV 07)</i></p>	Lei dos Sacoleiros
<p>Grupo 08 <i>Edital da Integração (JGI 08)</i> <i>Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones (JV 08)</i></p>	Integração
<p>Grupo 09 <i>Controle (JGI 09)</i> <i>Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay debe ser repudiada enérgicamente (JV 09)</i></p>	Fronteira

<p style="text-align: center;">Grupo 10</p> <p><i>Fim de um ciclo, início de outro (JGI 10)</i> <i>La industria paraguaya es víctima indefensa del proteccionismo brasileño (JV 10)</i></p>	<p>Cumprimento de legislação</p>
--	----------------------------------

Cada grupo de Editorial será analizado separadamente, identificando em cada um deles a Tese central e os respectivos argumentos, na tentativa de perceber os posicionamentos dos editorialistas.

5 ANÁLISES

Tendo como *corpus* os editoriais dos jornais *Gazeta do Iguazu* e *Vanguardia* organizados em pares e selecionados a partir de suas temáticas, a seguir organiza-se cada um dos grupos de editoriais para apresentar as teses e os argumentos que as sustentam respectivamente em cada jornal.

5.1 Pra que serve o Mercosul?

Conforme apresentado no capítulo 2, a temática Mercosul, nos jornais é recorrente. Devido a esta condição buscou-se, neste primeiro grupo de análise, compreender os apontamentos abordados pelos editores em relação ao Mercosul, Considerando-se as referências e objetivos fixados no Tratado de Assunção como amparo para as reflexões.

Grupo 01

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 26 de julho de 2010</p> <p><i>Questão de imagem</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 06 de março de 2010</p> <p><i>Paraguay debe reclamar sus derechos en el Mercosur con mesura pero insistencia</i></p>
<p>Tese: “O congestionamento da ponte indica que o Mercosul não funciona”.</p>	<p>Tese: “Paraguay debe reclamar sus derechos en el Mercosur con mesura pero insistencia”.(ou seja, o direito do Paraguay não está sendo respeitado no Mercosul.)</p>
<p>Arg.1: “[...] as pessoas não são tratadas condignamente, enfrentando forte calor ou demasiado frio, enfileirados de qualquer modo, submetidos a verdadeiras humilhações quando acreditavam que teriam momentos de lazer”?</p> <p>Arg.2: “[...] nunca se poderia manter veículos por mais de três horas em travessias que não durariam 5 minutos”.</p> <p>Arg.3: “De que adianta a construção de palácios aduaneiro e infinitas guaritas, quando não possuem sequer pessoal especializado para ocupar tais locais”?</p>	<p>Arg.1: “El Mercosur fue creado como organismo integrador regional para derribar las barreras al libre comercio en la zona Argentina y Brasil, sin embargo [...], unilateralmente toman medidas proteccionistas que perjudican al Paraguay”.</p> <p>Arg.2: “Tanto el Brasil como la Argentina han impuesto barreras arancelarias y de otra índole con el objetivo de impedir el ingreso de productos nacionales a sus mercados”.</p> <p>Arg.3: “La Argentina, desde el 2006, con la aviesa intención de trabar la producción de las industrias nacionales, aplica un recargo del 25% - en promedio- a las materias derivadas del petróleo destinadas al Paraguay”.</p>
<p>Posicionamento: as dificuldades enfrentadas pelos turistas ao atravessarem a ponte que</p>	<p>Posicionamento: para o editorialista, o Mercosul inexistente. Tanto em relação aos</p>

liga Foz do Iguaçu à Ciudad del Este, Paraguai, contribuem para o editorialista posicionar-se desfavoravelmente à existência do Mercosul. O argumento um, desenvolvido para justificar a tese em pauta, descreve o modo indigno com que as pessoas são tratadas ao atravessarem a ponte da Amizade: são enfileirados de qualquer modo, sofrem humilhações, enfrentam forte calor ou demasiado frio. Neste caso, a tese apresentada pelo editor, argumentativamente, remete ao leitor uma imagem dolorosa e animalésca enfrentada pelos visitantes e aquele, ao se colocar neste universo imaginário, identifica-se com o visitante e concorda com a tese proposta pelo editor: o congestionamento na ponte é um desastre. Além desta argumentação, a tese é sustentada pelos argumentos dois e três, em destaque acima, em que, respectivamente, é discutido o tempo mínimo para a travessia da ponte, de veículo, não deveria levar mais que 5 minutos e o despreparo dos funcionários aduaneiros. Deste modo, compreende-se que tanto o congestionamento quanto a desqualificação dos funcionários aduaneiros contribuem para o “desastre” decorrente quando o visitante pretende atravessar a ponte que liga as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Além de considerar a possível imagem registrada na mente do visitante, as questões econômicas também são apontadas no Editorial: *“Num período de recuperação financeira, cujo objetivo é afastar a crise imposta por décadas, nunca se poderia promover tais situações...; em outras palavras, se a fase de recuperação financeira está em ascensão porque dificultá-la? Implicitamente, o orador, força a memória do leitor, para que este se lembre dos tempos ruins, tais como o dólar em alta, o desemprego, etc. e concorde com ele diz. E, finalmente, no Editorial, um questionamento*

assuntos econômicos, principal objetivo do Mercosul, quanto à integração entre os países membros, o Paraguai sofre represálias daqueles considerados os gigantes do bloco: Brasil e Argentina. Sendo assim, o Mercosul para nada serve. Para o editor, o Paraguai e o Uruguai são nações em menor desenvolvimento e esta questão favorece ao Brasil e à Argentina que são vistos como os ‘gigantes’ do bloco e se aproveitam desta condição para prejudicar o Paraguai (Arg. 1). Conforme o argumento dois, ambos, Brasil e Argentina impõem barreiras alfandegárias e impedem, por exemplo, o ingresso de produtos nacionais em seus mercados. Esta é uma situação entendida pelo editor como uma afronta aos princípios estabelecidos oficialmente pelo Mercado Comum do Sul. Para reforçar, esta opinião é justificada no argumento três onde são apontados o ano e a porcentagem equivalente a 25% os impostos exigidos pela Argentina. Consistentemente, o editor justifica a tese apresentada amparando-se em argumentos técnicos, factuais, os quais, sugeridos por Dittrich (2008) na Teoria Retórica do Discurso – TRD configuram-se na dimensão probatória por justificar a tese com dados reais: o editor indica o ano – 2006 - e a porcentagem - 25% - aplicada pela Argentina sobre o Paraguai. Implicitamente, o orador diz: “Vejam, o que digo realmente ocorreu em ‘tal’ ano, com ‘x’ por cento e acrescenta: *“En este contexto, la pregunta más que obvia es pra qué sirve El Mercosur?”* Estrategicamente, o editor justifica a tese e envolve o leitor possibilitando-o a acreditar na fragilidade do Paraguai perante o bloco. Na mesma linha de pensamento, o editor argumenta: *“Es evidente que los zarpazos entre los dos*

<p>é proposto ao leitor: “No plano do que é verdade sempre nos surge uma pergunta e que é muito difícil de ser respondida: para que serve o Mercosul e a que veio? Retoricamente, esta é uma dentre outras maneiras possíveis e aplicáveis, segundo o sistema retórico proposto por Reboul (2004), para proporcionar um momento de denominado peroração quando disposto no final do discurso e caracterizada pela paixão quando visa a despertar a piedade ou a indignação no auditório: se as pessoas são maltratadas, se não há qualidade no atendimento aduaneiro, se atravessar a ponte, de veículo leva mais de 3 horas, então pra que serve o Mercosul? Nesta linha de pensamento, o editor argumenta e posiciona-se e, implicitamente, manifesta-se: “perante o que apresentei, caro leitor, o Mercosul em nada favoreceu a sociedade”.</p>	<p><i>gigantes de La región llevan ya La situación a límites antes nunca vistos</i>”. Estes gigantes, o Brasil e a Argentina estão estrangulando o Paraguai com suas garras, é a ideia que o editor remete ao leitor e que o conduz à seguinte conclusão: “<i>Paraguay, en vez de beneficiarse con el Mercosur, es uno de los países que históricamente recibieron mayores postergaciones. Mientras abre casi en forma irrestricta sus fronteras</i>”. Tecnicamente, o editor sustenta a tese e o auditório, possivelmente, adere a esta. O posicionamento do editor, portanto, é taxativamente, contrário ao Mercosul.</p>
--	---

5.2 Criação de uma moeda comum

Dentre uma das particularidades da União Européia, destaca-se a criação de uma moeda comum, o euro, tanto pela tentativa de fazer frente ao dólar americano quanto para, monetariamente, manter os países do bloco, integrados.

Grupo 02

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 20 de maio de 2010</p> <p><i>Clima econômico na América latina está bom</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 19 de mayo de 2010</p> <p><i>Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa</i></p>
<p>Tese: “Economicamente, na América Latina, está tudo bem, porém, na fronteira há um clima de incertezas”. (<i>A criação de uma moeda comum, possivelmente resolveria as incertezas</i>).</p>	<p>Tese: “Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa”.</p>
<p>Arg.1: “De 1 a 9 a América Latina ficou com 5,6 pontos da pesquisa econômica que analisa o Índice de Clima Econômico (ICE). Arg.2: A pesquisa foi feita em uma parceria da Fundação Getúlio Vargas com</p>	<p>Arg.1: “Políticos brasileños, inclusive candidatos presidenciales, como José Serra, lamentaron que el Mercosur constituya una barrera para su país..., la unión aduanera es una farsa, excepto cuando sirve para impedir”.</p>

<p>o Instituto alemão Ifo e consultou 152 especialistas em 17 países”.</p> <p>Arg.3: “O ICE do mundo foi um pouquinho mais longe e oscilou entre 5,5 e 5,8 pontos.</p> <p>Arg.4: Claro que a crise da Grécia pode ter mudado a situação um pouco”.</p> <p>Arg.5: “[...]Já no Brasil, reconhecido por ter se comportado bem, durante a crise, não pode deixar de continuar a fazer o dever de casa [...]”.</p> <p>Arg.6: “Mas isso tem um preço.[...] gastamos mais do que recebemos.Em área de fronteira como a nossa, o problema do câmbio é sentido na pele por todos [...], como uma moeda comum ou outras ferramentas que permitam acabar com as incertezas, as oscilações e os enormes prejuízos estejam a caminho”.</p>	<p>Arg.2: “[...] la integración requiere la incorporación del principio de la supranacionalidad, algo que el Brasil no puede ni quiere aceptar, ya que para hacerlo debería renunciar a sus afanes hegemónicos en la región”.</p> <p>Arg.3: “[...] la unión aduanera requiere un Código Aduanero Común, la plena coordinación de las políticas macroeconómicas de los países miembros y, finalmente, el establecimiento de una moneda común”.</p> <p>Arg 4: “[...] debido à falta de voluntad política de los socios mayoritarios del bloque, Brasil y Argentina, que difícilmente renunciarían a su soberanía monetaria en pos de la integración con otras economías”.</p> <p>Arg.5: “Las palabras de Serra: nadie está conforme con la forma en que funciona el Mercosur pero por intereses políticos e ideológicos, se sigue pretendiendo tapar el sol con un dedo, haciendo creer a la gente que todo marcha con absoluta normalidad, por lo que la farsa sigue”.</p>
<p>Posicionamento: a tese apresentada pelo editor é, argumentativamente, sustentada por argumentos técnicos, em função dos dados factuais apresentados nos argumentos um, dois e três : <i>de 1 a 9 a América Latina ficou com 5,6 pontos; consultou 152 especialistas em 17 países; o ICE oscilou entre 5,5 e 5,8 pontos</i>, bem como, pela condição de, além dos dados estatísticos, são informados, para o auditório, os órgãos responsáveis pela pesquisa: a Fundação Getúlio Vargas, empresa brasileira, referência em pesquisas, e o instituto, da Alemanha, o Ifo, cuja referência, parece remeter confiança ao leitor pelo fato de ser alemão. O leitor mais atento e experiente com leituras de grandes jornais perceberá que além de ser um Instituto de pesquisas localizado na Europa, e referência em pesquisas na área econômica, é, diariamente, citado em renomados jornais</p>	<p>Posicionamento: o editor afirma ser o Mercosul uma farsa, e assim o diz, justificando no Arg. 1, nas palavras do candidato, da oposição, à presidência do Brasil, José Serra, o qual enfatizou que o bloco deveria consolidar-se como uma área de livre comércio e para que isto ocorra será necessário, conforme os itens descritos no Arg. 3. A integração depende da boa vontade do Brasil, afirma o orador, porém, o país não manifesta qualquer interesse em colaborar para que efetivamente se instale a integração na fronteira, afinal tanto o Brasil como a Argentina além de serem, na visão do editor, os poderosos do bloco, interessam-se pela integração com outras economias e não com o Mercosul . De acordo com Bobbio (2006), alguns estudiosos consideram o poder político como o motor dos processos de integração o que induziria a uma tentativa de</p>

<p>brasileiros, na seção de economia. Além do mais, é informado que a pesquisa consultou somente especialistas do assunto bem como a quantidade de países (Args. 1 e 2) participantes. Nos argumentos três e quatro, o fato de citar a Grécia, o editorialista sugere que o leitor parece estar acompanhando a situação econômica da União Européia, principalmente da Grécia, estabelecendo com ele, uma relação harmônica, pactual, como define Mouillaud (2002), remetendo, talvez, ao momento de uma conversa informal, explicativa: <i>“veja só , parece que a crise econômica na Europa contribuiu para estes resultados, mas , o Brasil, bem governado, conseguiu lidar com os reflexos da crise”</i>. Porém, alerta, no argumento seis: <i>“em área de fronteira como a nossa, o problema do câmbio é sentido na pele por todos [...]”</i>. Assim, o orador, argumentativamente, considera a fronteira ser um local de incertezas, devido às diferenças cambiais. Ou seja, enquanto não houver uma moeda comum entre os países membros do Mercosul, as barreiras permanecerão e somente quanto passar a existir, provavelmente, desaparecerão as incertezas. E assim, no argumento seis, posiciona-se favoravelmente ao Mercosul: <i>“não é ilusão acreditar que soluções de âmbito macroeconômico estejam a caminho”</i>.</p>	<p>promover a integração jurídica, primeiramente. No argumento três percebe-se que o editor, possivelmente, conhece o que diz a este respeito, pois considera que a criação de um Código Aduaneiro Comum, bem como da moeda contribuiriam para o início do processo de integração. Ao fundamentar-se (Arg. 5) com base ao que diz o candidato, José Serra, o orador ampara-se no discurso daquele e assim, tecnicamente justifica o que afirma. Se o candidato à presidência do Brasil posiciona-se negativamente em relação ao Mercosul, parece viável aceitar o que ele (José Serra) diz e concordar com o fato de o Mercosul ser uma farsa.</p>
--	--

5.3 Sobre as relações econômicas com outros países

Grupo 03

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 18 de maio de 2010</p> <p><i>Boas notícias Mercosul - Europa</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 11 de marzo de 2010</p> <p><i>Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país</i></p>
---	---

<p>Tese: “Os países do Mercosul são beneficiados com as relações comerciais com a Europa”.</p>	<p>Tese: “Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país”.</p>
<p>Arg.1: “União Européia e Mercosul começaram a negociar”.</p> <p>Arg.2: “[...] o Paraguai será um grande beneficiado com um incremento do PIB de 10%, O Uruguai ganhará 1% e o Brasil 1,5%, enquanto a Argentina terá ganho de 0,5%”.</p> <p>Arg. 3: “Boa notícia para o Paraguai, país que mais sofreu até agora”.</p> <p>Arg.4: “[...] os agricultores europeus subsidiados pressionam para que a Europa não deixe entrar produtos agrícolas da América do Sul [...], para pressionar, o Mercosul retalia, como a Argentina fez: “não vamos deixar importar mais alimentos não frescos que concorram com similares argentinos”.Agora há a possibilidade de que conversando, a coisas comecem a fluir”.</p> <p>Arg.5: “Com essas negociações de alto nível, o Mercosul que hoje exporta para a Europa cerca de US\$ 55 bilhões por ano, possa aumentar [...]”.</p> <p>Arg. 6: “Quem sabe, agora, esse ponta-pé inicial não una os dois lados do Atlântico e o Mercosul avance para a etapa da União? Então todos os setores serão integrados”.</p>	<p>Arg.1: “También el planteamiento de la unión aduanera choca constantemente con la negativa de los dos socios mayores del Mercosur, que sostienen que tal unión debe negociarse como bloque”.</p> <p>Arg.2: “[...] si el Mercosur fuera un verdadero mercado común en el que los bienes y servicios fueran de real libre circulación, las barreras comerciales no existieran y todos los países negociarían en verdadero pie de igualdad”.</p> <p>Arg.3: “En el ámbito del Mercosur se debe seguir exigiendo un régimen más amplio y flexible que permita a las economías menos desarrolladas del bloque fortalecer su presencia”.</p> <p>Arg.4: “Sería bueno que el gobierno del presidente Lugo adopte una apertura que el permita captar todos los mercados que sea posible para promover el desarrollo de nuestra economía”.</p>
<p>Posicionamento: tratando-se de negócios, o orador propõe a tese de que o Mercosul não precisa, necessariamente, manter relações somente com os países membros do bloco, o que implicaria tanto na manutenção comercial entre estes e o benefício que esta relação acarretaria. Sendo assim, o orador justifica, tecnicamente, porque é importante para o bloco manter relações comerciais, neste caso específico, com a União Européia (Arg.1) e a sustenta com base em dados estatísticos (Arg.2) e enfatiza que o maior beneficiado será o Paraguai (Arg.2 e Arg. 3). Entre todos os países membros, reconhece-se que o Paraguai até o momento foi o mais prejudicado. No</p>	<p>Posicionamento: na tese apresentada, o editorialista afirma, taxativamente, a inexistência de uma política externa: sem ela, <i>o desenvolvimento de um país não progride</i>. Os argumentos um e dois justificam a tese apresentada e nos argumentos três e quatro, o editorialista posiciona-se negativamente em relação ao Mercosul: “<i>o Mercosul deve seguir um regime mais amplo e ser mais flexível; os sócios majoritários desaprovam as negociações independentes dos países membros com outros países; as barreiras comerciais impostas pelo bloco dificultam as negociações e contribuem para a inexistência de um mercado comum entre os países membros</i>”. Ou seja, se o</p>

<p>entanto, percebe-se que a conversa entre a União Européia e o Mercosul teve início em função de um suposto desentendimento, e em seguida da retaliação do Mercosul. O bloco europeu aceitou negociar e continua negociando conforme indica o argumento cinco: “<i>o Mercosul hoje exporta para a Europa cerca de US\$ 55 bilhões por ano</i>”, dados que sustentam a tese . Com base nos argumentos apresentados, percebe-se que o editorialista está confiante e acredita no Mercosul tanto em relação à integração com o bloco europeu quanto no avançar em nível de União Européia. (detalhe na grafia de união e União), conforme o argumento seis.</p>	<p>Mercosul, conforme os argumentos acima arrolados, em nada contribui para o desenvolvimento dos países, economicamente menos desenvolvidos e isentos de uma política externa forte e atuante, como o Paraguai, então, o Mercosul é falso.</p>
--	---

5.4. Crime organizado e violência

Na região fronteira entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, as questões relativas à criminalidade são alvo de discussões devido ao alto índice de ocorrência criminal na região.

Grupo 04

<p>Jornal A Gazeta do Iguaçu 17 de junho de 2010</p> <p><i>Violência nas fronteiras</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 20 de mayo de 2010</p> <p><i>Paraguay y Brasil deben hacer mucho más aún para combatir al crimen organizado</i></p>
<p>Tese: “Combate ao tráfico é um assunto extremamente pertinente quando o assunto é fronteira”.</p>	<p>Tese: “Paraguay y Brasil deben hacer mucho más aún para combatir al crimen organizado”.</p>
<p>Arg.1: “O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, além da Bolívia e do Equador, devem adotar medidas comuns para o combate à violência e ao tráfico de drogas na região”.</p> <p>Arg.2: “Se há entendimento entre esses países através do Mercosul para todos os setores, é necessário que o mesmo ocorra quanto às medidas comuns de segurança entre eles, já que existem fronteiras e com elas a facilidade de tráfego de criminosos</p>	<p>Arg.1: “Es evidente que la pobreza y la marginalidad, junto con el desinterés de los políticos de la zona fueron el caldo de cultivo en el que se cebaron tanto la irregularidad y el crime – contrabando, cultivo de marihuana, tráfico de drogas e de armas”.</p> <p>Arg.2: “Pero aunque esta es una realidad que acaece en nuestro país, no puede desvincularse de lo que pasa al otro lado de la línea fronteriza. Está claro que los</p>

<p>entre os quatro países”.</p> <p>Arg.3 : “A ideia é reforçar a integração regional e a cooperação entre as nações do Mercosul”.</p>	<p>grandes barones del narcotráfico brasileño se sirven la mayor de las veces de completa ausencia del Estado paraguayó”.</p> <p>Arg.3: “Por lo tanto, la primera forma de afrontar el problema es que los gobiernos de los dos países asuman y reconozcan la responsabilidad compartida que tienen en lo atinente a la lucha contra el crimen organizado transnacional”.</p> <p>Arg.4: “El fortalecimiento de los Estados en sus estructuras de combate al delito y su espíritu de cooperación debe ser directamente proporcional a la capacidad operativa de los delincuentes”.</p> <p>Arg.5: “Lamentablemente en la reunión presidencial, no se ha concretado nada para combatir a los marginales, y si bien el Mercosul apoya institucionalmente al Paraguay en su lucha contra el EPP – Ejército del Pueblo Paraguayo, la ayuda concreta es poco o nada para derrotar a estos criminales”.</p>
<p>Posicionamento: a tese é sustentada com base em argumentos técnicos os quais fundamentam o quanto é pertinente combater o tráfico em se tratando de fronteira. A relevância de se resolver questões relativas ao tráfico e ao crime mobiliza os quatro países do Mercosul, representados por seus ministros tanto da justiça quanto de defesa (arg.2) bem como as medidas a serem tomadas com base nas decisões estejam em comum acordo, tal qual o Mercosul (Args. 1 e 3). Dois pontos chamam atenção para este assunto: o termo fronteira e a questão da integração, quando se trata de violência. Para o primeiro, percebe-se que a definição de fronteira no Editorial surge como fronteira “terrestre” e “aberta” (MOTTA, 2005), conforme sugere o argumento três em que a ideia sugerida para o leitor é: se a <i>fronteira é aberta, então o tráfico está facilitado</i>”. Em relação ao segundo ponto, integração (Args. 1 e 3), percebe-se que o termo</p>	<p>Posicionamento: o editorialista, com base nos argumentos um e dois, fundamenta a tese tecnicamente, reconhecendo ser evidente que o descaso político com a sociedade paraguaia, qualificada pelo editorialista como pobre e abandonada, condiciona-a para cometer crimes. Mas justifica pelo argumento dois que está claro (é evidente) que esta questão vai além da “<i>línea fronteiriza</i>”, ou seja, existe uma linha entre Brasil e Paraguai, a fronteira terrestre, que delimita, separa, cujo sentido, remete ao modo de olhar entre aqueles que vivem próximo à fronteira (MOTTA, 2005) e acusa o Brasil de aproveitar-se da ‘fronteira aberta’ em virtude da ausência do Estado paraguaio e assim, incentivar a sociedade paraguaia a envolver-se com o tráfico. A fragilidade dos Estados-Parte (Mercosul), a necessidade de as partes envolvidas, neste caso especificamente, Brasil e Paraguai, assumirem a responsabilidade, cooperativamente e a</p>

<p>vincula-se à ideia de união (BOBBIO, 2006). É como se pudesse dizer: “<i>se estamos unidos, integrados, então deveremos nos unir também para combater o crime organizado nas fronteiras (territoriais) que existem entre nós</i>”. Sob este aspecto compreende-se que para o editorialista deste jornal, o Mercosul acontece sob a ótica do entendimento, do diálogo, está integrado, restando somente, reforçar alguns pontos ainda ‘fragilizados’. (Arg.3).</p>	<p>participação do governo paraguaio em reuniões com os estados membros do Mercosul defendem a tese e posiciona o editorialista negativamente tanto ao Mercosul quanto às tentativas de soluções para o crime organizado entre os países Brasil e Paraguai.</p>
--	---

5.5. Cúpula do Mercosul

A Cúpula do Mercosul constitui-se de reuniões do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão superior do Mercosul, e reúne, semestralmente, os chefes de estado dos países membros, além dos países associados e convidados. O CMC foi criado pelo Tratado de Assunção, conforme instituem os artigos 9 a 11 e tem sua estrutura e funções determinadas no Protocolo de Ouro Preto, nos artigos 1 a 8.

Grupo 05

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 18 de dezembro de 2010</p> <p><i>Mercosul da justiça social</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 17 de diciembre de 2010</p> <p><i>Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada</i></p>
<p>Tese: “Mais do que apenas promover trocas comerciais, os países que integram o Mercosul compartilham na fronteira de um valor maior, que é o desenvolvimento com justiça social”.</p>	<p>Tese: “Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada”.</p>
<p>Arg.1: “<i>Essa é a marca do Mercosul (desenvolvimento com justiça social) que estamos construindo</i>”, afirmou o presidente Lula, em declaração na 40ª Cúpula do bloco econômico”.</p> <p>Arg.2: “[...] passado o comando <i>pro tempore</i> do Mercosul ao presidente paraguaio Fernando Lugo, agora resta acompanhar o andamento de suas articulações no sentido de dar continuidade ao processo de</p>	<p>Arg.1: “Una nueva Cumbre del Mercosur [...], a más de 18 años de la firma del Tratado de Asunción que dio vida al Mercosur, nada trascendente ha aportado a la economía de nuestro país este simulacro de integración”.</p> <p>Arg.2: “[...] el Paraguay sólo ha recibido maltratos, humillaciones y postergaciones de toda clase en su contexto, principalmente de parte de los</p>

<p>fortalecimento do bloco”.</p> <p>Arg.3: “Outro ponto a ser ressaltado neste encontro foi a ausência da presidente Dilma Rousseff, envolvida com a montagem do ministério”.</p>	<p>considerados socios mayores, Brasil y Argentina”.</p> <p>Arg.3: “Estos países vecinos han demostrado no tener ningún interés para plasmar en realidad los principios fundamentales del Tratado [...]”.</p> <p>Arg.4: “[...] uno y otro han obstaculizado, como lo vienen haciendo desde el principio, el libre comercio mediante diversas formas extra arancelarias y restricciones de todo tipo”.</p> <p>Arg.5: “[...] sobre todo a las violaciones de las disposiciones del Mercosur, ¿ qué hacen los presidentes de la zona en sus costosas reuniones”.</p> <p>Arg.6: “Vienen, firman las mismas etérea declaraciones conjuntas cada seis meses, se sacan fotografías sonrientes como si las relaciones fueran óptimas, lanzan sus discursos políticos, y retornan a sus países a actuar de la mismas manera egoísta e hipócrita, como hasta ahora”.</p> <p>Arg.7: “En estas condiciones, el Mercosur continuará, como siempre, con su marcha renqueante, cada vez más inútil y oneroso con la creación de nuevas instituciones igualmente inservibles e inútiles”. (<i>As novas instituições se referem ao Parlamento do Mercosul e ao Tribunal de Revisão</i>).</p> <p>Arg.8: “[...] esta nueva Cumbre del Mercosur no es más que otro encuentro costoso, molesto e inservible para los países, en este caso, con más perjuicio para el nuestro”.</p>
<p>Posicionamento: no discurso proferido na 40ª Cúpula do Mercosul, o presidente Lula afirmou que durante a sua gestão <i>pro tempore</i> do Mercosul seu objetivo maior não foi atender às questões comerciais entre os países membros do bloco e sim garantir a ‘justiça social’ via Mercosul (Arg.1). O editorialista, com base nos argumentos acima relacionados (Args. 1, 2 e 3) posiciona-se favoravelmente ao Mercosul, argumenta: <i>antes de o presidente Lula, nenhum outro presidente pro tempore iniciou qualquer processo de justiça social,</i></p>	<p>Posicionamento: o editorialista assume um posicionamento negativo frente ao Mercosul, cujas justificativas são arroladas em todos os argumentos acima destacados. Em resumo, o orador constrói, com base em argumentos da ordem técnica, um discurso desfavorável à existência efetiva do Mercado Comum do Sul, bem como da integração: “há mais de 18 anos que o Tratado de Assunção foi assinado entre os países membros e a integração é um fingimento: quando se reúnem, os dirigentes políticos tiram</p>

<p>(em seu discurso o presidente reconhece que até então, todos que assumiram a presidência <i>pro tempore</i> do Mercosul atuaram somente nos âmbitos comerciais) e <i>Lula, ao contrário, o fez</i>. Posiciona-se, também, vigilante “<i>vamos acompanhar para ver se Lugo irá continuar agindo como Lula</i>” (Arg.2) neste caso, pensa favoravelmente ao Mercosul, ou seja, o Mercado Comum do Sul existe, está crescendo (no âmbito social), e está fortalecido, possivelmente seja uma forma de mostrar quão forte é e está o Mercosul e os demais países da América Latina precisam reconhecer que o Mercosul está no caminho certo. Há também, uma justificativa pela ausência da presidente eleita, Dilma Rousseff: implicitamente, o editorialista parece dizer: “<i>ela (Dilma) não está aqui, não porque o Mercosul não seja assunto de seu interesse, mas por estar ‘arrumando a casa’</i>”. Assim, o orador assegura ao seu auditório, que Dilma, depois de organizar o seu ministério, poderá dedicar-se aos assuntos do bloco (Arg.4).</p>	<p>fotografias, felizes, (<i>‘está tudo bem entre nós, nos entendemos’</i>) conforme os argumentos um e seis; são eventos caros e para nada servem e os princípios do Tratado são violados (Args.3,4 e 5); além do desperdício financeiro, a Cúpula é <i>‘inservível’</i> e o Paraguai, deste cenário, só obtém humilhações, prejuízos e maltratos. A integração e o Mercosul, portanto, são processos inexistentes, defeituosos, frutos de uma relação hipócrita e egoísta resultando apenas em atos de fingimento por parte dos demais membros do bloco, considerados maiores: Brasil e Argentina. Com o recurso da peroração, o orador encerra o seu discurso.</p>
--	---

5.6. Construção da segunda ponte – Foz do Iguaçu-Ciudad del Este

Em 27 de março de 1965 inaugurou-se a ponte que interliga a cidade de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, denominada Ponte da Amizade. Em função da construção da ponte surgiu o comércio exportador e importador de Foz do Iguaçu proporcionando, também, a colonização e inauguração da cidade de Puerto Stroessner, atualmente, Ciudad del Este. Devido ao amplo movimento comercial e turístico entre as duas cidades, a ponte tem sido alvo de críticas dos diversos setores políticos, sociais, econômicos, midiáticos, e outros. Estes defendem e aprovam a possibilidade da construção de uma segunda ponte interligando a cidade brasileira e a cidade paraguaia. De acordo com o Decreto nº 6676, de 04 de dezembro de 2008, no artigo 1º fica estabelecido:

“Art. 1º Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a construção de uma Segunda Ponte Internacional para o Rio Paraná, firmado em Montevideo, em 8 de dezembro de 2005, apenso por cópia ao presente Decreto será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.”

Grupo 06

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 10 de novembro de 2010</p> <p><i>Travessia</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 2 de junio de 2010</p> <p><i>Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente</i></p>
<p>Tese: “[...] o problema é mais aduaneiro e de trâmites burocráticos, que outra coisa”.</p>	<p>Tese: “Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente”.</p>
<p>Arg.1: “Embora as opiniões divergentes, uma segunda ponte é fundamental, pois já possui destinação orçamentária [...]”.</p> <p>Arg.2: “Mesmo por tratar-se de uma obra fundamental, binacional e controlada pelo órgãos federais dos dois países, requer uma audiência pública, [...]”.</p> <p>Arg.3: “Os brasileiros entendem que a ligação facilita, além da pujança comercial, as questões de urbanismo de uma cidade turística igual a Foz”.</p> <p>Arg.4: “[...] já os paraguaios olham para outras situações paralelas, que causariam certo impacto no território guarani”.</p> <p>Arg.5: “O processo de controle de fronteira, neste caso, mereceria uma nova visão e seria providencia imaginar que um afastamento das aduanas facilitaria e muito o controle”.</p> <p>Arg.6: “[...] com a ponte em construção e nos mesmos padrões de controle, resta-nos entender que progresso teremos e como poderemos lidar com ele para melhorar os demais contextos de relacionamento entre o Brasil e os vizinhos”.</p>	<p>Arg.1: “Los dirigentes empresariales han manifestado su inquietud por las exigencias leoninas incluidas por el gobierno brasileño en los pliegos de bases y condiciones que estipulan los términos de participación empresarial [...]”.</p> <p>Arg.2: “[...] uno de los requisitos impone la necesidad de que las empresas paraguayas oferentes estén inscritas en el vecino país”.</p> <p>Arg.3: “Si bien los recursos con los que estas obras son encaradas no provienen del Paraguay, afectan directamente nuestra territorialidad y por lo tanto, nuestro país tiene todo el derecho de participar de las decisiones que se toman”.</p> <p>Arg.4: “Se debe romper ese acostumbramiento de los brasileños a la venalidad de los funcionarios públicos paraguayos, que posibilitó a los empresarios del vecino país hacerse de enormes ganancias en la ejecución de los proyectos binacionales en directo perjuicio del pueblo paraguay”.</p>
<p>Posicionamento: a construção de uma segunda ponte, de acordo com o apresentado no editorial, tanto é fundamentada no (Arg.1) quanto no (Arg. 3). Tecnicamente, ambos justificam a tese: é como se o editor quisesse dizer: “<i>é fundamental porque já possui destinação orçamentária e ‘porque’ viabilizará o comércio a urbanização, os brasileiros</i></p>	<p>Posicionamento: a tese apresentada neste editorial manifesta claramente o posicionamento do orador em relação ao tema: é um direito do Paraguai participar deste evento e tanto os profissionais da área da construção quanto os empresários paraguaios assim se manifestam. (Arg.1). Percebendo que o país vizinho, o Brasil, está exigindo demais – “<i>exigencias</i></p>

<p><i>estão de acordo</i>”. Segue-se o que Toulmin discutiu em relação ao “layout do argumento” – asserção, justificativa, evidências, pressuposição. Interessante notar que ao mesmo tempo em que a tese está justificada com base no que foi dito acima, percebe-se, também uma justificativa com base em argumentos legitimadores, pois se reconhece pelo argumento dois, que a obra obedecendo aos trâmites legais não será efetivada sem uma licitação pública, ou seja, eticamente serão considerados os parâmetros legais. Por outro lado, o editor insinua estar ocorrendo uma ‘zona de conflito’, entre brasileiros e paraguaios (Arg. 4), e a causa da relutância dos paraguaios em relação à construção da segunda ponte é decorrente de questões ambientais. Percebe-se neste momento, o pensamento de Martins (2009, p. 133) ao afirmar que a “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” ou ainda, é o rio Paraná atuando ao mesmo tempo como elemento de integração e/ou separação de costumes, tradições, idiomas e moedas (MOTTA, 2005). Compreende-se assim, o conceito de discurso, entendido na sua dinâmica e cuja particularidade, a argumentação implica “certa intencionalidade e um conjunto de interferências contextuais” (DITTRICH, 2008, p.98).</p>	<p><i>leoninas</i>” e no argumento dois, o editorialista aponta, pelo menos uma dessas exigências: <i>la necesidad de que las empresas paraguayas oferentes estén inscritas en el vecino país</i>” tornando-se portanto, um porta voz da sociedade paraguaia ou do Estado, onde talvez, haja um consenso das opiniões emanadas de diferentes núcleos, como aponta Melo (1985). Justifica-se, no argumento três porque os paraguaios manifestam o direito em participarem da construção da segunda ponte: <i>“os recursos financeiros não provém de nós, porém, a construção afetará o nosso território”</i> e assim remete-se aos conceitos de fronteira como limite, as denominadas fronteiras físicas e territoriais e quem sabe, às fronteiras culturais indicadas por Grimson (2000). A partir de então, o editor – orador ,parece convidar o leitor – auditório a tecer algumas reflexões e incita-o à ação (Args. 3 e 4), uma das características da argumentação em que não somente se argumenta para persuadir ou convencer, mas também para a ação; denuncia haver uma situação ilícita entre os funcionários públicos paraguaios e os brasileiros. Mais categórico, posiciona-se o editorialista, diagnosticando negativamente tanto o Mercosul quanto a fronteira.</p>
---	---

5.7 Lei dos Sacoleiros

Conforme o disposto no Decreto Presidencial nº 6.956 de 09 de setembro de 2009, o Presidente da República decretou e sancionou a lei nº 11.898 de 08 de janeiro de 2009, instituindo o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Sendo assim, a partir da aprovação desta lei, popularmente denominada, Lei dos Sacoleiros, os chamados “empresários informais”, (sacoleiros, camelôs e autônomos em geral) passaram a ser reconhecidos como comerciantes ou prestadores de serviços, legalmente instituídos. O conteúdo destes editoriais se aproxima da temática proposta deste estudo, o Mercosul.

Grupo 07

<p>Jornal A Gazeta do Iguauçu Edição 6454 – 11 de janeiro de 2010</p> <p><i>Morosidade</i></p>	<p>Jornal Vanguardia Edición : 08 de junio de 2010</p> <p><i>Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores</i></p>
<p>Tese: “[...] tudo ainda está paralisado e por uma questão burocrática, talvez falta vontade política do governo Paraguaio [...]”.</p>	<p>Tese: “Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores”. (<i>As relações internacionais são fracas.</i>).</p>
<p>Arg.1: “[...] até ser consumada, a Lei 11.898, conhecida como Lei dos Sacoleiros, percorreu um tortuoso caminho [...]”.</p> <p>Arg.2: “De informais passarão a pequenos empresários e terão segurança e garantias perante aquilo que fazem”.</p> <p>Arg.3: “A Lei 11.898 reverterá o atual quadro e trará luz e vida para novos investimentos”.</p> <p>Arg.4: “A comunidade deve empreender uma nova batalha e clamar para os órgãos responsáveis a agilidade para implantar a informatização nas alfândegas”.</p> <p>Arg.5: “O governo brasileiro deve estar atento ao que está acontecendo e se possível ajudar no aceleração das atividades junto ao parceiro Paraguai”.</p>	<p>Arg.1: “Hasta ahora el Ejecutivo no encontró la estrategia para convencer al Legislativo para que apruebe sus propuestas para nombrar embajadores”.</p> <p>Arg.2: “Algunas cuestiones prioritarias, como la implementación del Régimen de Tributo Unico RTU, o también denominado Ley de los Sacoleiros, siguen estancadas, porque el gobierno paraguayo es incapaz de ejercer mayor presión sobre las autoridades brasileñas”.</p> <p>Arg.3: “[...] mientras tanto, el presidente Fernando Lugo se pasa viajando. Con un promedio de dos salidas por mes, los resultados no están a la vista”.</p> <p>Arg.4: “Para un país pobre, con graves problemas sociales que requieren medios económicos, el dinero destinado a cubrir los gastos del presidente y su comitiva, en no pocos casos, es sólo un despilfarro”.</p> <p>Arg.5: “El reciente caso de la minimización inicial de las restricciones que la Argentina pretende imponer a un listado de productos del Mercosur es la última muestra de impericia en el campo internacional”.</p>
<p>Posicionamento: a partir da metade de 1980, os compristas da região de Foz do Iguauçu e Ciudad del Este passaram a ser denominados sacoleiros de acordo com Rabossi (2004) o termo sacoleiro substitui o de comprista devido ao caráter empreendedor apresentado por estes. Ao mesmo tempo em que compram, os sacoleiros revendem a mercadoria independentemente e por meio próprios. No entanto, este modo de empreendedorismo, até a aprovação da Lei</p>	<p>Posicionamento: justifica-se a tese, tecnicamente, conforme os argumentos um e dois em que o editorialista contesta a incapacidade de o governo paraguaio não pressionar o governo brasileiro para que aprove a Lei dos Sacoleiros e justifica: “<i>tudo está estancado porque o governo paraguaio, em suas viagens, parece contentar-se em apenas ‘passar’ e deixar que os problemas importantes fiquem à deriva, (Arg.3).</i>”.</p>

11.898/09, a Lei dos Sacoleiros, acarretou situações de risco para o sacoleiro: acidentes durante a viagem, apreensão das mercadorias, concorrência entre eles, etc.. Diante do crescimento acirrado da presença de sacoleiros, na região, e da movimentação aduaneira, em 08 de janeiro de 2009, publicou-se o texto da referida Lei, a qual, somente em setembro do mesmo ano foi publicada no Diário Oficial da União via decreto oficial assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme a tese, o período de discussão sobre a Lei não surgiu somente em janeiro, e sim, foi objeto de discussão durante um longo tempo, o que se justifica no argumento um, em destaque, quando é dito que o caminho percorrido para a devida aprovação não foi fácil e sim “tortuoso”. Amparado em argumentos da ordem técnica, o editor, argumentativamente, legitima a tese proposta ao citar o nº da Lei – 11.898/09 - e considerar que o governo brasileiro já cumpriu o seu papel, inclusive deixando claro que a operacionalização caberá à Receita Federal. Nestas condições, no título *Morosidade* subentende-se a tese: “*tudo ainda está paralisado por uma questão política do governo Paraguai*” (*logos*). Diante dos argumentos apresentados, implicitamente, o editor propõe ao leitor refletir sobre a questão da morosidade em relação à Lei dos Sacoleiros. Tanto o Brasil quanto o Paraguai estão vinculados via Mercosul, e, provavelmente esta condição seria suficiente para solucionar os impasses entre os dois em relação à aprovação da Lei 11.898. Ao afirmar, no argumento seis, “*que o governo brasileiro deve estar atento ao que está acontecendo...*”, o editor parece exigir que o governo brasileiro faça algo, inclusive ajudar o país vizinho, a locução verbal: *deve estar*, segundo Copi (1981) condiz com atuação, ação. Deste modo, o editor releva a

É o argumento sensibilizador que ao ser apresentado para o leitor, tenderá à conduzi-lo a uma aceitação da tese proposta. No argumento quatro, ao amparar-se no léxico ‘desperdício’ (*despilfarro*) para adjetivar o governo paraguaio com suas inúteis viagens, sensibiliza e provoca no leitor, indignação ou revolta (*pathos* aristotélico) e ainda mais, pode sugerir ao Estado Paraguai: “*alguém está de olho*”, impressionando e talvez, ameaçando-o. Inclusive a incompetência de alguns representantes do Congresso que nem sequer interferem às restrições comerciais impostas, recentemente pela Argentina. (Arg. 5). São argumentos no âmbito da Dimensão Racionalizadora, os quais definem o posicionamento negativo do editorialista em relação ao Mercosul: se a Argentina, país membro do bloco, impõe restrições comerciais, além de violar os artigos do Tratado de Assunção, parece aproveitar-se da inoperância da política externa paraguaia.

<p>morosidade da Lei dos Sacoleiros vinculando-a à suposta morosidade do país vizinho, o Paraguai e convoca a sociedade e o governo brasileiro, implícita e politicamente, para “<i>se possível ajudar no aceleração das atividades junto ao Paraguai</i>”. Surge o seguinte silogismo: A e B são parceiros. B está com dificuldades. Então A pode e deve ajudar B. Sendo, assim, o posicionamento do editorialista manifesta-se favoravelmente ao Mercosul na medida em que, segundo as atuações do governo brasileiro, a tarefa de integração via Mercosul estaria sendo cumprida.</p>	
--	--

5.8 Integração

De acordo com Bobbio (2006), a complexidade do processo de estabelecimento de uma integração vai além das definições dicionarizadas: podem ser, segundo o autor, territorial, nacional e social. Os Editoriais abaixo se aproximam desta temática.

Grupo 08

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 11 de dezembro de 2010</p> <p><i>Edital da integração</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 12 de octubre de 2010</p> <p><i>Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones</i></p>
<p>Tese: “[...] o que se constrói não é só o prédio projetado por Oscar Niemeyer, mas um edifício chamado integração latino-americana”.</p>	<p>Tese: “Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones”.</p>
<p>Arg. 1: “Na abertura da Cúpula Social, será lançado o edital de licitação pública para a construção da primeira parte da sede da Unila no valor de R\$ 248 milhões”.</p> <p>Arg.3: “[...] a área onde um dia funcionou o antigo formigueiro de trabalhadores paraguaio-brasileiros, vai ver obras como se fosse o seu destino”.</p> <p>Arg.4: “Outras etapas virão e mais uma vez palavras e conceitos impensáveis até pouco tempo como licitação internacional para uma segunda parte a ser financiada pelo FOCEM, que é o braço financeiro do Mercosul”.</p> <p>Arg.5: “A semana que vem, será ímpar em Foz. É a concretização de uma vocação. Vocação de integrar, congregar, reunir para</p>	<p>Arg.1: “[...] sin una política de Estado coherente y sin diplomáticos capacitados para contribuir a nuestro desarrollo y promover la imagen del país”.</p> <p>Arg.2: “[...]en cuestión de prioridades, no se justifica que hasta hoy no tengamos embajadores en Brasil, Argentina y Uruguay, que requieren representantes altamente calificados”.</p> <p>Arg.3: “El ejecutivo comenzó mal al nombrar primero un canciller inapropiado para el cargo [...], y ascender a diplomáticos con muy poca preparación, incluso de dudosa honorabilidad”.</p> <p>Arg.4: “[...]dificultó que el actual ministro de Relaciones Exteriores pueda avanzar en el</p>

<p>debater futuros que chegam, como hoje, sem que a maioria, sequer, se dê conta”.</p>	<p>acuerdo de la Cámara de Senadores para cubrir la larga vacancia en nuestros vecinos del Mercosur”.</p> <p>Arg.5: “[...] el Brasil y la Argentina son nuestros principales mercados, y el Uruguay nuestro decisivo aliado en las negociaciones en la integración subregional”.</p> <p>Arg. 6: “[...] nuestro país dilapida recursos al nombrar embajadores en países irrelevantes para nuestros intereses. En vez de fortalecer a aquellas misiones ante estados que puedan favorecernos en nuestro comercio, industrialización y modernización”.</p> <p>Arg.7: “[...] para el Paraguay es imprescindible una diplomacia calificada.</p> <p>Arg.8: “[...] una buena diplomacia pasa por la personalidad de los agentes que la integran”.</p> <p>Arg.09: “Paraguay necesita más de 3.000 millones de dólares de flujo anual de capitales para su crecimiento. [...] .De ahí la urgencia de una asociación empresarial con brasileños y argentino, y las inversiones norteamericanas, europeas, japonesas, coreanas y chinas”.</p>
<p>Posicionamento: o Editorial desperta a atenção do leitor por referir-se à integração, termo tão utilizado ultimamente em função da construção da Universidade Latino Americana – UNILA, simbolizando que a partir do lançamento do edital de licitação a integração se iniciará, não somente entre os países membros do Mercosul, e sim, todos os países latino-americanos. Com base nos argumentos um e quatro, o editorialista sustenta a tese, justificando-a com dados financeiros sobre o valor inicial – R\$ 248 milhões para a construção da obra e caberá ao FOCEM, financiar o restante. São dados importantes que favorecem ao orador sugerir a adesão à sua tese pelo auditório. Parece dizer: “<i>ouçam o que digo, finalmente a integração se iniciará, os recursos financeiros já estão garantidos e o Mercosul está fazendo a sua parte</i>”. No argumento cinco o orador, convictamente, parece conhecer como se processa uma integração:</p>	<p>Posicionamento: organiza-se, abaixo, a síntese dos argumentos que justificam a tese, tecnicamente, conforme se aplicam na TRD:</p> <p>a) <i>até hoje o Paraguay não possui representantes qualificados, nos Estados membros do bloco;</i> b) <i>aqueles que são nomeados possuem pouca preparação;</i> c) <i>divergências internas entre os representantes da Câmara de Senadores (Paraguai) dificultam o preenchimento de vagas nos países do Mercosul;</i> d) <i>o país desperdiça recursos financeiros ao nomear representantes em países irrelevantes;</i> e) <i>a personalidade dos integrantes da diplomacia paraguaia é relevante.</i> Sem estes quesitos, a diplomacia paraguaia deixa a desejar e inviabiliza o país estabelecer boas relações com os demais países membros do bloco: se o Brasil e a Argentina são os principais mercados para o Paraguai, se o Uruguai é um aliado para a integração subregional, então é necessário que se tenha uma</p>

<p>para integrar é preciso ter vocação. Conforme aponta Bobbio (2006), no Dicionário de Política, a ideia de união para definir integração, vem sendo empregado, na atualidade, por autoridades políticas quando se trata de Mercosul, porém, o renomado autor alerta que a definição do termo vai além do que consta nos dicionários e estudiosos do assunto dividem opiniões: para uns, a colaboração entre várias organizações e o aumento dos benefícios favorecerá a integração e para outros, o motor dos processos de integração é o poder político. Com base nestas afirmações, parece que os argumentos do orador confirmam a opinião dos estudiosos em relação à colaboração entre as partes envolvidas no possível processo de integração. Quanto à tipologia da integração, também analisada por Bobbio (2006), parece que a UNILA, não representa nenhum dos tipos apontados pelo citado autor pois aparentemente, o Mercosul se aproximaria da tipologia da Integração Territorial, porém, apresenta fissuras complexas e distantes, tornando inviável enquadrá-lo nesta tipologia. E nas demais, sugeridas pelo mesmo autor, a Nacional e a Social, também o Mercado Comum do Sul não se enquadraria. O posicionamento do editorialista, portanto, é favorável ao Mercosul e à integração, chegando ao ponto de renomear a UNILA: o edifício da integração.</p>	<p>representatividade diplomática qualificada. Parece que esta integração subregional aproxima-se da apontada por Bobbio (2006) referente aos diferentes posicionamentos dos estudiosos em relação a este tema: <i>“o motor dos processos de integração é o poder político quando este intervém e evita o fracasso”</i>. Importa acrescentar que possivelmente, a tipologia da integração, até então elencada pelo editor, em que o Paraguai e Uruguai se aliam, aproxima-se da Integração Territorial por meio da irradiação. Compreende-se, deste modo, o posicionamento negativo do editorialista em relação ao Mercosul e à integração: <i>“se o bloco exige diplomáticos preparados, se é necessário aliar-se ao Uruguai para enfrentar as negociações do Mercosul, então, a integração inexistente”</i>.</p>
--	--

5.9. Fronteira

A concepção do termo fronteira tem sido objeto de estudos em diferentes campos disciplinares: Antropologia, Geografia, Sociologia, dentre outros. As cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a fronteira, como afirma Motta (2005), quem vive na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, ela faz parte do cotidiano, é fonte de trabalho informal, do contrabando e dos furtos, dentre outros. São questões como estas que aproximam os editoriais abaixo.

Grupo 09

<p>Jornal A Gazeta do Iguacu 09 de Março de 2010</p> <p><i>Controle</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 23 de Julio de 2010</p> <p><i>Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el paraguay debe ser repudiada enérgicamente</i></p>
<p>Tese: “Todas as ações visam a diminuir o índice de criminalidade na região, bem como impedir o tráfico de drogas, armas e munições, cujo canal, por meio da Ponte da Amizade, abastece grupos criminosos em várias cidades brasileiras”.</p>	<p>Tese: “Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay debe ser repudiada enérgicamente”.</p>
<p>Arg.1: “ O veículo aéreo não tripulado que patrulhará a área de fronteira, em breve, já foi testado. As imagens são nítidas [...], as câmeras do equipamento são potentes [...]. O equipamento, utilizado também em conflitos bélicos, opera independentemente das condições climáticas.</p> <p>Arg.2: “[...] a força tarefa do governo federal continua na região”.</p> <p>Arg.3: “Foz do Iguacu precisa aprender a conviver com este lado da moeda, o da fiscalização e controle na área de segurança”.</p> <p>Arg.4: “Combater o crime foi a maior reivindicação da sociedade”.</p> <p>Arg.5: “As ações das forças de segurança não obterão resultado prático, ou em curto prazo, caso a população não ajude a identificar procurados, fugitivos ou meliantes”.</p>	<p>Arg.1: Que Brasil tiene una actitud claramente imperialista hacia sus vecinos más cercanos, lo estamos diciendo hace rato.</p> <p>Arg.2: “El país vecino se opone a la formalización comercial de Ciudad del Este, porque de esa manera perjudicaría a las grandes industrias asentadas en el Brasil”.</p> <p>Arg.3: “[...] Dilma Rousseff, del Partido de los Trabajadores (PT) afirmó que en caso de acceder al poder potenciará los controles en la frontera con Paraguay[...] Beto Richa, el actual aspirante a gobernador del Estado de Paraná, del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB) es otro que anuncia el fortalecimiento de los controles en la frontera con nuestro país”.</p> <p>Arg. 4: “Según ellos (Dilma Rousseff e Beto Richa) sólo hay un culpable de que estupefacientes, armas y contrabando ingresen a su país: el Paraguay”.</p> <p>Arg.5: “No admiten que todos los productos que ingresan ilegalmente a su territorio, son para el consumo brasileño”.</p> <p>Arg. 6: “Esta perspectiva es no solamente injusta, sino también intolerante y xenófoba [...] debe ser rechazada en todos sus términos y denunciada como abiertamente discriminatoria”.</p> <p>Arg.7: “[...] hay una total corresponsabilidad entre Brasil y Paraguay en materia de combate a la lacra de la criminalidad”.</p> <p>Arg.8: “Si Brasil realmente quisiera</p>

	<p>combatir el crimen organizado transnacional de manera efectiva, propondría todo tipo de cooperación al gobierno paraguayo, y dejaría de someter a nuestro país con reiterados ejercicios militares en la frontera”.</p> <p>Arg.9: “[...] sólo sirven para manchar la imagen internacional del Paraguay y afectar la soberanía nacional. O para amedrentar a nuestras autoridades”.</p> <p>Arg.10: “Es importante un acercamiento con todos los candidatos presidenciales del vecino país, a fin de evitar nuevas medidas de pata como la cometida por Dilma Rousseff, quien demostró que desconocer la realidad de la triple frontera, dejándose guiar por los viejos prejuicios”.</p>
<p>Posicionamento: a tese apresentada pelo editor apresenta ao leitor a sensação de “perigo” vivenciada pela sociedade iguaçuense em virtude da falta de controle na Ponte da Amizade. A situação parece grave: exige um arsenal bélico, tanto em equipamentos, quanto em ações para combater o crime, presumivelmente favorecido pela ponte. (Args. 1, 2 e 3). Neste caso, a ponte deixa de ser o elo com a possível eliminação de fronteiras, pelo menos físicas, para tornar-se a zona de perigo. Talvez se não existisse, não haveria este tipo de ocorrência e a sociedade iguaçuense não mais conviveria com a insegurança. (Args. 3 e 4). O editorialista pondera seus argumentos em relação a alguns aspectos do Mercosul, a integração, pois não os apresenta explicitamente, mas, induz ao leitor, pensar na Ponte da Amizade, como um perigo à frente: “<i>estamos (a sociedade iguaçuense) nesta situação porque estamos interligados com o Paraguai</i>”.</p>	<p>Posicionamento: em um conjunto de argumentos resumi-se a justificativa da tese que o orador apresenta, denunciando as atitudes imperialistas do Brasil sobre o Paraguai nos âmbitos do Mercosul: esta situação não é atual, “<i>hace rato</i>”(Arg.1), <i>é injusto, intolerante e xenófoba</i> (Arg.6), <i>o Brasil se opõe à formalização comercial do Paraguai</i> (Arg.2), <i>a imagem negativa, internacionalmente, do Paraguai é favorecida pelas represálias do Brasil e amedronta</i> (Arg.9). Além destes, o editor sustenta a tese com base em outros argumentos para posicionar-se, desfavoravelmente ao Mercosul. Se Brasil e Paraguai são responsáveis pelos crimes que ocorrem na fronteira, deste modo compreenderia agirem juntos e não, individualmente, como o Brasil, ao estabelecer <i>a presença de equipamentos e ações bélicas</i>, os quais, para o editor, <i>são meros treinamentos e para nada servirão</i>, a não ser, amedrontar as autoridades do país vizinho, (Args. 7 e 8). A referência aos pronunciamentos dos candidatos, respectivamente, à presidência do Brasil, Dilma Rousseff (Partido dos</p>

	<p>Trabalhadores - PT) e Beto Richa, à governador do Paraná (Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB), também são ameaçadores, levando o editorialista a afirmar que Dilma desconhece a Tríplice Fronteira, (implicitamente também desconhece o Mercosul) e portanto não deveria cometer gafes, “<i>metidas de pata</i>”(Arg.10). O editorialista fundamenta sua tese, angariando, provavelmente a aceitação dos leitores, e assim, posiciona-se: <i>se o Brasil é imperialista, se, a intenção brasileira é prejudicar o Paraguai, se politicamente ignora os princípios do Tratado de Assunção, então, onde está o Mercosul?</i></p>
--	---

5.10 Cumprimento da legislação

As temáticas relativas aos editoriais apontam, de um lado para o cumprimento da legislação do Mercosul, e de outro, para o descumprimento da lei que o estabelece.

Grupo 10

<p>Jornal A Gazeta do Iguazu 16 de dezembro de 2010</p> <p><i>Fim de um ciclo, início de outro</i></p>	<p>Jornal Vanguardia 5 de Marzo de 2010</p> <p><i>La industria paraguaya es víctima indefensa del proteccionismo brasileño</i></p>
<p>Tese: “A Cúpula do Mercosul, realizada em Foz do Iguazu, marcou o fim de um ciclo de um modelo de condução política internacional”.</p>	<p>Tese: “La industria paraguaya de los neumáticos es víctima indefensa del proteccionismo brasileño”.</p>
<p>Arg.1: “Lula destacou-se no quesito parcerias e [...] conseguiu cumprir uma das metas que deixou clara em seu início de primeira gestão: fortalecer o Mercosul”.</p> <p>Arg.2: “Diante desse quadro de liderança, protagonizado pelo Brasil frente aos países membros, agora, abre-se também um novo ciclo”.</p> <p>Arg.3: “[...] mesmo sem o personagem principal, os países parceiros estão bem</p>	<p>Arg.1: “[...] en clara contravención de la normativa del Mercosur, impide el acceso de los productos nacionales a sus mercados”.</p> <p>Arg.2: “[...] esta arbitraria decisión amenaza la estabilidad de muchos puestos de trabajo”.</p> <p>Arg.3: “La Cancillería Nacional debería expresar al vecino país su más enérgico rechazo por esta actitud y exigir el</p>

<p>certos do que querem: o crescimento contínuo aliado à cooperação [...]”.</p> <p>Arg.4: “[...] fazendo dar frutos o que começou como semente da verdadeira integração Latino-americana”.</p>	<p>cumplimiento del Tratado de Asunción”.</p> <p>Arg.4: “[...] el Supremo Tribunal Federal del Brasil, en junio de 2009, prohibió la importación de neumáticos recauchutados procedentes de Paraguay y Uruguay”.</p> <p>Arg.5: “Tal decisión implica una abierta violación de los artículos 1 y 5 del Tratado de Asunción. El primero de ellos: “la libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre los países, a través, entre otros, de la eliminación de los derechos aduaneros y restricciones no arancelarias a la circulación de mercaderías y de cualquier otra medida equivalente”.</p> <p>Arg.6: “[...] el Supremo brasileño afirma que la protección del medio ambiente “justifica” el rechazo del país a recibir estos productos. Ello evidencia no solo la doble cara de la alta política brasileña, sino también el desembozado proteccionismo que aplican a su industria”.</p> <p>Arg.7: “[...] el alegato de un supuesto “perjuicio” al medio ambiente no es más que una forma solapada de encubrir el implacable proteccionismo del Brasil, cuyas políticas son las primeras y principales responsables del estado de impotencia y fragilidad institucional en que se encuentra el Mercosur, un Mercado Común que, a tenor del artículo 2 del Tratado de asunción, dice estar fundado “en la reciprocidad de derechos y obligaciones entre los Estados Partes”.</p> <p>Arg.8: “El doble discurso del Gobierno brasileño es ya, a estas alturas, endémico. [...] es la incapacidad de nuestras autoridades para hacer valer los derechos de todos los paraguayos, dentro de los principios y valores establecidos en los convenios y tratados internacionales sobre integración regional”.</p>
<p>Posicionamento: a tese apresentada sustenta-se com base em argumentos sensibilizadores. Os argumentos que justificam a tese em questão, assim se distribuem: Se o presidente Lula favoreceu</p>	<p>Posicionamento: o editorialista justifica a tese tanto em argumentos técnicos quanto sensibilizadores. Tecnicamente, justifica o <i>logos</i> nos argumentos um, quatro, cinco e sete ao apresentar os mecanismos pelos</p>

o diálogo e estabeleceu parcerias (Arg. 3) e conseguiu cumprir uma das metas: fortalecer o Mercosul (Arg.4), então a gestão do presidente Lula (presidente pro tempore do Mercosul) serve como modelo a ser seguido pelo próximo presidente. Lula, em sua gestão, possibilitou a integração não somente entre os países do bloco, como também com a América Latina: “*começou como semente da verdadeira integração latino-americana*”.(Arg.4). Os argumentos sensibilizadores induzem o leitor a acreditar quão importante é a Cúpula do Mercosul e como o trabalho do presidente Lula foi realmente bem feito: a condição de Foz do Iguaçu, durante a realização da Cúpula, desfrutar do título de capital da América do Sul (Arg. 1), causa ao leitor a sensação de envaidecimento, de orgulho (*pathos*); se a semente foi bem plantada (na atuação política de Lula) então bons frutos serão colhidos (Arg.4), são os argumentos pragmáticos da argumentação sensibilizadora. Compreende-se que para o editorialista o Mercosul está positivamente estabelecido e o presidente Lula soube trabalhar corretamente para que a integração se iniciasse em seu modo de entender se Lula foi parceiro e se possibilitou o diálogo, então, os países membros estão sendo integrados.

quais o Brasil “viola” (Args. 5 e 7) o Tratado de Assunção, fundamentando-se na transcrição do primeiro artigo do respectivo Tratado – “*la libre circulación de bienes [...]*”; o Brasil claramente manifesta a violação aos princípios do Mercosul com atitudes protecionistas e foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal Brasileiro, argumenta o editorialista. Neste caso, parece que, além de os países membros não terem dialogado entre si, o Brasil ignorou o Tratado. Ao ser amparado, legalmente, por um órgão judicial (STF) decidiu tomar as medidas cabíveis para não se prejudicar economicamente. O editorialista não deixa de apontar esta questão ao considerar atitudes como esta demonstrarem o Brasil, politicamente, ter duas caras: ora atende aos preceitos do Tratado de Assunção, ora se ampara na Lei Magna - a Constituição Brasileira. (Arg. 6). Além disso, justifica-se também a fragilidade e incompetência dos representantes políticos paraguaios ao permitirem que situações como estas ocorram. (Args. 3 e 8). A argumentação sensibilizadora se estabelece, quando o orador instiga, emocionalmente, o auditório a refletir sobre questões como o desemprego e ameaça à estabilidade, provocando no leitor sensação de medo e insegurança.. É o *pathos* aristotélico servindo como *pisteis* (prova) para o processo argumentativo (DITTRICH, 2008). Deste modo, o editorialista posiciona-se, categoricamente, sobre a inexistência do Mercosul e acusa o Brasil, de ser o principal responsável pela fragilidade em que se encontra o bloco (Arg.7), bem como o fracasso do processo de integração, tanto pelo comportamento político brasileiro (Arg.8) quanto pela

	incompetência e submissão dos representantes políticos paraguaios. Se, os princípios estabelecidos pelo Tratado de Assunção não estão sendo cumpridos, inexistem Mercosul e integração.
--	---

5.11 Discussões sobre as análises

Separadamente, percebe-se que os editorialistas responsáveis pelo editorial dos jornais *Gazeta do Iguazu* e do jornal *Vanguardia* assumem, por meio de seus discursos, posicionamentos diferentes em relação à temática Mercosul/Integração. Enquanto para o primeiro, os parâmetros do Mercosul estão estabelecidos favoravelmente, na fronteira, para o segundo, o Mercosul e os seus correlatos – o Tratado de Assunção, a Cúpula do Mercosul, a Integração, não passam de uma farsa.

São posicionamentos que conduzem o analista de um discurso persuasivo a perceber as diferentes facetas da argumentação bem como, os diferentes modos de elaboração do gênero editorial em função da forma do jornal. Por mais que a ocorrência de alguns problemas de ordem econômica ou social – violência, tráfico, crime organizado, congestionamento na Ponte da Amizade, e outros - predisponham o leitor a negativamente posicionar-se em relação ao Mercosul, o editorialista do JGI, racionalizadora, moderadamente, constrói um discurso, amparado em argumentos sensibilizadores. É o *logos* filiando-se ao *pathos* na tentativa de angariar a adesão do leitor à tese propostas. O leitor assim, poderá ‘enxergar’ o Mercosul, positivamente, independentemente dos impasses e das ocorrências no âmbito da fronteira. Em seu modo de entender – o editorialista argumenta favoravelmente ao Mercosul e à integração em função, por exemplo, da aprovação dos recursos financeiros para a construção de uma segunda ponte interligando os dois países, da construção da Universidade Latino-Americana – Unila, (não somente os países membros do Mercosul estarão integrados, mas toda a América Latina) ou ainda, conforme afirma, não ser uma ilusão acreditar em soluções, como uma moeda comum.(grupo 02 de editoriais).

Deste modo, compreende-se a construção de um discurso argumentativo suave, mais balizado, talvez, para não despertar no leitor a descrença em relação ao Mercosul, talvez para manter o “pacto informal” com a instituição que representa (MELO, 1985) ou ainda, como “estratégia pactual implícita” (MOUILLAUD, 2002), às quais aproximam-se do conceito de

argumentos sensibilizadores, da dimensão racionalizadora, da TRD: aqueles que mostram e justificam os efeitos da tese para o auditório, segundo Dittrich (2008).

Implica dizer que o conceito de integração elencado pelo editorialista (JGI) aproxima-se da definição dicionarizada cujo emprego, na atualidade, é também utilizado por autoridades políticas, remetendo à ideia de união (BOBBIO, 2006). Este conceito distancia-se das definições estudadas pelo dicionarista polític: Pode-se dizer, portanto que o Editorial caracteriza-se, neste caso, como um texto jornalístico mais extensivo que intensivo prevalece no primeiro (JGI), enquanto, o segundo (JV), o leitor é conduzido a uma reflexão mais profunda sobre o que está escrito.

Por outro lado, o editorialista do jornal Vanguardia, posiciona-se mais categoricamente de modo desfavorável ao Mercosul, à Integração, ao Tratado de Assunção. Sem a intenção de elencar comparações numéricas, pode-se dizer que ao comparar os pares de editoriais da *Gazeta do Iguacu* e do jornal *Vanguardia*, percebeu-se que em todos os editoriais do JV, o editorialista posiciona-se, negativamente, em relação ao Mercosul .

A argumentação em seu discurso fundamenta-se principalmente em argumentos técnicos, da dimensão racionalizadora: a) ora apresentando dados e estatísticas: *A más de 18 años de la firma del Tratado de Asunción que dio vida al Mercosur, nada trascende ha aportado a la economía de nuestro país este simulacro de integración*”, b) transcrevendo os artigos do Tratado de Assunção – [...] *una abierta violación de los artículos 1 y 5 del Tratado de Asunción. El primero de ellos: “la libre circulación de bienes [...]*, c) amparando-se em discurso de candidatos brasileiros à eleição – Dilma Rousseff, Beto Richa, José Serra, d) tarifas alfandegárias, e) protecionismo.

Além dos dados técnicos, parece que o editorialista (JV) busca na memória do leitor, as conseqüências da Guerra do Paraguai, cujas representações sociais, historicamente construídas (MONTENEGRO, BÉLEVEAU, 2006) remetem o leitor para crenças relativas à exploração, à política imperialista, ao subdesenvolvimento, à corrupção e outros caracteres. A Teoria Retórica do Discurso prevê que a escolha do orador em utilizar argumentos para falar à razão, relacionando-a a emoção, favorece-o legitimar-se perante o seu auditório, impressionando-o e predispondo-o a aceitar os argumentos da forma que lhe são propostos (DITTRICH, 2008). A temática Mercosul/Integração, a questão da fronteira é recorrente tanto no editorial do JGI quanto no editorial do JV. Parece que os editorialistas a entendem como limite geográfico entre os dois países. No entanto é preciso concordar com Motta (2007) e com Martins (2009) sobre os diferentes modos de olhar a fronteira, por mais que explicitamente o termo fronteira, nos editoriais seja empregado no seu sentido literal. Os

editorialistas manifestam diferentes modos de enxergá-la: às vezes é vista como um lugar de conflito, às vezes com obstáculo – físico – difícil de ultrapassar. Também de os entraves burocráticos, políticos ou as diferenças sociais, culturais e históricas, constituem-se em enfrentamentos complexos para saber onde está o limite da fronteira.

Se, para Martins (2009, p.134) “enquanto houver conflito haverá fronteira”, esta questão entre os países membros do Mercosul, possivelmente, dispensará um longo período para iniciar o processo de integração, eliminando barreiras e superando desencontros. Por mais que a fronteira faça parte do cotidiano, em regiões como as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, as fronteiras permanecem dependentes dos modos como são vistas, socialmente pelos que nelas vivem.

Não somente os itens acima pontuam as questões fronteiriças. Pode-se considerar a globalização, com a sua perversidade (SANTOS, 2000) um fator importante nos conflitos comerciais, aduaneiros, sociais e políticos, favorecendo a continuidade das fronteiras entre os países e interferindo nas suas relações mundiais. Se, no modo de compreender de Santos (2000), no cenário globalizado, o dinheiro e a informação são ferramentas impositivas e promotoras do retorno do homem à condição primitiva do cada um por si, longe se estará de alcançar os princípios regentes do Mercosul.

O conjunto das análises permite construir um novo quadro, agrupando as teses dos vinte editoriais. Neste caso, elas assumem a condição de argumentos para uma tese mais geral: para o JGI o Mercosul está acontecendo e para o JV, o Mercosul é uma farsa.

5.11.1 As teses do jornal *Gazeta do Iguaçu* e do jornal *Vanguardia*

As teses dos vinte editoriais analisados assumem a condição de argumentos. Justificam, portanto uma tese geral referente à ocorrência ou não do Mercosul.

Quadro 3

Tese geral do JGI: O Mercosul está acontecendo.	Tese geral do JV: O Mercosul é uma farsa.
Teses do JGI como argumentos	Teses do JV como argumentos
1- “O congestionamento da ponte indica que o Mercosul não funciona”.	1- “Paraguay debe reclamar sus derechos en el Mercosur con mesura pero insistencia”.
2- “Economicamente, na América Latina, está tudo bem, porém, na fronteira há um clima de incertezas”. (<i>A criação de uma moeda comum, possivelmente resolveria as</i>	2- “Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa”.

<i>incertezas).</i>	
3- “Os países do Mercosul são beneficiados coma as relações comerciais com a Europa”.	3- “Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país”.
4- “Combate ao tráfico é um assunto extremamente pertinente quando o assunto é fronteira”.	4- “Paraguay y Brasil deben hacer mucho más aún para combatir al crimen organizado”.
5- “Mais do que apenas promover trocas comerciais, os países que integram o Mercosul, compartilham na fronteira de um valor maior, que é o desenvolvimento com justiça social”.	5- “Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada”.
6- “[...] o problema é mais aduaneiro e de trâmites burocráticos, que outra coisa”.	6- “Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente”.
7- “[...] tudo ainda está paralisado e por uma questão burocrática, talvez vontade política do governo paraguaio [...]”.	7- “Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores”. (<i>As relações internacionais são fracas.</i>).
8- “[...] o que se constrói não é só o prédio projetado por Oscar Niemeyer, mas um edifício chamado integração latino-americana”.	8- “Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones”.
9- “Todas as ações visam a diminuir o índice de criminalidade na região, bem como impedir o tráfico de drogas, armas e munições, cujo canal, por meio da Ponte da Amizade, abastece grupos criminosos em várias cidades brasileiras”.	9- “Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay debe ser repudiada enérgicamente”.
10-: “A Cúpula do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu, marcou o fim de um ciclo de um modelo de condução política internacional”.	10- “La industria paraguaya de los neumáticos es víctima indefensa del proteccionismo brasileño”.

Ainda que preliminarmente, a análise do quadro anterior aponta para uma nova temática correlacionada à questão do Mercosul: Política exterior. Pelo menos seis teses de cada jornal funcionam como argumentos pró (JGI) e contra (JV) à política externa dos respectivos países.

5.11.2 Política Exterior

Esta nova temática aproxima os editoriais dos jornais analisados (JGI e JV) em relação ao Mercosul.

Quadro 04

JGI	JV
<p>Tese: A Política externa do Brasil é atuante. (<i>Favorece o Mercosul.</i>)</p>	<p>Tese: A Política externa do Paraguai não é atuante. (<i>Desfavorece o Mercosul.</i>)</p>
<p>Arg.1: “A Cúpula do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu, marcou o fim de um ciclo de um modelo de condução política internacional”. (Tese 10)</p> <p>Arg.2: “O Mercosul não pode ser resumido ao comércio ou para o benefício de grupos específicos no mundo empresarial”. (Tese 3)</p> <p>Arg.3: “Economicamente, na América Latina, está tudo bem, porém, na fronteira há um clima de incertezas”. (<i>A criação de uma moeda comum, possivelmente resolveria as incertezas</i>). (Tese 2)</p> <p>Arg.4: “[...] tudo ainda está paralisado e por uma questão burocrática, talvez vontade política do governo paraguaio [...]”. (Tese 7)</p> <p>Arg.5: “Os países do Mercosul são beneficiados coma as relações comerciais com a Europa”. (Tese 3)</p> <p>Arg.6: “[...] o problema é mais aduaneiro e de trâmites burocráticos, que outra coisa”. (Tese 6)</p>	<p>Arg.1: “Política exterior paraguaya no defiende los intereses del país”.(Tese 3)</p> <p>Arg.2: “Inútiles viajes al exterior y una cancellería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores”. (Tese 7)</p> <p>Arg.3: “Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones”. (Tese 8)</p> <p>Arg.4: “Paraguay tiene derecho a participar de la construcción del segundo puente”. (Tese 6)</p> <p>Arg.5: “Paraguay debe reclamar sus derechos en el Mercosur con mesura pero insistencia”. (Tese 1)</p> <p>Arg.6: “Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay debe ser repudiada enérgicamente”. (Tese 9)</p>

A condição de encontrar novas teses e argumentos com base em teses anteriores propicia ao analista de um de um discurso persuasivo encontrar novas possibilidades de análise, considerando o campo teórico das teorias envolvidas com a argumentação e seus afins. Compreende-se a dinâmica da Teoria Retórica do Discurso como modelo teórico e metodológico para enfrentar os desafios que a complexidade da argumentação acarreta.

Se as análises iniciais embasavam-se na temática Mercosul, Integração e Fronteira, a temática Política Exterior torna-se um novo campo de estudo, possivelmente porque indiretamente, vincula às temáticas acima. Como falar de Mercosul e não perceber questões relativas à uma política externa? Como afirmou Bobbio (2006, p.632): “para alguns estudiosos o motor dos processos de integração é o poder político quando este intervém e evita o fracasso dos países membros”. Surge, portanto, a necessidade em futuros estudos, abordar esta questão. A seguir faz-se uma breve abordagem sobre os títulos dos editoriais por considerá-los relevantes.

5.12 Os títulos nos editoriais analisados

No estudo comparativo entre os editoriais dos jornais *Gazeta do Iguçu* e *Vanguardia* percebeu-se os diferentes modos dos editorialistas para nomearem os editoriais. Segundo Dittrich (2001, p.89) “o título tem função de chamada e de conduzir o leitor à leitura do texto”. Enquanto nos editoriais da *Gazeta do Iguçu*, na configuração lingüística do texto, prevalecem as locuções nominais, isto é, títulos sem verbos, nos editoriais do *Vanguardia*, os títulos incluem verbos e locuções verbais. De acordo com os estudos de Dittrich (2001), a presença dos verbos ou e de determinantes (definida, indefinida ou outra), influenciam o convite à leitura. Na definição do manual de redação da folha de São Paulo:

título - A maioria dos leitores de um jornal lê apenas o título da maior parte dos textos editados. Por isso, ele é de alta importância. Ou o título é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto. (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

Quadro 05

Jornal Gazeta do Iguçu	Jornal Vanguardia
1- <i>Questão de imagem</i>	1-El Mercosur <u>es</u> un fiasco y una decepción para países miembros
2- <i>Clima econômico na América latina está bom</i>	2-Hasta en el Brasil critican al Mercosur y lo califican de farsa
3- <i>Boas notícias Mercosul-Europa</i>	3-Política exterior paraguaya <u>no defiende</u> los intereses del país
4- <i>Violência nas fronteiras</i>	4-Paraguay y Brasil <u>deben hacer</u> mucho más aún para combatir al crimen organizado
5- <i>Mercosul da justiça social</i>	5-Otra Cumbre del Mercosur que <u>no sirve</u> para nada
6- <i>Travessia</i>	6-Paraguay <u>tiene derecho</u> a participar de la construcción del segundo puente
7- <i>Morosidade</i>	7-Inútiles viajes al exterior y una cancillería inoperante caracterizan a nuestras relaciones exteriores
8- <i>Edital da Integração</i>	8- Excelencia en diplomacia <u>es una</u> puerta a las inversiones
9- <i>Controle</i>	9-Actitud imperialista y despectiva del Brasil hacia el Paraguay <u>debe ser</u> repudiada enérgicamente
10- <i>Fim de um ciclo, início de outro</i>	10-La industria paraguaya <u>es</u> víctima indefensa del proteccionismo brasileño

O quadro indica a diferença entre as escolhas que cada editor decide para a nomeação de seu editorial. Apesar de não ser este o objetivo deste trabalho, considera-se relevante

apontar algumas considerações sobre os títulos. Dentre as normas exigidas para a produção de um texto jornalístico destaca-se a orientação dos manuais de redação jornalística. O manual de redação da Folha de São Paulo, por exemplo, recomenda ao redator sempre usar verbos nos títulos, os quais ganham em impacto e expressividade. Lage (1985), define o termo “título: palavra, locução ou frase em corpo maior que identifica a matéria”. De acordo com Dittrich (2006) os títulos desempenham papel relevante para seduzir e persuadir, funcionando como vitrine do texto aproximando aquele da função persuasiva da publicidade. Sendo assim, parece possível discutir o caráter persuasivo dos títulos de editoriais com base na Teoria Retórica do Discurso – TRD, segundo Dittrich (2008).

Considerando o título como um “resumo” do conteúdo desenvolvido em determinado texto, cuja função vai além da chamada, este poderá, também, ter a função de conduzir o leitor ao ato de ler o texto, neste caso, o título funcionaria como um anúncio – buscando não apenas atrair o leitor, mas, se possível, impressioná-lo, levando-o a preferir ou continuar preferindo determinado meio impresso. De acordo com Dittrich (2006) “a organização do título toma como princípio o tipo e a natureza do determinante, nome e modificadores, além da presença (ou não) de verbos” e este pode ser classificado em *título de natureza nominal (título sem verbo)*, *títulos formados por descrições definidas; formados por descrições não determinadas; formados por descrições indefinidas; formados por outras configurações nominais*.

Cumpra salientar, portanto, que o orador, neste caso o editor, racionalizará o título, ou não, conforme as escolhas lexicais, gramaticais e textuais que irá fazer para atrair e convencer o auditório, o leitor. Compreende-se, portanto o esquema argumentativo manifestado não somente no discurso, mas também, no título proposto para apresentar determinada tese. Situação esta exemplificada no título (5): *Otra Cumbre del Mercosur que no sirve para nada*, ao se deparar com um título como este, o leitor poderá ser persuadido a ler o texto: realizou-se em Foz do Iguaçu, A 18^a Cúpula do Mercosul, em 2010, evento este que reuniu várias autoridades internacionais e reconhecidos representantes de entidades civis nacionais e internacionais. Na visão do editor esta Cúpula para nada serviu ou servirá, e o leitor, provavelmente, será conduzido para a leitura do editorial na íntegra conduzido, talvez, pela inquietante questão: tanta movimentação na fronteira e para nada servirá?

Na dimensão racionalizadora, diferentes argumentos contribuem para sustentar a tese: *técnicos*, para mostrar sua utilidade e suas conseqüências, *sensibilizadores*, para emocionar, comover, e *legitimadores* para atestar a competência do orador. No caso dos títulos dos editoriais do jornal *Vanguardia* percebe-se a relevância de argumentos da ordem técnica,

ênfatisados gramaticalmente pelo uso dos verbos e das locuções verbais sublinhados nos enunciados acima: *es* (1, 8 e 10), *deben hacer* (4); *tiene derecho* (6); *deben ser* (9). De acordo com Dittrich (2006), o verbo ser e estar desempenham um papel determinante em nível retórico, e o uso de “é” anuncia e enuncia categoricamente uma asserção, muitas vezes aquela a que se prende e em função da qual se desenvolve o esquema argumentativo do discurso: (1) *El Mercosur es un fiasco y una decepción para países miembros* ou (8) *Excelencia en diplomacia es una puerta a las inversiones*, ou ainda (10) *La industria paraguaya es víctima indefensa del proteccionismo brasileño*.

As análises da função retórica do discurso argumentativo, nos títulos de alguns editoriais do jornal *Vanguardia*, permitem perceber a dimensão racionalizadora, cujos argumentos da ordem técnica apontam para a possível conquista e adesão do leitor à tese proposta pelo editor.

De outro modo, os títulos do jornal *Gazeta do Iguaçu* são nomeados com enunciados de natureza expressiva, sem verbos ou locuções verbais, argumentativamente, sensibilizadores, e em alguns exemplos acompanhados por algum modificador: *Mercosul da justiça social* (5) ou *Clima econômico na América latina está bom* (2). Observa-se que no enunciado (2) apesar da presença do verbo ‘ser’, conjugado na terceira pessoa do indicativo, “*está*”, não confere ao título um caráter assertivo, categórico, pois o mesmo enunciado poderia ser elaborado, sem o verbo: *Clima econômico bom (estável) na América latina*. De acordo com Dittrich (2001), o nome acompanhado por algum modificador, geralmente, serve para manter a preocupação em impressionar o leitor, bem como, servir de orientação para, provavelmente, o editorialista selecionar previamente o seu público leitor.

As nomeações dos títulos, nos editoriais do JGI se destacam, também, pelos títulos sem modificador algum e a ausência de determinantes: *Travessia* (6); *Morosidade* (7); *Controle* (9). São títulos que se aproximam da arte literária, cujos sentidos sensibilizam o leitor incitando-o à leitura. Para Dittrich (2006, p. 23) “para além do aspecto racional e objetivo, a criação de um título com essas características apóia-se na intuição [...] para impressionar e seduzir o leitor”: *Fim de um ciclo início de outro* (10); *Violência nas fronteiras* (4); *Edital da Integração* (8). Predomina, portanto, nos editoriais do jornal *Gazeta do Iguaçu*, o fazer jornalístico, aliado à expectativa de vender o jornal. Segundo Charaudeau (2006), ao recorrer à sedução além de diminuir a credibilidade perante o leitor, projeta-se um profissional como alguém que deixou de estar a serviço do cidadão por atender a interesses diferentes do serviço da democracia.

Estas considerações refletem o papel persuasivo e sedutor desempenhado pelos títulos dos editoriais. Se, de um lado o discurso persuasivo ampara-se na racionalização, também o faz, por meio da sensibilização, duas maneiras diferenciadas de construção, com a mesma intencionalidade: captar o apoio do público leitor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um estudo no âmbito interdisciplinar proporcionou inserir saberes de outras disciplinas na abordagem do objeto. Contar com os fundamentos de cada uma delas possibilitou, além de teorizar, vivenciar caminhos diferenciados para pesquisar. As análises e as reflexões apresentaram-se suficientes para atingir o objetivo deste estudo, na medida em que os pressupostos teóricos da Teoria Retórica do Discurso – uma proposta interdisciplinar em sua natureza - viabilizaram perceber o posicionamento político social dos jornais analisados, contando com apoio da História e do Jornalismo, principalmente. Enquanto algumas leituras sobre o jornalismo propiciaram o entendimento do fazer jornalístico, outras, relacionadas à globalização, à economia, à integração e fronteira contribuíram na fundamentação teórica deste estudo. Na medida em que a pesquisa avançava percebeu-se a necessidade do amparo da História, visando compreender o surgimento e algumas finalidades do jornal impresso, mais precisamente, a opinião que emite por intermédio do editorial, na possível tentativa de influenciar o leitor, ou não. Além disso, a base interdisciplinar contribuiu, também, para entender o contexto da Tríplice Fronteira, bem como o sentido que o termo ‘fronteira’ assume: diferentes olhares se fixam sobre ela.

A Retórica, fomentadora das teorias modernas do discurso, e a Nova Retórica de Perelman também contribuíram no exame das estruturas argumentativas configuradas nos editoriais. A partir da noção de que o discurso persuasivo objetiva conquistar a adesão do auditório às opiniões que o orador propõe, foi possível encontrar os argumentos utilizados para a fundamentação da tese. Com base no entendimento sobre a questão da racionalização vinculada às teses através dos argumentos, foi na Dimensão Racionalizadora da Teoria Retórica do Discurso que o estudo analítico dos editoriais localizou e selecionou os argumentos técnicos e sensibilizadores responsáveis pela sustentação da tese.

No processo de argumentação, especificamente no Editorial, o editorialista, além de emitir a opinião da instituição que representa, pretende legitimar-se e ser digno de credibilidade perante o seu leitor, buscando os meios mais adequados tanto para angariar a adesão daquilo que propõe, quanto para garantir-se no mercado. As diferentes escolhas que faz para a produção de seu discurso – título, formato, léxico, versão on line ou impressa, de uma maneira ou de outra, contribuem ou não, para que o seu discurso seja eficaz. Parece que o editorialista do jornal *Vanguardia*, de uma forma ou de outra, ao produzir o seu texto, segue mais de perto alguns padrões e orientações determinadas nos manuais de redação jornalística para o gênero Editorial. Por outro lado, as análises apontaram que o Editorial do jornal *Gazeta*

do Iguacu não se aproxima tanto da definição de Editorial, tal como consta no dicionário de gêneros textuais.

Além de possibilitar compreender como se desenvolve a argumentação em seus aspectos de racionalização, com a função dos argumentos técnicos e sensibilizadores para justificarem as teses propostas pelos editorialistas. Significa considerar que, pelos menos preliminarmente, a Teoria Retórica do Discurso tem se mostrado ferramenta favorável para futuros estudos sobre discursos diversos. As perspectivas de análise aqui apontadas indicam diferentes possibilidades de análise do discurso sob a ótica retórica.

Como conclusão mais significativa, conforme os objetivos traçados, o estudo contribuiu para perceber diferenças entre um jornal e outro em termos de posicionamento relativo à implementação do Mercosul e de seus correlatos na região da tríplice fronteira. Indica que o posicionamento do jornal do Paraguai, por diversas razões, inclusive históricas, manifesta-se desfavoravelmente em relação à sua efetiva existência política e comercial, enquanto o jornal brasileiro posiciona-se de forma mais moderada, admitindo que, pelo menos em alguns aspectos, o Mercosul estaria em fase de consolidação ou avançando nessa direção. Estudos posteriores poderão confirmar essa tendência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *A Arte de Argumentar*. 13ª ed. – Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- ALMEIDA, P. R. *Uma história do Mercosul: do nascimento à crise*. Espaço Acadêmico, v.10, nº119, p. 106-114, abril 2011. ISSN 1519-1685.
- AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução: Dílson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARILLI, R. *Retórica*. Tradução: Graça Marinho Dias. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- BERGER, C. *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*. In: MOUILLAUD, M.; *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução e organização: Sérgio Gossi Porto e Sérgio Dayrell Porto, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 273-284.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Ciência Política*. Tradução: Carmen C. Varriale *et.al* ; 5ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BRASIL. Tratado de Assunção. Decreto nº 197, de 25 de setembro de 1991. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/trassuncao.htm>. Acesso em 08.06.2010.
- BRASIL. Planalto. Governo Federal. Decreto Presidencial nº 6.956 de 09 de setembro de 2009, Lei nº 11.898 de 08 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_2010/2009/Decreto/D6976.htm. Acesso em out./10.
- BRASIL. Planalto. Governo Federal. Decreto nº 6676 de 04 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_prg_191_5657.htm. Acesso em set./2011.
- BRETON, P. *A Argumentação na comunicação*. Tradução: Viviane Ribeiro. 2ª Ed. Bauru: EDUSC, 2003.
- CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. V.1, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- COSTELLA, A. F. *Comunicação – do Grito ao Satélite: História dos meios de Comunicação*. 5ªed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2002.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Discurso político*. Trad. Dilson R. da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo. Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 1. Ed. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- COPI, I. M.. *Introdução à Lógica*. 2 ed. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

COSTA, S. R.. *Dicionário de Gêneros Textuais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed; Bookman, 2006.

DICIONÁRIO *Aurélio da Língua Portuguesa*.

Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em set./11.

DICIONARIO *Brasileiro: espanhol-português; português-espanhol*. São Paulo: Oficina de Textos, 2001.

DICIONÁRIO *Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/>.

Acesso em: outubro/11.

DITTRICH, I. J. *Descrições definidas, referência, informação e argumentação na reportagem sobre economia em magazines de informação geral*. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2001.

_____. *Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação*. Cascavel: Edunioeste, 2003.

_____. *Natureza retórica das expressões referenciais nominais*. Uniletras, 2004.

_____. *Por uma Teoria Retórica do Discurso: princípios teórico-metodológicos*. *Ideação*, nº2, volume 10: p. 91-116. Cascavel, PR. Edunioeste, 2008.

_____. *Por uma Retórica do Discurso: argumentação técnica, emotiva e representacional*. Alfa, São Paulo, 2008.

_____. *Retórica dos títulos em reportagens impressas*. *Comunicação & educação*. Ano XI, nº 1. jan./abr. 2006.

_____. *Afetividade e efetividade nos discursos de Lula*. Comunicação apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Retórica em Ouro Preto- UFOP – 2010.

DOMINGUEZ, M. G. A. *Pronunciamentos enunciativos de jornais impressos e web jornais*. Anais do IX Congresso Latino-americano de Estudos do Discurso – ALED. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2011. Publicação em CD ROM. ISBN: 978-85-7758-098-9.

FAZENDA, I. (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

FURTADO, M. A. S. *Representações da opinião pública em editoriais sobre a eleição presidencial de 2006*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-86YHT3>. Acesso em: ago./10.

GRIMSON, A. *Fronteras, migraciones y Mercosur, crisis de las utopías integracionistas*. Disponível em: <http://www.apuntes-cecyp.org/N7-Grimson.htm>. Acesso em 09/08/11.

GAZETA DO IGUAÇU. Disponível em: <http://www.gazetadoiguacu.com> . Acesso em 10.05.10.

IANNI, O. *A Sociedade global*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

_____. *Estrutura da Notícia*. São Paulo. Editora Ática, 2006.

MACHADO, I. L.; MENEZES W. A.; MENDES, E. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MANUAL da Redação da Folha de São Paulo. Vários colaboradores. São Paulo: Publifolha, 2001. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_introducao.htm. Acesso em jun./2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, R. *Dicionário Brasileiro: espanhol-português-espanhol*. 1ª Ed. São Paulo: Oficina de Textos, 1996.

MARTINS, E. (Org.). *O Estado de S. Paulo: manual de Redação e Estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

MARTINS, J. S. *Frenteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, W. A. *Um pouco sobre as emoções no discurso político*. In: MACHADO, I. L.; MENDES, E.; MENEZES, W.A. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.310-328

MYSKIW, A. M. *Frenteira*. In: MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. *La Triple Frontera; globalización y construcción social del espacio*. Miño y Dávila Editora. Argentina, 2006.

MOSCA, L.L.S. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo, Associação Editorial Humanistas, 2004.

_____. *A Atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*. In: Rhetoric Proceedings of the First Virtual Congress of the Romance Literature Department. USP: São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/linei002.pdf>. Acesso em nov./2011.

_____. *O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa*. Universidade de São Paulo: Revista Filologia e. lingüística portuguesa, n. 9, p.293-310, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP9/credito.pdf>. Acesso em dez./2011.

MOSSÉ, C. *Atenas: a história de uma democracia*. Trad. João Batista da Costa. Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1979.

MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O Jornal: da Forma ao Sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PARANÁ. Prefeitura. Município de Foz do Iguaçu. Disponível em: www.prefeitura.foz.gov.br Acesso em nov./11

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 1 ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *O Império Retórico: Retórica e Argumentação*. Tradução: Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. 1ª Ed. Porto: Edições Asa, 1993.

PLEBE, A. *Breve Historia da Retórica Antiga*. Tradução: Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU: 1978.

RABOSSA, F. Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese de Doutorado. Disponível em: http://www.teses.ufrj.br/PPGAS_D/FernandoRabossa.pdf. Acesso em: 17.08.10.

RADDATZ, V. L. S. *O rádio de fronteira e o Mercosul*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, 2000.

Disponível em: <http://www.jornalismonafronteira.ufms.br/publicacoes/teses-e-dissertacoes-2/>. Acesso em 09/08/11.

RAYMUNDO, L. S. M. *Supranacionalidade e intergovernabilidade; uma nova concepção de soberania estatal em face dos processos de integração na União Européia e no Mercosul*. Revista da FARN, Natal, v. 2, n.2, p.149-174, jan/jul. 2003. ISSN 1983-0939.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. 2. ed. Tradução: Ivone Castilho Benedette. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, M. *Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2006.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.

VANGUARDIA. Disponível em: <http://jornais.prensamundo.com/ver.php?url=http://www.diariovanguardia.com.py>. Acesso em 05/09/10.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. 10ª Ed. Tradução de: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WINTER, L.A.C. *O Mercosul e o sistema presidencialista*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-10112009-144912/. Acesso em Nov./11.

ANEXOS

Editoriais do grupo 01: Pra que serve o Mercosul?

Editoriais do grupo 02: Criação de uma moeda comum

Editoriais do grupo 03: Sobre as relações econômicas com outros países

Editoriais do grupo 04: O crime organizado e violência

Editoriais do grupo 05: Cúpula do Mercosul

Editoriais do grupo 06: Construção da segunda ponte

Editoriais do grupo 07: Lei dos Sacoleiros

Editoriais do grupo 08: Integração

Editoriais do grupo 09: Fronteira

Editoriais do grupo 10: Cumprimento da Legislação